



DLBC Rural



**CÁVADO
COM...VIDA!**

ÍNDICE

A. DLBC RURAL – “CÁVADO COM...VIDA”	4
B. TIPOLOGIA E LIMITES DE TERRITÓRIO A APRESENTAR	5
C. CARACTERIZAÇÃO DA PARCERIA E MODELO ORGANIZACIONAL.....	24
D. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO TERRITÓRIO DE INCIDÊNCIA	37
E. PROPOSTA DE ESTRATÉGIA E RESULTADOS ESPERADOS	84
F. PROCESSO DE ENVOLVIMENTO COM AS COMUNIDADES LOCAIS.....	108

Principais siglas e acrónimos

AEI	Avaliação Externa Independente
AG	Autoridade de gestão
AG	Assembleia Geral
AP	Acordo de Parceria
CC	Conselho Consultivo
CCCA	Circuitos Curtos de Comercialização Agro-alimentar
CETS	Carta Europeia do Turismo Sustentável
CLAS	Conselhos Locais de Ação Social
CNO	Centros Novas Oportunidades
CQEP	Centros para a Qualificação e Ensino Profissional
CV	Carta de Valores
DL	Desenvolvimento Local
DL	Desenvolvimento Local
DLBC	Desenvolvimento Local de Base Comunitária
DOP	Denominação de Origem Protegida
EDL	Estratégia de Desenvolvimento Local
EDL	Estratégia de Desenvolvimento Local
EDM	Entre Douro e Minho
EFA	Educação e Formação de Adultos
ETL	Equipa Técnica Local
EU	União Europeia
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAMP	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FSE	Fundo Social Europeu
GAC	Grupo de Ação Costeira
GAL	Grupo de Ação Local
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
LEADER	Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
MPB	Modo de Produção Biológico
OG	Órgão de Gestão
OI	Organismo Intermediário
PIC	Programa Iniciativa Comunitária
PNLP	Parque Natural do Litoral Norte
PNPG	Parque Nacional Peneda Gerês
PPART	Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais
PPDR	Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional
PPO	Programação Por Objetivos
RNAP	Rede Nacional de Áreas Protegidas
SAU	Superfície Agrícola Útil
TER	Turismo em Espaço Rural
TP	Turismo de Portugal
TPNT	Turismo do Porto e Norte
UE	União Europeia
UICN	União Internacional de Conservação da Natureza

A. DLBC RURAL – “CÁVADO COM...VIDA”

ENQUADRAMENTO

O Acordo de Parceria assinado entre Portugal e a Comissão Europeia, congrega a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) - FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP – definindo também os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020.

Estes princípios de programação estão alinhados com o Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo, preconizado pela Estratégia EUROPA 2020. *“A Europa 2020 é a estratégia de crescimento da UE para a próxima década. Num mundo em mutação, pretendemos que a UE se torne uma economia inteligente, sustentável e inclusiva. Estas três prioridades, que se reforçam mutuamente, deverão ajudar a UE e os Estados-Membros a atingir níveis elevados de emprego, de produtividade e de coesão social”* (http://ec.europa.eu/europe2020/index_pt.htm)

Nesta estratégia e como abordagem integrada para o desenvolvimento territorial na aplicação dos FEEI (Artigos 32º a 35º-Capítulo II do Regulamento EU N.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Dezembro de 2013), está previsto o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) como metodologia para a dinamização socioeconómica das zonas de baixa densidade, por forma a potenciar a experiência de ciclos de programação anteriores na promoção de abordagens integradas de cariz “bottom up”, promovidas pelas comunidades locais, com ênfase para a abordagem LEADER.

O DLBC é segundo a Comissão Europeia uma abordagem que inverte a tradicional política de desenvolvimento «descendente». Através do DLBC, as populações locais assumem um maior protagonismo na concepção e execução de uma estratégia de desenvolvimento integrado, definida de forma a aproveitar os pontos fortes, ou «ativos territoriais», sociais, ambientais, culturais e económicos da comunidade ao contrário de apenas compensar os seus problemas.

Este instrumento de desenvolvimento visa particularmente promover, em territórios específicos, a concertação estratégica e operacional entre parceiros e com a responsabilidade de gestão asseguradas pelos Grupos de Acção Local (GAL), com enfoque na concretização integrada de investimentos que assegurem a produção de resultados significativos no desenvolvimento local e diversificação das economias de base rural e das zonas pesqueiras e costeiras, bem como na integração rural-urbano, na promoção da inovação social, na resposta a problemas de pobreza e de exclusão social, designadamente em territórios economicamente fragilizados e/ou de baixa densidade populacional.

Neste sentido, a ATAHCA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave apresenta esta candidatura como entidade proponente de acordo com a alínea a) do ponto 3 do Aviso de Abertura de Concurso, datado de 16 de Novembro de 2014. Pretendemos assim, qualificarmo-nos para a DLBC RURAL para o Cávado, assente numa parceria territorial designada “CÁVADO COM...VIDA!”

B. TIPOLOGIA E LIMITES DE TERRITÓRIO A APRESENTAR

1 - CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

FACTORES FÍSICOS

O território alvo da DLBC Rural Cávado corresponde à mancha territorial compreendida pelos **Concelhos de Amares, Barcelos, Braga, Esposende e Terras de Bouro e Vila Verde**, situada geograficamente no Noroeste da Província do Minho, fazendo fronteira com a Espanha (Região da Galiza) no limite Norte do Concelho de Terras de Bouro. Trata-se de um território marcadamente rural que se estrutura essencialmente ao longo da bacia hidrográfica do rio Cávado desde Terras de Bouro até Esposende. Para além deste curso de água, o território é ainda percorrido pelos rios Homem e Neiva e inúmeros afluentes.

Em termos de características orográficas o território possui três sub-zonas bem distintas e demarcadas pelas características orográficas vigentes, a saber:

* *sub-zona de várzea* – com altitudes inferiores a 100 m, é a zona de planície correspondente à penetração da faixa litoral no interior através dos vales dos rios, onde a pluviosidade é mais atenuada, onde a dimensão da propriedade agrícola é mais elevada proporcionando a prática de actividades agrárias mais produtivas e rentáveis e consequentemente com maior implantação nos mercados (bovinos de leite, milho, vinho, hortofloricultura);

* *sub-zona de meia-encosta* – continuando a caminhar para o interior do território e deparamos com uma zona de transição com cotas que podem oscilar entre os 100 e os 700 metros, esta topografia vem sendo ao longo dos anos transformada e adaptada pelo homem através do terraceamento das encostas, transformando em zonas de cultivo áreas que estariam eventualmente destinadas a florestação, é aqui que se pratica uma agricultura tradicional onde predomina a policultura (milho, hortícolas, vinha, fruticultura, bovinos de carne e leite, animais de capoeira) em propriedades de pequena dimensão;

* *sub-zona de montanha* – com altitudes acima dos 700 metros compreende como pontos mais importantes as serras Amarela (1216 m) e do Gerês (1507 m), com os seus espaços naturais protegidos incluídos no Parque Nacional Peneda Gerês (PNPG), é uma zona dominada por pastagens naturais que propiciam a manutenção de flora e fauna selvagem e espécies animais autóctones (pastoreio de bovinos de raça barrosã, pequenos ruminantes, cavalos de raça garrana).

Assume também particular importância o facto dos concelhos de Amares, Terras de Bouro e Vila Verde estarem integralmente classificados como Zonas Desfavorecidas de Montanha (zonas que apresentam condições naturais desfavoráveis de declive, altitude, solos, clima e outras condicionantes específicas, que se traduzam em desvantagens significativas para a atividade agrícola. Artigo 32 1(A) do Regulamento 1305/2013 do parlamento Europeu e do Conselho).

Em estreita ligação com a orografia está a hidrografia que neste território se assume como um dos principais recursos naturais. Possui uma alargada rede hidrográfica em que

dominam os Rios Cávado, Homem e Ave que correm de Leste para Oeste, e ainda um vasto grupo de pequenos Rios e outros cursos de água que no seu conjunto oferecem uma grande disponibilidade de água para aproveitamentos hidroeléctricos (Barragem de Vilarinho das Furnas e Caniçada), agrícolas (regadio), turísticos (termalismo, lazer) agro-alimentares (águas de mesa) e para consumo doméstico.

Em termos de ambiente natural o território beneficia na sua grande maioria de muito boas condições naturais (solo, água, paisagem, flora, fauna) que se têm, mantido na sua grande maioria, afastadas de grandes “agressões externas” ou factores de poluição ou degradação ambiental

A zona possui em plena zona de montanha do concelho de Terras de Bouro 150 Km² do único Parque Nacional de Portugal, o Parque Nacional da Peneda Gerês (PNPG) criado e classificado em 1971 pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), abrangendo uma área de montanha do Noroeste do País num total de 720 Km², que se estende pelos distritos de Viana do Castelo (concelhos de Melgaço, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca), de Braga (Terras de Bouro) e de Vila Real (Montalegre), ao longo de 100 km de fronteira.

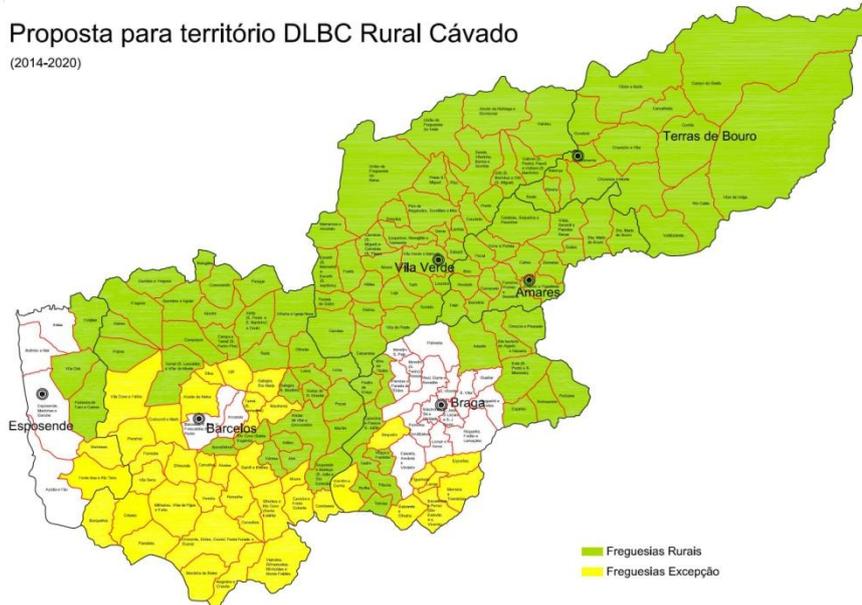
Esta área protegida conta com uma zona periférica designada de área de ambiente rural, com filosofia de pré-parque, onde se situam as aldeias de montanha, os campos de cultivo que lhes servem de apoio e os terrenos de pastagem, isto é os locais onde a influência humana mais se faz sentir, e uma zona – de ambiente natural -, área ambiental e de protecção por excelência.

Ao nível da rede ferroviária, apenas Braga e Barcelos são servidos por ferrovia. A Linha do Minho, que permite a ligação da Galiza à Área Metropolitana do Porto, atravessa e serve a cidade de Barcelos, enquanto que o ramal de Braga faz a ligação desta cidade à Linha do Minho (na estação de Nine, em Vila Nova de Famalicão). Tendo sido recentemente intervencionado (modernização e electrificação da linha), este ramal assegura uma rápida ligação entre Braga e o Porto.

2. TIPOLOGIA DO TERRITÓRIO E RESPECTIVOS LIMITES

CARACTERIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Proposta para território DLBC Rural Cávado
(2014-2020)



Em termos administrativos o território da **DLBC Rural Cávado** insere-se na **NUT II – Região Norte**, pertence ao **Distrito de Braga**, os seus Concelhos enquadram-se nas **NUT III – Cávado**, e na totalidade abrange **110 freguesias** e **149591 habitantes**, abrangendo na totalidade da sua área territorial de **861,77 km² (174 hab/ km²)** os concelhos de **Amares, Terras de Bouro e Vila Verde** e parcialmente os concelhos de **Barcelos (29 freguesias), Braga (15 freguesias) e Esposende (3 freguesias)**, conforme a distribuição apresentada no quadro seguinte.

TERRITÓRIO DA DLBC RURAL CÁVADO						
FREGUESIAS RURAIS						
	População residente (2011)	Área territorial (km2)	Densidade pop. (hab/km2)	Explorações agrícolas (N.º)	SAU (ha)	Rural (S/N)
Norte	3583442	20677,68	173,3	110841	644027	
Cávado	410169	1245,96	329,2	7866	30594	
Zona de Intervenção DLBC Rural - Cávado (110 freguesias)	149591	861,67	173,61	4962	19363	
Amares (16 freguesias)	18889	81,95	230,5	677	1928	
Barreiros	760	2,99	254,5	40	85	Sim
Bico	777	2,29	338,8	12	19	Sim
Bouro (Santa Maria)	760	6,92	109,8	42	94	Sim
Bouro (Santa Marta)	490	9,50	51,6	48	102	Sim
Caires	868	4,71	184,1	42	91	Sim
Carrzedo	732	2,71	270,3	34	231	Sim
Dornelas	508	3,39	150	37	115	Sim
Fiscal	718	3,90	184,3	44	106	Sim
Goães	557	3,03	184	43	88	Sim
Lago	1910	3,99	478,7	24	62	Sim
Rendufe	1124	3,06	367	27	183	Sim
União das freguesias de Amares e Figueiredo	2654	3,59	738,5	40	118	Sim
União das freguesias de Caldelas, Sequeiros e Paranhos	1187	11,79	100,7	72	145	Sim
União das freguesias de Ferreiros, Prozelos e Besteiros	4573	7,66	597,1	64	220	Sim
União das freguesias de Torre e Portela	626	3,35	186,8	29	59	Sim
União das freguesias de Vilela, Seramil e Paredes Secas	645	7,89	81,7	79	211	Sim
Barcelos	120391	378,95	317,7	2730	10985	
Barcelos - freguesias a integrar (29)	42222	166,8939	253,0	1085	3450	
Aborim	891	6,18	144,2	18	55	Sim
Adães	790	2,69	293,6	28	103	Sim
Airó	913	3,02	302,0	38	80	Sim
Aldreu	904	4,80	188,5	27	108	Sim
Areias (S. Vicente)	1014	2,51	403,8	8	25	Sim
Balugães	841	2,73	308,5	20	53	Sim
Barcelinhos	1781	2,76	646,0	13	69	Não
Carapeços	2277	8,11	280,6	36	86	Sim

Cossourado	825	6,44	128,1	34	147	Sim
Fragoso	2193	12,59	174,2	50	139	Sim
Galegos (São Martinho)	1930	3,12	618,1	15	59	Sim
Lama	1271	3,27	389,0	20	56	Sim
Martim	2375	5,32	446,7	45	94	Sim
Oliveira	1004	5,46	184,0	34	107	Sim
Palme	1073	8,31	129,1	41	111	Sim
Panque	680	6,29	108,1	43	112	Sim
Pousa	2272	6,63	342,6	51	152	Sim
Rio Covo (Santa Eugénia)	1483	3,13	473,2	22	114	Sim
Roriz	2152	6,53	329,4	69	303	Sim
União das freguesias de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte	1420	10,99	129,3	61	105	Sim
Ucha	1420	4,27	332,6	31	157	Sim
União das freguesias de Alheira e Igreja Nova	1456	10,22	142,5	56	131	Sim
União das freguesias de Alvito (São Pedro e São Martinho) e Couto	1438	6,25	230,2	59	237	Sim
União das freguesias de Areias de Vilar e Encourados	1879	10,63	176,8	56	190	Sim
União das freguesias de Campo e Tamel (São Pedro Fins)	1521	4,70	323,9	39	130	Sim
União das freguesias de Durrães e Tregosa	1409	6,24	225,7	22	87	Sim
União das freguesias de Quintiães e Aguiar	1190	7,37	161,5	51	135	Sim
União das freguesias de Sequeade e Bastuço (São João e Santo Estevão)	1916	6,34	302,3	69	233	Sim
Várzea	1904	2,95	645,0	29	72	Sim
Braga	181494	183,40	989,6	1177	3689	
Braga - freguesias a integrar (15)	25939	77,66	334,0	555	1700	
Adaúfe	3711	10,80	343,5	62	262	Não
Espinho	1181	4,48	263,9	34	98	Não
Mire de Tibães	2437	4,36	559,3	36	110	Não
Padim da Graça	1521	3,39	448,2	16	52	Não
Pedralva	1110	8,07	137,6	39	160	Não
Priscos	1341	3,65	367,5	35	127	Não
Ruilhe	1142	2,20	518,3	16	56	Não
Sobreposta	1301	5,98	217,6	40	98	Não
Tadim	1143	2,68	426,4	10	29	Não
Tebosa	1129	2,59	436,5	22	40	Não

União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	2165	4,99	434,2	57	153	Não
União das freguesias de Crespos e Pousada	1347	7,41	181,9	79	218	Não
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	3837	8,47	452,8	49	139	Não
União das freguesias de Santa Lucrecia de Algeriz e Navarra	994	5,85	170,1	23	87	Não
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	1580	2,76	573,5	37	71	Não
Esposende	34254	95,42	359	824	2106	
Esposende - freguesias a integrar (3)	7400	28,58	258,9	187	399	
Forjães	2767	8,30	333,2	64	152	Não
União das freguesias de Palmeira de Faro e Curvos	3214	11,78	273,0	71	155	Não
Vila Chã	1419	8,50	166,9	52	92	Não
Terras de Bouro (14 freguesias)	7253	277,89	26,1	488	6787	
Balança	341	3,76	90,6	26	84	Sim
Campo do Gerês	162	67,50	2,4	7	2446	Sim
Carvalheira	386	9,06	42,6	33	321	Sim
Covide	343	18,05	19	26	738	Sim
Gondoriz	295	7,39	39,9	29	67	Sim
Moimenta	741	3,35	220,9	16	38	Sim
Ribeira	242	2,24	107,8	22	45	Sim
Rio Caldo	892	13,96	63,9	38	292	Sim
Souto	494	4,03	122,7	44	74	Sim
União das freguesias de Chamoim e Vilar	440	12,75	34,5	54	232	Sim
União das freguesias de Chorense e Monte	580	17,79	32,6	83	825	Sim
União das freguesias de Cibões e Brufe	421	29,13	14,5	48	250	Sim
Valdosende	630	12,12	52	22	54	Sim
Vilar da Veiga	1286	77,94	16,5	40	1321	Sim
Vila Verde (33 freguesias)	47888	228,69	209,4	1970	5099	
Aboim da Nóbrega e Gondomar	1058	18,71	56,55	96	265	Sim
Atiães	520	4,04	128,8	42	102	Sim
Cabanelas	2102	6,74	311,9	51	239	Sim
Cervães	1981	10,89	181,9	46	77	Sim
Coucietiro	531	4,22	125,9	49	167	Sim
Dossãos	500	3,35	149,4	30	53	Sim

Freiriz	1099	5,84	188,1	55	79	Sim
Gême	551	1,60	345,1	19	52	Sim
Lage	2895	4,67	620,2	44	100	Sim
Lanhas	581	1,83	317,6	28	66	Sim
Loureira	1152	1,76	654,7	16	42	Sim
Moure	1421	4,50	315,7	34	115	Sim
Oleiros	1169	3,78	309,3	30	72	Sim
Parada de Gatim	793	3,22	246,6	35	53	Sim
Pico	610	2,80	217,7	40	90	Sim
Ponte	483	3,41	141,6	22	54	Sim
Prado (São Miguel)	717	5,51	130,2	53	171	Sim
Sabariz	443	2,07	214	9	11	Sim
Soutelo	2102	4,17	503,9	42	163	Sim
Turiz	1746	3,62	482,3	25	72	Sim
União das freguesias da Ribeira do Neiva	3807	27,35	139,2	343	632	Sim
União das freguesias de Carreiras (São Miguel) e Carreiras (Santiago)	930	4,27	217,9	73	125	Sim
União das freguesias de Escariz (São Mamede) e Escariz (São Martinho)	749	5,62	133,2	61	123	Sim
União das freguesias de Esqueiros, Nevogilde e Travassós	1035	4,96	208,7	51	132	Sim
União das freguesias de Marrancos e Arcozelo	909	6,48	140,2	56	199	Sim
União das freguesias de Oriz (Santa Marinha) e Oriz (São Miguel)	571	6,01	95,0	53	116	Sim
União das freguesias de Pico de Regalados, Gondiaães e Mós	1515	9,30	162,9	71	182	Sim
União das freguesias de Sande, Vilarinho, Barros e Gomide	1564	10,11	154,8	111	210	Sim
União das freguesias de Valbom (São Pedro), Passô e Valbom (São Martinho)	642	5,82	110,3	45	114	Sim
União das freguesias do Vade	1677	14,41	116,4	148	254	Sim
Valdreu	516	17,98	28,7	88	678	Sim
Vila de Prado	4472	5,51	810,9	51	159	Sim
Vila Verde e Barbudo	7047	6,92	1018,6	53	132	Sim

Fonte: CENSOS 2011 - Instituto Nacional de Estatística - CAOP 2013 - Carta Administrativa Oficial Portuguesa

As zonas rurais no território nacional representam cerca de 33% da população e 81,4% do território (Gabinete de Políticas e Planeamento -GPP, PDR 2020) no Cávado esta relação é de 50% para a população rural e de 85% para a área territorial rural, considerando apenas as freguesias classificadas como rurais pelo GPP.

3. Justificação para tipologia de território rural, fora dos limites

Atendendo que estamos perante um território marcadamente rural, com despovoamento acentuado devido ao abandono da exploração leiteira e outras atividades agrícolas de minifúndio e que tem necessidade de encontrar atividades complementares à agricultura, para garantir vida nas aldeias, com grande dispersão habitacional mas densamente povoado, por causa do elevado número de explorações agrícolas, o que o diferencia dos demais a nível nacional e que necessita de ser tratado como um todo e sem desigualdade de tratamento que aumentarão as assimetrias entre freguesias. Apresentando apenas dois centros urbanos, Barcelos e Braga, que abrangem 2 e 15 freguesias respetivamente, facilmente se comprova pelas características físicas e paisagísticas que apresenta, pela dispersão do povoamento, pelos valores de população por freguesia ou agrupamento, bem como pelo número de exploração agrícolas e SAU utilizada por freguesia que este território deve ser considerado com área de intervenção pela DLBC Rural.

Neste contexto e de modo a estabelecermos uma mancha rural homogénea (ver mapa anterior) que se estende ao longo da linha estrutural territorial no sentido Nordeste e Sudoeste, **propõe-se excecionalmente alargar o território da DLBC Rural acima identificado a um conjunto de 40 freguesias de exceção dos concelhos de Barcelos (30), Braga (8) e Esposende (2), abrangendo uma população de 68697 habitantes e uma área territorial de 244,60 km².**

Estamos na presença de freguesias marcadamente rurais conforme se comprova pela área de Superfície Agrícola Utilizada (8671 hectares) a qual representa 28% da SAU do território do Cávado, assim como pelo número de explorações agrícolas (2032) que abrange 25% do total desta NUT III.

Este alargamento é também importante para a implementação de uma estratégia de desenvolvimento local integrada, coerente e inclusiva, que aproveite todo o potencial endógeno e dê uma resposta mais abrangente a todas as necessidades identificadas no diagnóstico realizado, assim como pela parceria territorial, com as seguintes vantagens para a qualidade deste processo de desenvolvimento:

- 1) Alargar o espectro de atuação ao nível do diagnóstico de necessidades construído pela parceria aumentando assim a “massa crítica” e um melhor alcance dos objetivos e resposta aos problemas identificados;
- 2) Dar resposta mais alargada à grande diversidade dos domínios de abrangência da metodologia DLBC (agricultura, emprego, microempresas, pobreza e exclusão social, alterações climáticas, inovação social...);
- 3) Permitir maior diversidade de atividades a promover contribuindo para melhoria da qualidade de uma abordagem integrada com efeitos multiplicadores;
- 4) Contribuir para a criação de sinergias entre a DLBC Rural “Cávado Com...Vida” e as Restantes, DLBC Urbana “Cidade de Barcelos”, DLBC Urbana de Braga e DLBC Costeiro, cujos territórios são contíguos mas não sobrepostos, potenciando a ligação entre rural e urbano, abranger um maior número de potenciais beneficiários assim como parceiros, contribuindo assim para ganhos de eficiência na intervenção e nos resultados alcançados, possibilitando a integração e complementaridade entre

objetivos e atividades a implementar, em particular aqueles que revelam grande transversalidade e dizem respeito à formação e qualificação, dinamização socioeconómica, promoção, divulgação e valorização do potencial endógeno, animação territorial e disseminação e dinamização de projetos de cooperação e criação de redes de parcerias.

TERRITÓRIO DA DLBC RURAL CÁVADO						
FREGUESIAS RURAIS DE EXCEÇÃO						
	População residente (2011)	Área territorial (km ²)	Densidade pop. (hab/km ²)	Explorações agrícolas (N.º)	SAU (ha)	Rural (S/N)
Norte	3583442	20677,68	173,3	110841	644027	
Cávado	410169	1245,96	329,2	7866	30594	
Total Freguesias Rurais de Exceção (40 freguesias)	68697	244,60	280,85	2032	8671	
Barcelos (Total)	120391	378,95	317,7	2730	10985	
Barcelos - proposta de freguesias rurais de exceção (30 freguesias)	54221	194,22	279,17	1584	7210	
Abade de Neiva	2024	7,50	269,7	52	181	Sim
Alvelos	2145	3,38	634,3	33	107	Sim
Barqueiros	1957	8,07	242,6	53	212	Sim
Cambeses	1300	3,31	392,5	34	118	Sim
Carvalho	1391	2,58	539,2	22	91	Sim
Carvalhas	691	3,50	197,7	22	96	Sim
Cristelo	1875	7,72	243,0	79	513	Sim
Fornelos	803	4,29	187,1	41	168	Sim
Galegos (Santa Maria)	2987	4,59	651,0	24	50	Sim
Gilmonde	1516	5,58	271,8	36	115	Sim
Lijó	2306	4,42	521,8	58	182	Sim
Macieira de Rates	2083	7,85	265,4	79	484	Sim
Manhente	1703	3,91	435,5	20	267	Sim
Moure	925	2,54	363,7	33	118	Sim
Paradela	850	8,36	101,7	63	338	Sim
Pereira	1318	3,85	342,5	25	48	Sim
Perelhal	1749	6,80	257,1	44	119	Sim
Remelhe	1309	6,13	213,7	41	188	Sim
Silva	913	2,18	418,9	23	72	Sim
Tamel (São Veríssimo)	3025	3,33	909,6	16	53	Sim
União das freguesias de Carreira e Fonte Coberta	2033	5,55	366,0	66	282	Sim
União das freguesias de Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e GERAL	2568	15,45	166,2	148	861	Sim
União das freguesias de Creixomil e Mariz	1208	7,25	166,7	59	172	Sim
União das freguesias de Gamil e Midões	1386	6,00	231,2	26	125	Sim
União das freguesias de Milhazes, Vilar de Figs e Faria	2066	11,79	175,3	100	431	Sim
União das freguesias de Negreiros e Chavão	2364	7,16	330,3	86	352	Sim
União das freguesias de Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália)	2151	8,13	264,5	61	313	Sim
União das freguesias de Viatodos, Grimancelos, Minhotães e Monte de Fralães	3814	13,00	293,3	116	586	Sim
União das freguesias de Vila Cova e Feitos	2564	15,68	163,6	75	377	Sim
Vila Seca	1197	4,34	275,7	49	191	Sim
Braga (Total)	181494	183,40	989,6	1177	3689	
Braga - proposta de freguesias rurais de exceção (8 freguesias)	11454	34,06	336,28	255	848	
Esporões	1709	4,74	360,5	29	89	Não
Figueiredo	1198	2,03	591,1	12	44	Não
Lamas	842	1,25	671,7	14	29	Não
Sequeira	1811	4,35	416,3	32	92	Não
União das freguesias de Arentim e Cunha	1530	5,44	281,1	54	185	Não
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estêvão e São Vicente)	1864	8,50	219,2	52	246	Não
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	1053	4,70	223,9	22	65	Não
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	1447	3,04	476,0	40	98	Não
Esposende (Total)	34254	95,42	359	824	2106	
Esposende - proposta de freguesias rurais de exceção (2 freguesias)	3022	16,31	185,23	193	613	
Gemeses	1078	5,57	193,6	47	146	Não
União das freguesias de Fonte Boa e Rio Tinto	1944	10,75	180,9	146	467	Não

Fonte: CENSOS 2011 - Instituto Nacional de Estatística - CAOP 2013 - Carta Administrativa Oficial Portuguesa

2.1. INDICADORES DE INTERVENÇÕES PASSADAS

A ATAHCA é desde 1991 entidade dinamizadora e gestora do Programa LEADER no território do Cávado durante todas as suas fases, desde a sua criação pela então Comunidade Económica Europeia.

LEADER (1991-1995)

Programa inovador que veio inspirar uma nova abordagem ao desenvolvimento rural, estimulando o aparecimento de muitas Associações de Desenvolvimento Local tal como a ATAHCA, que com a criação dos seus GAL e a filosofia ascendente ou “bottom up” de intervenção territorial integrada, permitiram apoiar iniciativas e projetos em meio rural que de outra forma estariam excluídos, experimentando novas fórmulas de DL, a maioria delas inovadoras para os territórios.

Principais beneficiários ou destinatários deste programa foram agricultores e agregados familiares, artesãos, microempresas agro-transformadoras e artesanais, microempresas de serviços, empresários TER, cooperativas e associações locais, população residente em aldeias rurais de montanha com potencial turístico e autarquias locais.

LEADER – INDICADORES DE REALIZAÇÃO –	
Investimento realizado	4.215.422,64 €
Projectos implementados	187
Tipologia dos projectos:	% de projectos
Recuperação do património rural	39
Turismo em espaço rural	11
Transformação de produtos agrícolas	11
Promoção e animação	8
Revitalização de aldeias	6
Preservação dos recursos naturais	6
Artesanato	5
Serviços	4
Recuperação do património cultural e religioso	3
Formação profissional	3
Micro-empresas	2
Funcionamento do GAL	2

LEADER II (1995-2000)

Permitiu consolidar a metodologia de base local iniciada em 1991 e alargar o espectro dos GAL (criados mais 28) e abranger cerca de 80% do território continental e ilhas.

LEADER II	
- INDICADORES DE REALIZAÇÃO -	
Investimento realizado	5.347.917,56 €
Projectos implementados	147
Tipologia dos projectos:	% de projectos
Recuperação do património rural	20
Transformação de produtos agrícolas	16
Turismo em espaço rural	12
Artesanato	9
Recuperação do património cultural e religioso	8
Promoção e animação	7
Preservação dos recursos naturais	7
Formação profissional	7
Funcionamento do GAL	5
Cooperação	4
Revitalização de aldeias	2
Serviços	2
Industria	1

LEADER + (2001-2006)

Ainda como iniciativa comunitária esta fase do LEADER caracterizou-se essencialmente pela aplicação de estratégias originais de desenvolvimento sustentável integradas, cujos objetivos foram reforçar o ambiente económico, no sentido de contribuir para a criação de postos de trabalho, assim como melhorar a capacidade organizacional das respetivas comunidades, por via das parcerias e redes de cooperação.

LEADER +	
- INDICADORES DE REALIZAÇÃO -	
Investimento realizado	4.793.796,61 €
Projectos implementados	125
Tipologia dos projectos:	% de projectos
Recuperação do património cultural e histórico	32
Turismo em espaço rural	22
Revitalização de aldeias	12
Formação profissional	9
Funcionamento do GAL	6
Ajudas às empresas e ao artesanato	5
Preservação dos recursos naturais	4
Diversificação da activ. agrícola	4
Transformação de produtos agrícolas	3
Comercialização de produtos de qualidade	2

ABORDAGEM LEADER – PRODER (2007-2013)

Caracterizado pelo maior ênfase dado à metodologia da Abordagem LEADER, nomeadamente pela opção da União Europeia (EU) em a incluir no 2º pilar da Política Agrícola Comum (PAC), bem como em Portugal com a criação de um Eixo Estratégico (Eixo 3) do PDR para o desenvolvimento rural.

Apresentam-se a seguir dois quadros com os principais indicadores de resultados da intervenção da ATAHCA neste território no âmbito desta abordagem.

ABORDAGEM LEADER - PRODER (2009-2013)								
EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA (Dezembro 2014)								
ACÇÕES	Nº Proj. Aprov.	Total Aprovado (€)	Total Executado (€)	%	Despesa Pública Aprovada (€)	Despesa Pública Executada (€)	%	Nº Postos Trab.
1	2	3	4	5=(4/3)	6	7	8=(7/6)	9
3.1.1. – Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola	10	1.529.715,54	1.529.715,54	100	843.453,82	782.694,43	93	13
3.1.2 - Criação e Desenvolvimento de Microempresas	26	2.933.812,21	2.548.819,26	87	1.723.364,27	1.465.037,99	85	57
3.1.3 - Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer	29	4.249.308,02	4.189.693,19	99	2.153.954,80	2.026.351,34	94	29
TOTAL Medida 3.1	65	8.712.835,77	8.268.227,99	95	4.720.772,89	4.274.083,76	91	99
3.2.1 - Conservação e Valorização do Património Rural	43	2.613.856,36	2.458.035,46	94	1.568.313,79	1.474.821,23	94	1
3.2.2 - Serviços Básicos para a População Rural	40	4.458.677,46	3.893.676,78	87	3.344.008,17	2.939.845,23	88	49
TOTAL Medida 3.2	83	7.072.533,82	6.351.712,24	90	4.912.321,96	4.414.666,46	90	50
3.5.1 - Funcionamento do GAL	0	1.029.921,18	877.030,28	85	1.029.921,18	1.029.921,18	100	0
3.5.2 - Plano de Aquisição de Competências e Animação	0	663.280,79	541.472,08	82	663.280,79	663.280,79	100	0
TOTAL Medida 3.5	0	1.693.201,97	1.418.502,36	84	1.693.201,97	1.693.201,97	100	0
TOTAL	148	17.478.571,56	16.038.442,59	92	11.326.296,82	10.381.952,19	92	149

A INTERVENÇÃO LEADER NO TERRITÓRIO - QUADRO RESUMO -			
	Nº DE PROJETOS	INVEST. TOTAL (€)	POSTOS DE TRABALHO CRIADOS
LEADER (1991-1994)	187	4.215.422,64	51
LEADER II (1995-2000)	147	5.347.917,56	48
LEADER + (2001-2006)	125	4.793.796,61	80
ABORDAGEM LEADER (PRODER) (2007-2013)	149	15.785.369,59	149
TOTAIS	608	30.142.506,4	328

A Abordagem LEADER no âmbito do Eixo 3 do PRODER no momento da elaboração desta candidatura encontra-se numa fase final da sua implementação a qual deverá estar concluída em termos físicos e financeiros em 31 de Março de 2015. Conforme se constata pela análise do quadro acima referente à execução, envolveu um volume total de investimento aprovado de 17.478.571,56 euros (incluindo assistência técnica e animação territorial). Foram aprovados e

148 candidaturas com predomínio da área 3.2 – Melhoria da Qualidade de Vida (54%), enquanto a Medida 3.1 – Dinamização Económica foram aprovadas 65 candidaturas (46%). Com a implementação da ELD (2007-2013) foi possível criar 149 postos de trabalho diretos, a maioria na Medida 3.1. com 99 e os restantes na Medida 3.2 que registou 50. A estes valores acrescem ainda os montantes relativos aos projetos de cooperação que a seguir são apresentados.

Experiência na área da cooperação

Desde 1994 que é parceira em projetos de **cooperação interterritorial e transnacional** com outras entidades em áreas diversificadas que vão desde dinamização de projetos em áreas do turismo rural e religioso, recursos naturais, produtos tradicionais, comercialização de proximidade, artesanato, indústrias criativas e gastronomia tradicional. No quadro seguinte é apresentada a síntese dos projetos mais recentes em que estivemos envolvidos no último período de programação (2007-2013) os quais englobaram 7 projetos de cooperação interterritorial e 2 de cooperação transnacional.

A implementação destas iniciativas tem permitido a troca de experiências, a transferência de “know how” entre agentes económicos, sociais, culturais e técnicos, assim como a aplicação prática de metodologias, produtos e serviços resultantes das atividades desenvolvidas, das quais destacamos iniciativa PROVE de comercialização de produtos agrícolas em circuitos curtos, com a qual foi possível conseguir que cerca de 120 produtores agrícolas de todo o País se unissem num conceito comum de comercialização de proximidade, comercializem todas as semanas diretamente os seus produtos junto de milhares de consumidores finais. Este projeto de cooperação foi premiado como exemplar pela UE em 2013, pelo seu carácter inovador, prático e capacidade de gerar retorno positivo junto dos principais destinatários (produtores e consumidores).

COOPERAÇÃO INTERTERRITORIAL						
Designação do Projecto	Objectivos	Nº de Parceiro	Invest. Total	Início	Final	Resultados/Produtos
Aldeias de Portugal	• Reforçar a oferta de produtos e serviços complementares, ligados a uma experiência turística em contacto com o mundo rural, e conseguir, atrair novos investidores que dinamizem e projectem as aldeias classificadas como uma mais-valia turística do território	15	671.110,00	01-01-2010	31-05-2013	<ul style="list-style-type: none"> • 36 Processos de Diagnóstico/ Avaliação das Aldeias; • Inventário do património; • Identificação dos recursos turísticos • Criação e edição de um caderno de normas • Levantamento fotográfico profissional das 36 aldeias; • Realização do I Roteiro das Aldeias de Portugal c • Edição de um Filme documentário • Colocação de sinalética nas 36 aldeias abrangidas • Criação do site: www.aldeiasdeportugal.com.pt.
Portugal Rural	• Promoção e valorização dos produtos locais nos territórios rurais de abrangência do projecto; Promoção e comercialização de produtos locais em ambiente urbano; Imagem e comunicação do projecto "Portugal Rural"	12	817.703,00	01-05-2011	29-11-2013	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de 1 questionário; 10 espaços embaixadores nos TI; acções promocionais elaboração de manual de identidade do projecto; participação em diversas feiras temáticas; elaboração de cabazes de produtos dos diferentes territórios;
Prove	• Promoção de novas formas de comercialização em circuitos curtos, nomeadamente de produtos agrícolas, entre pequenos produtores e consumidores, de modo a dar um contributo importante para o escoamento dos produtos locais e a melhorar as relações de proximidade entre quem produz e quem consome.	16	846.576,00	01-05-2011	30-09-2013	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Manual de Boas práticas PROVE; Realização de Encontros Nacionais; Criação e imagem de marca; Promoção e divulgação; Criação de 100 Núcleos PROVE
7 Maravilhas da Gastronomia	• Promover e divulgar o património gastronómico nacional, os produtos da agricultura e da pesca usados na sua confecção, assim como as ligações aos territórios de origem.	40	639.106,00	01-01-2011	30-04-2013	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do livro "Receitas e Sabores dos Territórios Rurais"
Territórios Rurais Sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma rede de experimentação no domínio das energias renováveis: * Mecanismos simples de implementação de sistemas de eficiência energética, - Criar sistemas demonstrativos da utilização de fontes de energia renovável, em cada TI. b) Contribuir para a diversificação da economia rural, em cada TI. 	7	665.350,00	01-03-2010	23-11-2013	<ul style="list-style-type: none"> • a) Elaboração de um plano de intervenção regional, por cada uma das regiões parceiras b) Identificação de tipologias tecnológicas adequadas a cada território. c) Implementação de sistemas de eficiência e de energia renovável, d) Elaboração de um manual de referência nas áreas da energia renovável e da eficiência energética
ICCR - Indústrias Criativas Culturais	* Promoção e valorização das indústrias criativas em territórios rurais	9	284.955,00	01-12-2011	30-06-2013	<ul style="list-style-type: none"> • caderno da economia cultural; • Produção de brochura promocional da rede; • Edição de DVD; • Roll Up; • Visitas a 21 experiências em benchmarking (Portugal; Galiza; Escócia) • Execução de filme promocional exemplificativo das boas práticas das indústrias criativas culturais nos territórios
Prove Minho In	• adequar a estratégia para o sector da gastronomia e vinhos r; promover a cooperação pública/privada neste sector; contribuir para o incremento do sentido de pertença ao Minho e da auto-estima por parte dos residentes; estruturar e dinamizar os novos negócios.	3	149.900,00	15-04-2011	30-09-2014	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de uma base de dados de produtos e produtores; criação de site, flyer e catálogo; realização de 3 programas de televisão (1 por território); realização dos eventos Prove Minho In.
TOTAL			4.074.700,00			
COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL						
Designação do Projecto	Objectivos	Nº de Parceiros	Invest. Total	Início	Final	Resultados/Produtos
Cooperar em Português	• troca de informações e experiências sobre os processos locais de desenvolvimento em países de expressão portuguesa; criação de espaços para internacionalização dos territórios através dos seus agentes sócio-económicos, numa perspectiva de abertura dos mercados locais a uma dimensão mundial.	25	1.050.000,00	01-01-2011	14-02-2014	<ul style="list-style-type: none"> • Encontros de cooperação e desenvolvimento rural; criação do portal "Cooperar em Português; criação de stand institucional; participação na Expo Brasil 2012;
Lusofonia e Desenvolvimento Rural	• Qualificar as ADL's para a cooperação com países lusófonos no âmbito do DR; criar uma rede para a dinamização da cooperação e internacionalização das empresas; capitalização do know-how das ADL portuguesas na implementação de um projecto piloto nos países lusófonos.	13	172.064,00	01-09-2011	31-10-2013	<ul style="list-style-type: none"> • Encontros de cooperação Portugal/Cabo Verde; Workshops; formalização da rede de ADL's
TOTAL			1.222.064,00			

Intervenção Social

É membro ativo dos CLAS dos concelhos de Barcelos, Terras de Bouro e Vila Verde. Neste âmbito, tem participado em reuniões, tendo deste modo, uma visão dos problemas sociais do território muito próxima da realidade, colaborando na procura de soluções. Através de doações e campanhas realizadas, tem distribuído alimentos pelas IPSS'S do território, tendo sinalizadas as que apresentam maiores dificuldades.

Formação

Tem desenvolvido a atividade formativa em concelhos da NUT III Cávado e Ave, desde 1994, tendo sido desde o primeiro momento, entidade acreditada para o desenvolvimento de formação. Atualmente está certificada para as áreas de Programas de Base, Audiovisuais e Produção dos Media, Artesanato, Comércio, Contabilidade e Fiscalidade, Gestão e Administração, Secretariado e Trabalho Administrativo Ciências Informática, Indústrias Alimentares, Indústria do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro, Construção Civil e Engenharia Civil, Produção Agrícola e Animal, Floricultura e Jardinagem, Saúde – Programas não Classificados noutra área de Formação, Serviços de Apoio a crianças e Jovens, Trabalho Social e Orientação, Hotelaria e Restauração, Turismo e Lazer. Desta certificação resulta a possibilidade de desenvolver formação em 18 áreas de formação, com particular destaque para a Agricultura e Silvicultura, Apoio Social, Saúde, Sector empresarial e Turismo.

A intervenção da ATAHCA em termos de **Formação e Qualificação** acompanhou sempre os vários instrumentos de apoio colocados à disposição. No âmbito do POEFDS e POPH desenvolveu ações de formação que se enquadraram nos seguintes Eixos:

> Eixo 1 – Qualificação Inicial

Tipologia 1.1 – Sistema de Aprendizagem

> Eixo 2 - Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida

Tipologia 2.1 - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

Tipologia 2.2 - Cursos de Educação Formação de Adultos

Tipologia 2.3 - Formações Modulares Certificadas

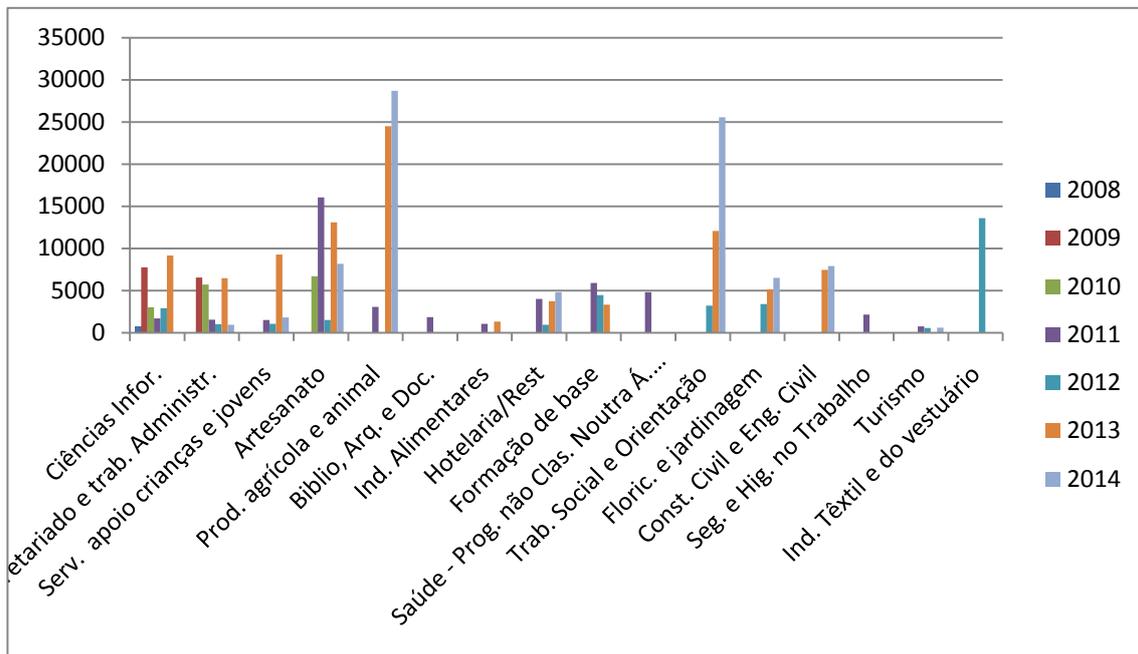
> Eixo Prioritário 6 - Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social.

Tipologia 6.1 Formação para a Inclusão

No anterior quadro comunitário, desenvolveram-se variados planos de formação nas vertentes de Educação e Formação de Adultos (EFA), Formação Modular Certificada (FM), Formação para a Inclusão, Formação para ativos e ainda Sistema de Aprendizagem.

EFA - Educação e Formação de Adultos						
Ação	Local de realização	Data inicio	Data fim	nº formandos	Volume	Certificação escolar
Turismo Ambiental e Rural	Vila Verde	09-12-2008	14-04-2010	15	28130	Secundário
Arte Floral	Vila Verde	29-12-2008	29-04-2010	15	26036	Nível 3
Técnicas Administrativas	Amares	30-12-2008	04-03-2010	16	24676	Secundário
Turismo Ambiental e Rural	Terras de Bouro	26-12-2008	28-04-2010	15	28562	Secundário
Técnicas Comerciais	Vila Verde	29-07-2009	17-09-2010	17	25395	Secundário
Mecanização Agrícola	Vila Verde	29-07-2009	24-09-2010	17	26575	Nível 3
Produção Agrícola / Fruticultura / Viticultura	Vila Verde	28-07-2009	24-09-2010	17	26884	Nível 3
Produção de Bovinos, Ovinos e Caprinos	Terras de Bouro	27-07-2009	29-09-2010	17	28995	Nível 3
Costura	Vila Verde	04-11-2010	13-07-2012	15	31310	Nível 3

Desta formação desenvolvida resultou a certificação escolar e profissional de 145 pessoas na modalidade de formação EFA, de acordo com quadro acima.



A Formação Modular envolveu, desde 2008 até à actualidade, cerca de 3300 formandos e a execução de 256650 horas de volume de formação, que corresponderam a 179 ações desenvolvidas, das quais 22 percursos formativos com uma média de 200 horas cada.

A formação desenvolvida tem tido grande expressão no sector da Agricultura, Área Social e Artesanato pois são atividades importantes para o desenvolvimento do meio rural.

No que respeita a formação desenvolvida para ativos, registam-se 38 participações de empresários TER e 25 pessoas em Contratação Pública.

Formação para a Inclusão			
Ação	Local de realização	nº formandos	Volume
Artesão Pintor de Azulejo	Vila Verde	15	11925
Pintor de Construção Cívil	Vila Verde	15	11925
Artesão Pintor de Azulejo	Terras de Bouro	18	13515
Costureira/Modista	Terras de Bouro	17	13600
Horticultura	Póvoa de Lanhoso	21	13600

Na Formação para a Inclusão realizaram-se 5 ações, que envolveram a participação de 86 indivíduos em risco de exclusão social, nas áreas de Artesanato, Agricultura, Indústria Têxtil e Construção Cívil.

Sistema Aprendizagem					
Ação	Nº de ações	Ações em curso	Acção concluídas	nº médio formandos	Certificação escolar
Técnico Auxiliar de Saúde	3	2	1	60	Secundário
Programador de Informática	2	1	1	40	Secundário
Técnico de Multimédia	1	1	0	20	Secundário
Técnico Comercial	1	1	0	20	Secundário
Técnico de Design de Moda	1	1	0	20	Secundário

É também entidade protocolada com IEFP para o desenvolvimento de formação profissional dirigida a jovens que desistiram ou abandonaram precocemente o sistema de ensino, sem concluírem o ensino obrigatório. Esta formação, denominada Sistema de Aprendizagem, envolveu até à presente data mais de 160 jovens, dos quais se registam 12 certificados na área de Técnico Auxiliar de Saúde e 7 em Programador de Informática.

Teve um CNO desde Outubro de 2006 e realizou processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de nível básico e secundário, contribuindo para o aumento dos níveis de

qualificação da população do seu território. Os destinatários foram adultos, maiores de 18 anos de idade, que não possuíam o Nível Básico ou Secundário de escolaridade, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida.

Atualmente é uma entidade detentora de um CQEP – Centro para a Qualificação e Ensino Profissional, integrando a rede de CQEP's do Cávado.

Assume ainda as seguintes responsabilidades e competências:

- Entidade gestora acreditada para a gestão da Bolsa Nacional de Terras no Cávado;
- Membro do Conselho Estratégico da CIM Cávado;
- Membro do Conselho de Acompanhamento da Carta Europeia do Turismo Sustentável do PNPG (CETS);
- Membro do natural.pt. (iniciativa do ICNF).

C. CARACTERIZAÇÃO DA PARCERIA E MODELO ORGANIZACIONAL

A entidade proponente da **Parceria “CÁVADO COM...VIDA!”** é a ATAHCA¹.

O modelo organizacional e de governação da **Parceria “CÁVADO COM...VIDA!”** foi desenhado de forma consistente com as orientações preconizadas pelo modelo de DLBC², nomeadamente a promoção, no respetivo território, da concertação estratégica e operacional entre parceiros, focalizada no empreendedorismo e na criação de postos de trabalho.

O desenvolvimento de uma abordagem integrada para o desenvolvimento territorial integra, no modelo organizacional e de governação da **Parceria “CÁVADO COM...VIDA!”**, os seguintes elementos (herdeiros da abordagem Leader):

- Dimensão territorial;
- Parcerias público-privado;
- Abordagem ascendente em que o GAL³ tem poderes de decisão quanto à elaboração e execução da EDL;
- Conceção e execução multisetoriais da EDL baseadas na interação entre agentes e projetos de diferentes sectores da economia local;
- Execução de abordagens inovadoras;
- Execução de projetos de cooperação;
- Ligação em rede de parcerias locais.

A Figura 1 representa o modelo organizacional e de governação da **Parceria “CÁVADO COM...VIDA!”**.

Para a implementação da abordagem bottom-up (à semelhança da anteriormente designada abordagem LEADER), com base no Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), constituiu-se:

- Assembleia Geral de Parceiros;
- Conselho Consultivo de Parceiros;
- Órgão de Gestão;
- Equipa Técnica Local gerida por um Coordenador.

¹ Pessoa colectiva de carácter associativo constituída ao abrigo dos artigos 167º e seguintes do Código Civil.

² De acordo com o estipulado no Concurso para apresentação de candidaturas N.º 02/2014, de 16 de Novembro de 2014.

³ Grupo de Acção Local.

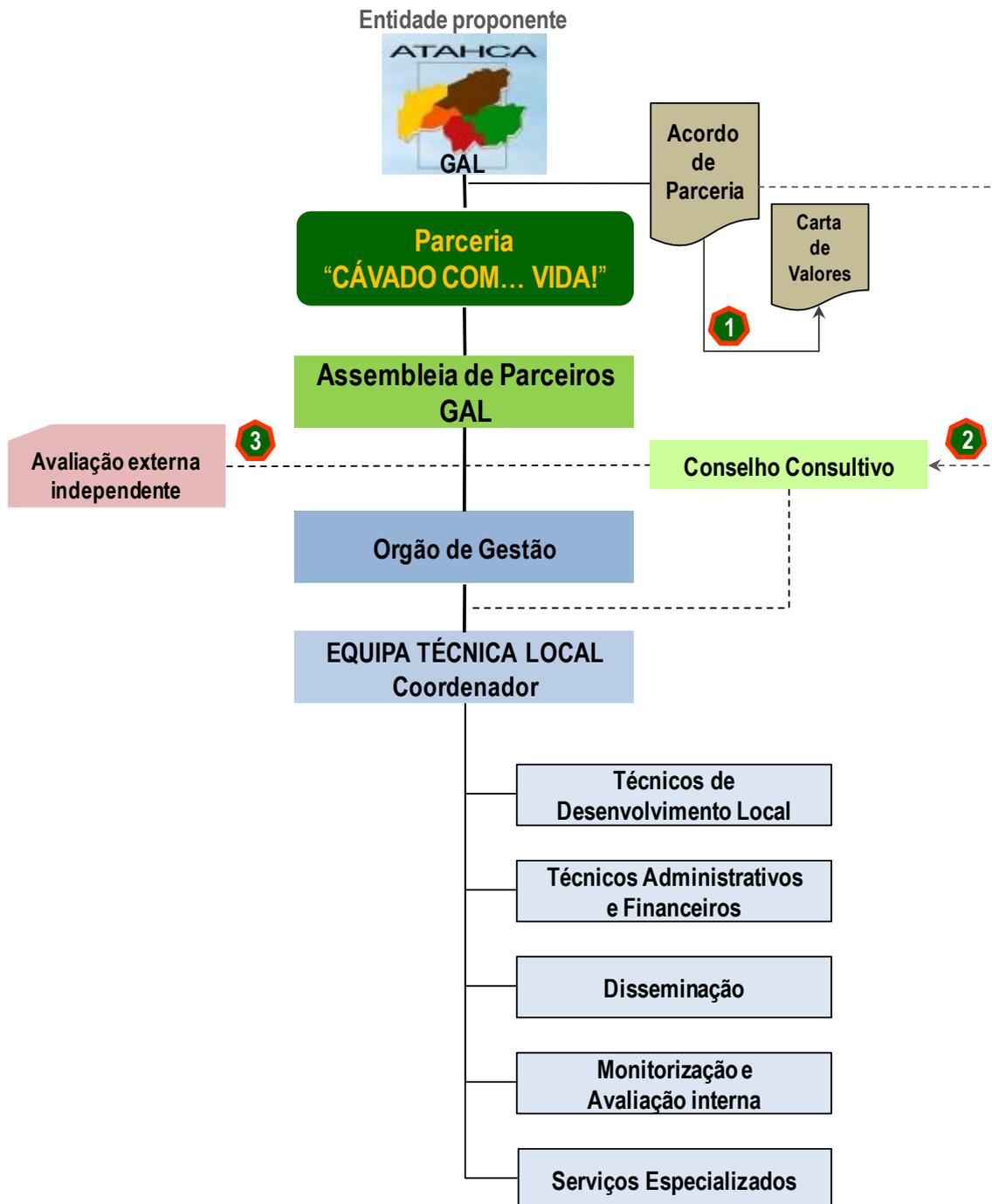


Figura 1 – Modelo Organizacional e de Governação

1. Descritivo funcional e circuito de processos e procedimentos

A **Assembleia Geral de Parceiros (AG)** é um órgão de análise, discussão e com poder deliberativo, que participará na construção das estratégias de desenvolvimento integrado de todo o território de intervenção, que decidirá sobre as propostas apresentadas pelo Órgão de Gestão, aprovará os Regulamentos Específicos e o Manual da Qualidade para a implementação da EDL para o Cávado no âmbito da DLBC. Terá ainda participação ativa nas dinâmicas territoriais.

Esta AG de Parceiros reunirá no mínimo duas vezes por ano, de acordo com os estatutos do GAL ATAHCA ou extraordinariamente, sempre que necessário.

O **Conselho Consultivo de Parceiros (CC)** é um órgão consultivo, que será composto por instituições privadas e públicas com intervenção nacional, regional ou local, que tenham intervenção transversal e global sobre áreas específicas e relevantes para a implementação da EDL. É composto por instituições que foram identificadas e propostas em fase de Pré-Qualificação da DLBC ou outras que possam vir a tornar-se relevantes na fase de implementação da EDL, pela sua especificidade ou área de conhecimento. O CC de Parceiros pode ser convidado pelo OG, AG ou pela Direção a pronunciar-se, sobre as áreas onde tenham intervenção, emitindo parecer em função do solicitado.

Este Conselho reunirá trimestralmente e extraordinariamente, sempre que necessário. As reuniões serão convocadas com, pelo menos, 8 dias de antecedência. Este conselho será composto por diversas entidades, das quais destacamos: Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, CIM Cávado, Direção Distrital da Segurança Social de Braga, Universidade do Minho, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Instituto Politécnico do Cávado e Ave, Instituto Politécnico de Viana do Castelo – Escola Superior Agrária de Ponte de Lima, Universidade Católica Portuguesa – Delegação de Braga, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Diocese de Braga, Confederação dos Agricultores de Portugal, Associação Industrial de Portugal e Municípios do Cávado, entre outros, conforme listagem de entidades que assinaram acordo de parceria territorial (anexos 5, 6 e 7) e ficha de adesão de entidade parceira, disponível na ATAHCA para eventual consulta ou envio.

O **Órgão de Gestão (OG)** é um órgão executivo das decisões da AG de Parceiros. Compete a este órgão, em termos gerais, decidir sobre a abertura de concursos, análise e aprovação de projetos apresentados no âmbito da EDL, solicitar parecer ao CC de Parceiros, convocar as reuniões do CC de Parceiros, criação de regulamentos e manuais para aprovação pela AG de Parceiros, gestão dos recursos e definição de políticas de dinamização do território. Este órgão reunirá com periodicidade mensal, ou outra que venha a ser decidida, em função das suas atribuições. De forma mais específica, são competências do OG:

- a) Garantir, de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão da EDL;
- b) Decidir, com base nos pareceres emitidos pela ETL, sobre os pedidos de apoio apresentados pelos promotores em conformidade com os regulamentos de aplicação, de acordo com as orientações técnicas definidas pela autoridade de gestão;
- c) Coordenar e assegurar a gestão técnica, administrativa e financeira do orçamento do GAL e dos fundos públicos colocados à sua disposição;
- d) Representar o GAL junto das autoridades nacionais e comunitárias;
- e) Aprovar o **Manual da Qualidade** proposto pela ETL, garantindo que o mesmo incorpora as orientações técnicas da autoridade de gestão;
- f) Apresentar à autoridade de gestão os pedidos de apoio e pedidos de pagamento, no âmbito das respetivas medidas;
- g) Elaborar e submeter à aprovação da autoridade de gestão as propostas dos avisos de abertura de concursos referentes às respetivas medidas;

- h) Definir os critérios de seleção a aplicar, no âmbito das respetivas medidas, em conformidade com os respetivos regulamentos de aplicação, e em coerência com os objetivos definidos na EDL;
- i) Aprovar os relatórios de execução anual da EDL.

A **Equipa Técnica Local (ETL)** é a equipa técnica de apoio ao OG do GAL, sendo liderada por um Coordenador. A sua composição é multidisciplinar, predominando a formação nas áreas relacionadas com os Eixos Temáticos da EDL. A ETL está na dependência hierárquica do OG, não podendo os seus membros integrar aquele órgão. Serão responsabilidades da ETL⁴:

- a) Elaborar o **Manual da Qualidade** relativo ao processo de apresentação e análise dos pedidos de apoio, dos pedidos de pagamento, acompanhamento e execução das operações, de acordo com as orientações técnicas da autoridade de gestão e submetê-lo à aprovação do OG;
- b) Emitir pareceres técnicos sobre a admissibilidade e o mérito dos pedidos de apoio apresentados, assegurando que as operações sejam hierarquizadas em conformidade com critérios de elegibilidade definidos nas portarias regulamentadoras e critérios de seleção definidos para cada concurso;
- c) Analisar os pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários dos pedidos de apoio aprovados, verificando a sua elegibilidade;
- d) Proceder à recolha e tratamento de dados estatísticos, físicos, financeiros e outros, relativos às medidas e ações, bem como sobre a execução da EDL, para a elaboração dos respetivos indicadores de acompanhamento e para estudos de avaliação estratégica e operacional;
- e) Assegurar os procedimentos necessários à realização da monitorização e avaliação interna da EDL e preparar os relatórios de execução.

Competências do Coordenador da ETL

1. Compete ao Coordenador da ETL:

- a) Participar nas reuniões do OG;
- b) Garantir o desenvolvimento das atividades inerentes à gestão na sua componente técnica e operacional, gestão da equipa de forma eficaz e eficiente, de forma a dar cumprimento às orientações e decisões emitidas pelo OG;
- c) Garantir cumprimento de todos os procedimentos técnico – administrativos necessários à divulgação, análise e acompanhamento e controlo dos pedidos de apoio;
- d) Assegurar o princípio da segregação de funções;
- e) Validar os Pareceres Técnicos e respetiva apresentação ao OG;

O princípio da segregação de funções será devidamente assegurado na medida em que haverá a separação entre a análise dos pedidos de apoio e o respetivo acompanhamento e

⁴ Estas competências serão actualizadas em função dos requisitos a definir no convite dirigido às parcerias pré-qualificadas para operacionalização dos DLBC.

controlo, pelo que o responsável pela análise de um pedido de apoio nunca fará o acompanhamento e controlo, ficando essa função atribuída a outro técnico da ETL.

2. Governação

O modelo de governação da **Parceria “CÁVADO COM...VIDA!”** é parte integrante do modelo organizacional descrito no ponto anterior e acrescenta-lhe o valor inerente às opções acordadas entre os parceiros quanto à melhor forma de incorporar na gestão da parceria o espírito *bottom-up*, herdeira da abordagem Leader.

Na Figura 1, importa esclarecer três aspectos-chave relacionados com o modelo de governação: o Acordo de Parceria, a Carta de Valores e a Avaliação Externa Independente.

Acordo de Parceria e Carta de Valores

O **Acordo de Parceria (AP)** é o documento, cuja ratificação simboliza a adesão dos diferentes parceiros a uma EDL a ser gerida de acordo com princípios e valores da abordagem Leader. Estes princípios/valores consubstanciam-se numa **Carta de Valores (CV)**, parte integrante do AP e que apresentamos anexo a este documento. Os valores afirmados são os seguintes:

- **Território**
- **Espírito bottom-up**
- **Inovação**
- **Cooperação**
- **Trabalho em rede**
- **Transparência e Rigor**

A execução da EDL no território E a sua concepção será assegurada através de um modelo de Gestão Participativa em coerência e consistência com os valores afirmados na CV.

Avaliação externa independente (AEI)

A **AEI** resulta da declinação dos valores “Transparência e Rigor” em decisões de gestão da **Parceria “CÁVADO COM...VIDA!”**. Assim, no sentido de assegurar uma execução da EDL baseada em evidências, a mesma será assegurada com recurso a serviços especializados de AEI.

Sublinhamos que a EDL a apresentar no convite dirigido às parcerias pré-qualificadas para operacionalização dos DLBC (fase seguinte) será já objecto de avaliação ex-ante a acordo do(s) avaliador(es) externo(s) independente(s). A AEI integrará as dimensões *ex-ante*, *on-going* e *ex-post*⁵.

Conselho Consultivo de Parceiros (CC)

O Órgão **CC de Parceiros** apresenta uma importância decisiva na materialização da gestão participativa da EDL. O circuito de procedimentos previsto entre o OG do GAL e o CC, em

⁵ Ver mais adiante secção relativa à monitorização e avaliação interna.

que este último emite pareceres quanto às principais decisões do primeiro é a primeira garantia de envolvimento e participação ativa e relevante dos parceiros na EDL.

Como segunda dimensão de gestão participativa, as entidades e personalidades que integram o CC constituíram a base para as atividades de acompanhamento, monitorização e avaliação interna da EDL (ver adiante descrição destas atividades).

Carta de Valores

A **Parceria “CÁVADO COM...VIDA!”** declara rever-se nos princípios e valores da abordagem Leader, nomeadamente:

- Território
- Espírito bottom-up
- Inovação
- Cooperação
- Trabalho em rede
- Transparência e Rigor



Estes valores são assumidos com base nas definições que se seguem.

Território

A Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) é dirigida a um território sub-regional bem identificado e a **dimensão coesão territorial** dessa estratégia é estruturante e indissociável da mesma. Ou seja a EDL visa o desenvolvimento sustentável do território e essa é a finalidade última da mesma.

Espírito bottom up

A execução da EDL no território será gerida no pressuposto que são os agentes e as populações locais quem se encontram melhor posicionados para se pronunciarem, contribuírem e agirem na resolução dos seus problemas e aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento sustentável.

Releva-se aqui o espírito de uma **gestão participativa e inclusiva** da **Parceria “CÁVADO COM...VIDA!”** assim como práticas de **empowerment** e **capacitação** de instituições (stakeholders) e da população em geral, com especial ênfase para os públicos-alvo preferenciais dos diferentes objectivos específicos da EDL.

Inovação

Este valor será transversal a toda a EDL, sendo incorporado e valorizado em todas as dimensões de execução da mesma. A título de exemplo, referiremos três casos:

- 1º) A aprovação de projectos de investimento contará sempre com a avaliação de um **indicador de inovação** (cujos contronos específicos serão posteriormente definidos em função das diferentes medidas/tipologias de intervenção da EDL);
- 2º) Será fortemente estimulada uma componente de **“e-participação”** em todas as actividades de dinamização do território, dos seus agentes locais e população em geral (declinando o valor inovação em componentes de inovação tecnológica, valorização das redes sociais, etc.);
- 3º) A criação de um **canal de televisão** (em plataforma de tipo MEO Canal) como instrumento de disseminação de resultados da EDL.

Cooperação

Este valor inspira-se na partilha de poder e de capacidade de decisão entre os sectores público e privado. É, no entanto, extendido a todos os sectores representados na **Parceria “CÁVADO COM...VIDA!”**.

O valor da cooperação “cruza” de forma particularmente relevante o do território, uma vez que se espera que a cooperação seja maximizada entre os agentes locais representativos dos diferentes sectores.

Trabalho em rede

O trabalho colaborativo e em rede será uma dimensão fundamental da gestão da **Parceria “CÁVADO COM...VIDA!”**. Este valor cruza de maneira especialmente relevante com os da inovação e cooperação, resultando num investimento sério numa **plataforma de trabalho colaborativo** a disponibilizar a todas as instituições e personalidades integradas na **Parceria “CÁVADO COM...VIDA!”**.

O trabalho em rede apresentará uma dimensão mais formal e inter-institucional e outra mais informal direccionada para trabalho em formato peer-to-peer (inter pares).

Transparência e rigor

Por se tratar de dinheiros públicos, a **Parceria “CÁVADO COM...VIDA!”** entende que devem ser adoptadas práticas de gestão adequadas a critérios muito rígidos de transparência e rigor susceptíveis de demonstrar a capacidade da entidade proponente em assumir o perfil de organismo intermédio na gestão de fundos públicos.

O **Manual da Qualidade**, o modelo de **Monitorização Estratégica e Avaliação Interna** e o recurso (desde a fase pós pré-qualificação de parcerias) a **Avaliação Externa Independente** são três exemplos-chave daquelas práticas de gestão.

3. DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES

Durante o processo de preparação da DLBC do “CÁVADO COM...VIDA!” a ATAHCA, entidade que se propõe qualificar para a implementação da EDL realizou diversas atividades, reuniões e seminários por forma de envolver a comunidade local, organizar a parceria e construir a EDL. Este processo de envolvimento foi organizado em temáticas e reuniões setoriais e envolveu diversas entidades privadas e públicas que operam no território do Cávado. Estas atividades aparecem mais pormenorizadas na seção F deste documento tal como o envolvimento e animação da parceria na fase de Pós-Qualificação.

4. EXPERIÊNCIA DO GAL EM MATÉRIA DE GESTÃO DE INSTRUMENTOS DE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E LOCAL

A ATAHCA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave, surge em 1991 como consequência lógica do planeamento de uma estratégia de desenvolvimento rural integrado, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Agrário (PDAR) do Cávado, para um território composto pelos concelhos de Amares, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vila Verde e Vieira do Minho, que identificou como uma das necessidades locais a criação de uma entidade coletiva que agrupasse um conjunto diversificado de agentes locais (entidades públicas e privadas, população). Surge esta Associação que reunia no seu seio Câmaras Municipais, Cooperativas Agrícolas, Caixas de Crédito Agrícola, Regiões de Turismo, PNPG, Associações Locais e pessoas a título individual, que procuraram desde logo, através da criação de parcerias, estimular a dinamização socioeconómica local com base na valorização dos recursos e potencialidades endógenas.

O GAL assim designado por via do **Programa de Iniciativa Comunitária LEADER**, foi criado em Setembro de 1991 especialmente para gerir este programa no território, tem vindo a alargar o seu âmbito de atuação pela formação de uma equipa técnica multidisciplinar. Neste momento abarca áreas tão diversas como, agricultura, ambiente, desenvolvimento rural, turismo, artesanato, formação, pequenas empresas, arquitetura, contabilidade, economia, gestão e apoio jurídico, sempre com o objetivo de servir a população local e os agentes socioeconómicos, promovendo a difusão de informação, divulgação de metodologias e práticas de desenvolvimento e o apoio técnico constante de modo a estimular o desenvolvimento local.

No Alto Cávado foi desde logo possível identificar a existência de um conjunto de potencialidades que têm como base de sustentação o espaço rural e a atividade agrícola como núcleo central de uma série de atividades complementares (artesanato, produtos locais tradicionais, pequena agro-indústria) cuja dinamização socioeconómica teria que passar a ser impulsionada pelo turismo em meio rural (turismo de aldeia, turismo ambiental, turismo cultural e religioso, turismo gastronómico). Nada disto estava implementado pelo que foi necessário começar do zero, tendo como meta os seguintes objetivos estratégicos:

- Mobilizar as capacidades inovadoras locais, reinventar novos modelos e sistemas que permitam fortalecer o tecido socioeconómico;

- Sensibilizar para preservação e valorização do ambiente natural, do património cultural como salvaguarda da identidade e diversidade;
- Promover e estabelecer relações de proximidade entre entidades públicas e privadas, que se identificavam com este modelo de desenvolvimento, através do estabelecimento de parcerias, cooperação e troca de experiências e saberes;
- Reforçar mecanismos de informação e formação da população, através da melhoria da qualidade dos serviços de apoio e de proximidade.

Assim desde 1992 foi entidade gestora do PIC LEADER num território inicialmente designado por Alto Cávado, dado que abrangia a zona mais Nordeste e montanhosa da região do Cávado. Este instrumento de apoio comunitário desempenhou um papel primordial na aplicação da estratégia atrás referida, com particular incidência na dinamização socioeconómica a partir da valorização dos recursos locais, desenvolvendo um conjunto de iniciativas e projetos dos quais destacamos:

- * Apoio Técnico ao Desenvolvimento Rural (informação, aconselhamento e apoio técnico, divulgação);
- * Formação Profissional Específica (formação em turismo em meio rural, artesanato...);
- * Apoio à Diversificação das Atividades Económicas (turismo de aldeia – Aldeias da Saudade, informação turística, ecomuseu do ouro, turismo cultural e religioso, promoção e divulgação da oferta turística...);
- * Valorização e Comercialização dos Produtos Agrícolas (valorização e promoção de produtos autóctones – cabrito, mel, carne de barrosã, cavalo garrano, plantas aromáticas e medicinais -, instalação e modernização de pequenas agro-indústrias);
- * Preservação e Valorização do Ambiente e da Qualidade de Vida (educação e sensibilização ambiental, preservação do património histórico e cultural, valorização de praias rurais naturais);
- * Ações em Cooperação (cooperação nacional – ex. Aldeias de Portugal -, cooperação transnacional – ex. Clube BioRed e Aldeias de Tradição -);
- * Promoção e divulgação do Alto Cávado no território nacional e no estrangeiro.

Desde essa data a ATAHCA dinamizou e implementou esta iniciativa no Alto Cávado, tendo passado pelas seguintes fases:

- LEADER (1991-1994);
- LEADER II (1995-2000);
- LEADER + (2001-2006);
- ABORDAGEM LEADER – PRODER (2007-2013).

No âmbito das atividades e iniciativas desenvolvidas, realce também para o projeto “**Centro Rural das Encostas de Mixões da Serra**”, que visou dinamizar e revitalizar um pequeno território com características marcadamente de montanha, localizado na parte norte dos concelhos de Terras de Bouro e Vila Verde, abrangendo 6 freguesias, Brufe, Cibões e Gondoriz, e Aboim da Nóbrega, Gondomar e Valdreu, 3 de cada um destes concelhos respetivamente.

Foi iniciativa pioneira na região tendo sido apoiada pelo PPDR, e na qual foram implementados projetos que englobaram a criação e melhoria de infraestruturas de apoio à população local (acessos, fornecimento de água, saneamento, apoio a idosos e crianças), recuperação de fachadas de casas rurais e de zonas de lazer, preservação e valorização do património natural e cultural, animação turística, alojamento turístico e instalação de pequenas agro-indústrias locais.

Com uma filosofia muito idêntica à deste programa surgiu em 2001 a Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural no âmbito do Programa de Potencial Regional, na qual a ATAHCA dinamizou na Acção 7 – **AGRIS – Valorização do Ambiente e do Património Rural** onze Núcleos Rurais localizados em várias freguesias dos concelhos de Amares, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro e Vila Verde, num total de 303 projetos, repartidos por 274 de entidades singulares, 19 de entidades públicas e 6 de entidades coletivas privadas, tendo totalizado um investimento global de 6.866.042,43€.

Desde Janeiro de 2005 até Junho de 2009, no projecto **Rotas do Linho e do Ouro**, apoiado no âmbito do Programa EQUAL, implementou 3 candidaturas distintas, desde a ação do diagnóstico até à disseminação dos resultados. Esta englobou o desenvolvimento de Instrumentos de Promoção, o desenvolvimento de Competências, transferindo saberes entre gerações, a conceção de Estratégia de Marketing, a criação de um Kit Promocional “Tradição vs. Inovação, tudo isto abrangendo estes dois tipos de artesanato tradicionais (linho e filigrana) e os artesãos de Terras de Bouro e Póvoa de Lanhoso.

Em 2012 no âmbito da Medida 4 do PRODER integrou o **Projeto de Cooperação PROVE**, juntamente com 15 entidades parceiras. Nesta lógica de comercialização de proximidade entre pequenos produtores agrícolas e consumidores foram criados e dinamizados no Alto Cávado até esta data núcleos PROVE em Barcelos, Braga (3 locais), Póvoa de Lanhoso e Vila Verde, abrangendo 16 produtores agrícolas que comercializam semanalmente de forma direta os seus produtos junto de 350 consumidores.

A ATAHCA tem desenvolvido um importante papel no dia-a-dia da comunidade local do Alto Cávado pois presta uma série de serviços de apoio e aconselhamento permanente das quais se salientam: informação sobre instrumentos de apoio e legislação diversa, divulgação de iniciativas, aconselhamento técnico, elaboração de projetos técnicos e económicos de investimento, promoção e animação turística do território, central de reservas de turismo de aldeia, apoio a agricultores e formação técnico-profissional, estabelecimento de parcerias com entidades públicas e privadas diversas, participação em campanhas promocionais do território.

5. CAPACIDADE FINANCEIRA, TÉCNICA E MATERIAL

Em termos de recursos físicos a sede da ATAHCA, com uma área de 552 m² é constituída por rés-do-chão, primeiro e segundo andar e dois edifícios anexos, rodeados por uma área ajardinada. No rés-do-chão existem uma sala para atendimento geral e telefonista, uma sala de atendimento individualizado e biblioteca, um bar com frigorífico, micro-ondas e máquinas de vending, uma sala de espera, um espaço para exposições, uma sala formadores, posto de internet com dois computadores e uma casa de banho. O primeiro andar é composto por um auditório, gabinete da direcção/coordenação, sala técnicos formação, sala dos técnicos da ETL (Equipa Técnica Local), sala de reuniões de trabalho e atendimento e uma casa de banho.

O segundo andar é composto por uma sala onde funciona o Órgão de Gestão e apoio administrativo, um gabinete de contabilidade, duas salas de arquivo, uma sala multimédia/formação e uma casa de banho. O edifício anexo I conta com uma sala de formação, duas salas arquivo, uma sala de informática e duas casas de banho. O edifício anexo II é constituído por quatro salas de formação e pela garagem.

Todos os espaços estão devidamente mobilados e equipados com os seguintes equipamentos de apoio: Telefone, fax, computadores fixos e portáteis, TV, vídeo, publicações (livros, multimédia); ecran; Projetores Multimédia, câmara de filmar com suporte, impressoras, scanner, fotocopiadora, máquinas fotográficas; quadros pedagógicos, quadros interativos, viaturas. Está organizado e dotado do equipamento necessário de forma a promover as atividades que são desenvolvidas.

6. RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

No que concerne a recursos Financeiros, a ATAHCA é uma entidade sem fins lucrativos, que gere essencialmente projectos financiados, quer ligados à formação, o CNO ou outro tipo de projetos como a PIC Leader. As receitas próprias são muito residuais, e restringem-se apenas às quotas dos associados e donativos. De acordo com o historial de gestão de projetos em diversas iniciativas e tipologias de projetos é possível verificar que neste 23 anos de funcionamento a ATAHCA tem sido uma boa gestora dos fundos públicos que lhe são confiados.

A estrutura de Recursos Humanos da ETL da ATAHCA é constituída por uma equipa dinâmica, experiente e multidisciplinar, dotada de competências transversais. É composta por técnicos/as com grande experiência e conhecimentos consolidados, conhecedores das problemáticas que afetam o território, resultante do trabalho de proximidade que desenvolvem junto dos agentes locais. Pela tabela seguinte constata-se a complementaridade de áreas do conhecimento que caracterizam a equipa, assim como a experiência na gestão de projetos de desenvolvimento rural.

NOME	FUNÇÃO	HABILITAÇÕES /ESPECIALIZAÇÕES	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
José da Mota Alves	Coordenador da ETL/ Presidente da ATAHCA	Bac. Educação Lic. Administração Escolar Pós Graduação em Desenvolvimento Local e Regional	Assume funções como presidente da Direcção da ATAHCA desde a sua constituição (1991) Assumiu funções de Coordenador da ETL no Programa Leader, Leader II, Leader + e PRODER
Paulo Jorge Cristina Pereira	Técnico de Desenvolvimento Local	Lic. Engenharia Zootécnica Pós Graduação em Desenvolvimento Local e Regional	É colaborador da ATAHCA desde 1992 e participou em diversos projectos relacionados com o Desenvolvimento Local. Colaborou na implementação dos Programa Leader, Leader II, Leader + e PRODER
Maria da Conceição Ribeiro Fernandes	Técnica de Desenvolvimento Local	Lic. Engenharia Agrícola Pós – Graduação em Desenvolvimento e Cooperação	É colaboradora da ATAHCA desde 2002. Como Técnica de Desenvolvimento Local especializou-se na implementação do Programa AGRIS e PRODER. Responsável pela formação.
José Carlos Gonçalves Martins	Técnico de Desenvolvimento Local	Lic. Arquitetura Pós-Graduação em Gestão Agentes de Desenvolvimento	É colaborador da ATAHCA desde 2002. Como Técnico de Desenvolvimento Local especializou-se na implementação do Programa AGRIS e PRODER. Acompanhou alguns projetos de formação.
Luciano Joaquim de Oliveira Barros	Técnico de Desenvolvimento Local	Bac. Relações Públicas Pós Graduação em Desenvolvimento Local e Regional	É colaborador da ATAHCA desde 1998. Colaborou na implementação do Programa Leader, Leader II, Leader + e PRODER Acumula experiência em projectos de Cooperação Interterritorial e Transnacional
Vítor da Silva Tinoco	Técnico de Desenvolvimento Local	Lic. Engenharia do Ambiente Téc. Superior de HST Pós Graduação em Gestão Ambiental e ordenamento do Território.	É colaborador da ATAHCA desde 2002. Técnico de Desenvolvimento Local especializou-se na implementação do Programa AGRIS e PRODER. Acompanhou alguns projetos de formação.
Sandra Manuela Jácome da Silva	Técnica de Desenvolvimento Local	Lic. Sociologia das Organizações Pós Graduação em Educação – Especialização em Educação de Adultos	É colaboradora da ATAHCA desde 2012. Desenvolveu funções de técnica de reconhecimento, validação e certificação de competência e técnica de formação. Com experiência na conceção e gestão de projectos de formação, elaboração de candidaturas e processos de certificação.
Manuela Maria Anes Álvares	Técnica Financeira	Lic. Gestão e Comunicação de Empresas, Especialização em contabilidade e novas tecnologias, Pós-graduação em fiscalidade/contabilidade/TOC	É colaboradora da ATAHCA desde 1991. Tem sido responsável pela gestão dos vários projetos
Maria de Fátima Saraiva da Mota	Técnica Financeira	Lic. Gestão Comercial e Contabilidade/TOC	É colaboradora da ATAHCA desde 2002. Tem colaborado na execução financeira de vários projetos de desenvolvimento local.
Maria Estela Fernandes Ribeiro	Técnica Administrativa	12º ano - Curso Técnico de Turismo de Ambiental e Rural	É colaboradora da ATAHCA desde 1998. Tem colaborado em todos os projectos e atividades da instituição.

D. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO TERRITÓRIO DE INCIDÊNCIA

1. CARATERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

DINÂMICA DEMOGRÁFICA

Uma breve análise das dinâmicas territoriais, a nível demográfico confirma a tendência de que o Cávado continua a evidenciar uma situação comparativa com o Continente e Região Norte reveladora de um território demograficamente ainda ativo.

Em 2001 residiam no Cávado 393.063 mil indivíduos, o correspondente a cerca de 4% da população portuguesa e a 11% da população da região Norte. Em 2011, à semelhança do país e da região, o Cávado registou um aumento ligeiro na população residente. Em coerência com este indicador, o Cávado ainda mantém o estatuto de território jovem onde todos os concelhos, com exceção de Terras do Bouro, apresentam pesos de população com menos de 15 anos superiores ao Continente e Região. Apenas Terras de Bouro apresenta índice de população com mais de 65 anos superior à Região e Continente.

População residente e Estrutura etária da população

Âmbito Geográfico	Grupos etários							
	Total		0-14		15-64		65+	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Continente	9.869.343	10.047.621	1.557.934	1.484.120	6.682.813	6.625.713	1.628.596	1.937.788
Norte	3.687.293	3.689.682	644.948	557.233	2.527.587	2.501.010	514.758	631.439
Cávado	393.063	410.169	76.193	67.406	270.588	284.096	46.282	58.667
Amares	18.521	18.889	3.581	3.139	12.256	12.653	2.684	3.097
Barcelos	122.096	120.391	24.648	20.002	84.292	83.842	13.156	16.547
Braga	164.192	181.494	30.733	29.667	115.695	127.933	17.764	23.894
Esposende	33.325	34.254	6.680	5.655	22.639	23.550	4.006	5.049
Terras de Bouro	8.350	7.253	1.390	945	5.189	4.529	1.771	1.779
Vila Verde	46.579	47.888	9.161	7.998	30.517	31.589	6.901	8.301

Fonte: PORDATA, INE

Com uma área de 1242,6 Km² e com uma população, superior a 410 mil habitantes, a NUT do Cávado regista em 2011 uma elevada densidade populacional com cerca de 329 habitantes por km², valor muito superior ao país (112.8 hab/Km²) e região Norte (173 hab/km²). Braga e Barcelos são os municípios mais populosos do Cávado, representando juntos cerca de 73% da população residente na sub-região e contrastando com os territórios menos povoados como é o caso de Amares e Terras de Bouro.

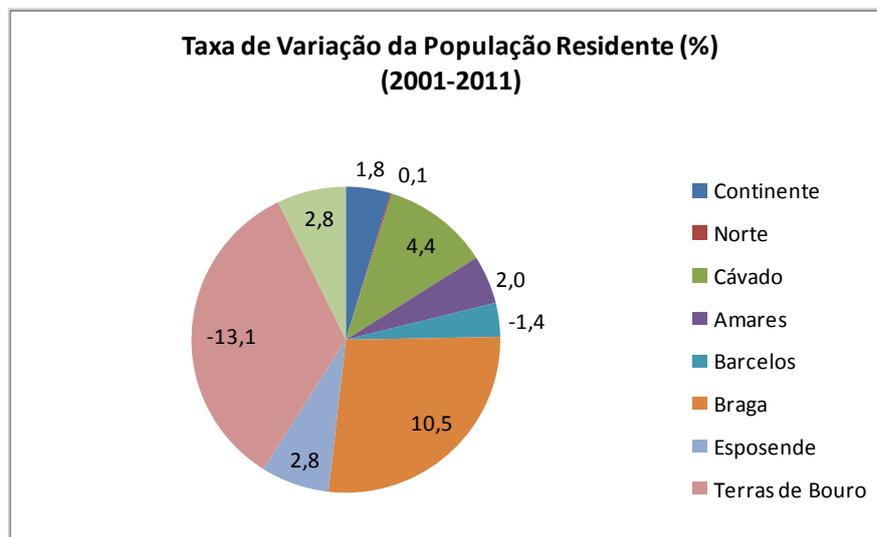
Densidade Populacional por Município hab/km²

Âmbito Geográfico	N.º médio de indivíduos por Km ²	
	2001	2011
Continente	110,8	112,8
Norte	173,2	173,3
Cávado	315,5	329,2
Amares	225,9	230,5
Barcelos	322,2	317,7
Braga	896,2	989,6
Esposende	349,3	359,0
Terras de Bouro	30,1	26,1
Vila Verde	203,7	209,4

Fonte: PORDATA, INE (2011)

Combinando a informação do crescimento da população residente e do saldo natural, conclui-se que o Cávado é globalmente um território com capacidade de atração de população na última década relativamente baixa, no qual só Braga apresenta uma taxa de atração significativa. Barcelos, Esposende e Terras do Bouro são concelhos com atração demográfica negativa, com incidência particular para Barcelos que de acordo com os dados disponíveis pelo INE (2011) repeliu na última década cerca de 6.300 indivíduos, apesar de revelar um crescimento natural de cerca de 4.600 indivíduos.

Do ponto de vista da variação da população residente (2001-2011), Barcelos e Terras de Bouro são os que apresentam uma variação negativa da população, tal como se pode constatar no gráfico seguinte.



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Recenseamento Geral da População - INE

Na globalidade o Cávado apresentou, nos últimos dez anos, segundo os últimos censos, uma evolução favorável da população estrangeira que reside no território, com um crescimento superior à Região Norte, com expressão particular em Braga (+80,4%) e Terras do Bouro

(+66,4%). Com esta evolução Braga apresenta um peso de população estrangeira próximo do Continente (5 contra 6%) e bastante acima do peso na Região Norte (3%).

Os espaços rurais e de baixa densidade são detentores de um importante património (paisagístico, histórico, cultural ou natural) que importa preservar, promover e valorizar, sabendo-se que o êxodo populacional destas zonas contribui para a destruição do capital social necessário à mobilização produtiva desse património. Estes recursos endógenos dispõem hoje de mercado muito importante e, por esse facto, constituem um ativo em matéria de desenvolvimento. Será através da mobilização desses mesmos recursos que, cada vez mais, se tornará possível ocupar as populações em atividades crescentemente mais qualificadas, o que evitará ou atenuará os constantes fluxos migratórios que marcam os últimos anos.

Não obstante o inquestionável valor dos recursos endógenos da região, assim como o elevado potencial que a mesma faz denotar, não é suficiente, per si para fixar as populações aos territórios rurais, especialmente os mais jovens, fração muito afetada pelos constrangimentos económicos e sociais do atual cenário de crise. Este abalar das camadas jovens, a par da retumbante incapacidade de regeneração demográfica do país, faz-se refletir nos índices de envelhecimento da população, que têm vindo a agravar desde os últimos censos.

Índice de Envelhecimento da População

Âmbito Geográfico	Índice de envelhecimento	
	2001	2011
Continente	104,5	130,6
Norte	79,8	113,3
Cávado	60,7	87,0
Amares	75,0	98,7
Barcelos	53,4	82,7
Braga	57,8	80,5
Esposende	60,0	89,3
Terras de Bouro	127,4	188,3
Vila Verde	75,3	103,8

Fonte: Recenseamentos Gerais da População – INE

A melhoria das condições de higiene, alimentação, saúde e qualidade de vida resultaram num aumento da idade média da população. Portugal mantém a tendência de envelhecimento demográfico, com a redução dos efetivos populacionais jovens, como resultado da baixa da natalidade, a par com o acréscimo do número de pessoas idosas, devido ao aumento da esperança de vida.

Em resultado, o índice de envelhecimento aumentou de 104 para 130 idosos por cada 100 jovens, entre 2001 e 2011, representa um aumento de +35% face a 2001 (104 idosos por cada 100 jovens) e que se torna relevante no progressivo envelhecimento populacional.

Âmbito Geográfico	Índice de dependência de idosos	
	2001	2011
Continente	24,4	29,2
Norte	20,4	25,2
Cávado	17,1	20,7
Amares	21,9	24,5
Barcelos	15,6	19,7
Braga	15,4	18,7
Esposende	17,7	21,4
Terras de Bouro	34,1	39,3
Vila Verde	22,6	26,3

Fonte: Recenseamentos Gerais da População

O território da Região do Norte continua a caracterizar-se por fenómenos de segmentação social e económica, mais vincados em territórios críticos de baixa densidade, que registam índices mais elevados de envelhecimento populacional, caracterizados por uma concentração multidimensional de problemas e uma forte redução do bem-estar e da qualidade de vida.

EDUCAÇÃO

A partir da informação retirada dos últimos censos é possível inferir que no Cávado ainda predominam os baixos níveis de escolaridade da população residente, comprovados por uma percentagem muito significativa da população com uma escolaridade inferior ao ensino secundário. Do total da população residente com habilitações até ao 12º ano cerca de 73% tem apenas o 1º, 2º e 3º enquanto o número de indivíduos com escolaridade no nível secundário representa 27% neste escalão.

Escolaridade da população

Âmbito Geográfico	Nível de escolaridade															
	Total		Sem nível de escolaridade		Ensino Básico						Ensino Secundário		Ensino pós-secundário		Ensino Superior	
	2001	2011	2001	2011	1º ciclo		2º ciclo		3º ciclo		2001	2011	2001	2011	2001	2011
Continente	8.311.409	8.563.501	1.488.536	884.705	2.501.939	2.322.454	1.142.870	1.082.748	1.356.917	1.636.402	1.119.720	1.355.254	64.779	83.485	636.648	1.198.453
Norte	3.042.345	3.132.449	537.518	321.809	1.000.694	929.545	508.614	463.451	445.430	578.115	343.629	437.916	18.621	26.221	187.839	375.392
Cávado	316.870	342.763	50.294	31.037	97.888	90.844	62.206	55.395	48.459	67.918	36.189	50.609	2.069	2.855	19.765	44.105
Amares	14.940	15.750	3.342	1.847	5.012	4.714	2.664	2.380	2.093	3.007	1.357	2.316	44	156	428	1.330
Barcelos	97.448	100.389	15.723	9.333	33.311	30.188	23.991	20.688	13.022	20.058	8.165	12.261	327	688	2.909	7.173
Braga	133.459	151.827	16.061	10.441	35.572	33.911	20.510	19.775	24.565	30.771	21.253	26.282	1.438	1.435	14.060	29.212
Esposende	26.645	28.599	4.463	2.736	8.513	7.707	6.134	5.321	3.721	5.449	2.454	3.881	125	256	1.235	3.249
Terras de Bouro	6.960	6.308	1.892	1.019	2.492	2.218	1.274	827	765	1.121	383	769	18	41	136	313
Vila Verde	37.418	39.890	8.813	5.661	12.988	12.106	7.633	6.404	4.293	7.512	2.577	5.100	117	279	997	2.828

Fonte: INE - Censos 2011

O impacto positivo do investimento na educação, em múltiplas dimensões, também é bem patente na melhoria generalizada da conclusão dos ciclos de estudo na população mais jovem. Na conclusão do 9º ano, os valores são superiores a 85% (entre 20 e 29 anos); na conclusão do ensino secundário, estão próximos dos 60% (entre 20 e 29 anos); finalmente,

quase 30% da população entre os 25 e os 34 anos de idade concluiu o ensino superior (INE, Censos 2011).

A heterogeneidade interna é muito evidente, com Braga a assumir o melhor desempenho educativo e a contrabalançar um diagnóstico mais desfavorável sobretudo em municípios como Vila Verde, Terras de Bouro e mesmo Barcelos (saída antecipada de 44%). Porém, é de registar a evolução favorável entretanto observada.

Em 2001 o Cávado apresentava um conjunto de indicadores no domínio educativo que revelavam grandes assimetrias internas, sobretudo nos elevados níveis de abandono escolar e saída precoce ou antecipada do sistema educativo. Desde então, os progressos foram notáveis, e atualmente a NUTS III Cávado apresenta indicadores que são, de uma forma geral, melhores do que a média nacional, embora isso não corresponda à eliminação destes fenómenos. Persistem algumas desigualdades internas, que penalizam, sobretudo, Vila Verde.

Ao nível do abandono escolar este indicador melhorou a nível nacional e na região norte, fazendo-se acompanhar pelo mesmo movimento em todos os concelhos do Vale do Cávado.

Taxa de Abandono Escolar, Saída Antecipada e Saída Precoce, em 2001 e 2011, por município (%)

Ambito Geográfico	Abandono Escolar		Saída Antecipada		Saída Precoce	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	2,8	1,6	24,6	9,1	44,8	27,1
Norte	3,5	1,5	32,1	9,5	51,2	28,9
Cávado	2,6	1,3	34	6,8	54,4	25,5
Amares	4	1,7	38,6	7,9	58	25,2
Barcelos	3	1,2	43,9	7,7	64,6	31,6
Braga	1,4	1,3	20,9	5,4	41,3	19,4
Esposende	3,1	1,4	39,3	7,5	60,4	27,9
Terras de Bouro	4,1	1,1	40,6	6,4	60,6	25,5
Vila Verde	4,4	1,7	46,3	8,7	65,5	30,5

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População

Em 2001, quando a média nacional de abandono escolar era de 2,8% e da região norte de 3,5%, a do Cávado já era inferior de 2,6%. Contudo o único concelho com níveis abaixo da média nacional era Braga. Em 2011 quando a média nacional era de 1,6% quase todos os concelhos do Cávado tinham uma média inferior, com exceção de Amares e Vila Verde com 1,7%.

Mais significativos são os indicadores da saída precoce do sistema de ensino (percentagem de indivíduos com idades entre 18 e 24 anos que não concluíram o 12º ano) que revelam uma dinâmica animadora em todo o espectro geográfico. De notar que este decréscimo no Cávado foi superior a 50%, chegando em alguns concelhos, como é o caso de Terras de Bouro, Vila Verde e Esposende a ultrapassar este valor.

Não obstante esta tendência, resultante da injunção dos 12 anos de escolaridade obrigatória, é inegável o trabalho que ainda está por fazer, não sendo de todo possível ignorar que no Cávado ainda persiste uma percentagem de 25,5% de indivíduos que detêm habilitação inferior ao 12º ano.

As principais causas do abandono e do insucesso escolar no Cávado estão relacionadas com as oportunidades de trabalho para mão-de-obra pouco qualificada, a debilidade das condições materiais de algumas famílias, a excessiva padronização do ensino e a fraca diversidade da oferta educativa face à diversidade socioeconómica do território. Significa porém que, para além de matérias essencialmente do âmbito da política educativa e da sua materialização, subjazem alguns aspetos problemáticos relacionados com o desenvolvimento social e com o modelo económico e empresarial vigente.

O Cávado apresenta ainda valores comparativamente mais favoráveis do que o Continente e a Região em matéria de retenção e desistência no ensino básico (todos os concelhos têm melhores resultados) e de conclusão e transição no ensino secundário regular, apenas Terras de Bouro apresenta uma taxa inferior à do Continente.

Quanto à conclusão do ensino superior, os valores, segundo os dados apresentados pelo INE (2011) duplicaram na última década em Portugal, de 14,2% para 27,2%, e mais que duplicaram na Região Norte e no Cávado.

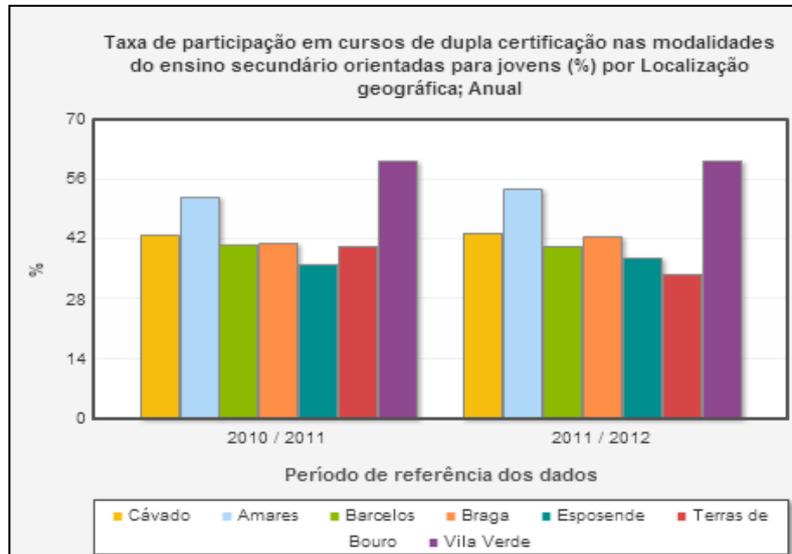
Ao manter-se esta dinâmica seria possível almejar a meta dos 40% previstos no Horizonte 2020, que previa uma subida da média nacional, caso se mantivesse o ritmo de crescimento, tanto no país como na Região. No entanto, a realidade é reveladora de outra sintomatologia, verifica-se um abrandamento no crescimento da frequência do ensino superior, resultantes de novas enfermidades que emergem do contexto económico e social, pelo que será uma meta difícil de alcançar. Ainda assim, o Cávado apresenta uma percentagem de população com formação superior já muito próxima do valor do Continente e superior ao da Região.

Não obstante o território do Cávado se localizar no coração do ecossistema de inovação organizado em torno da Universidade do Minho, e por isso apresente sobretudo em Braga indicadores positivos de qualificação da população ativa, a baixa (embora crescente) produtividade do trabalho face à média nacional não deixa de traduzir a inércia de baixas qualificações que caracterizou no passado este território.

O Cávado apresenta percentagens de população a frequentar cursos profissionais no ensino secundário regular superiores em todos os concelhos (com exceção de Braga) valores superiores aos observados na Região e no Continente, o que pode constituir uma aclaração para a progressão observada na redução das taxas de abandono escolar, face à diversidade de modalidades de ensino disponíveis.

A oferta de cursos profissionais é variada, desde cursos direcionados para a informática até à prestação de serviços, passando pelo sector da indústria. A formação existente abre perspectivas de disponibilidade de mão-de-obra qualificada direcionada não exclusivamente para sectores tradicionais (particularmente a fileira têxteis/confeções), tornando-se um fator de maior diversificação das atividades produtivas.

Para além dos cursos profissionais os jovens têm também oportunidade para concluir o ensino secundário através de cursos de dupla certificação, que lhes confere simultaneamente a certificação escolar e os prepara para uma determinada profissão, como é o caso dos CEF e dos cursos Vocacionais.



Fonte: Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

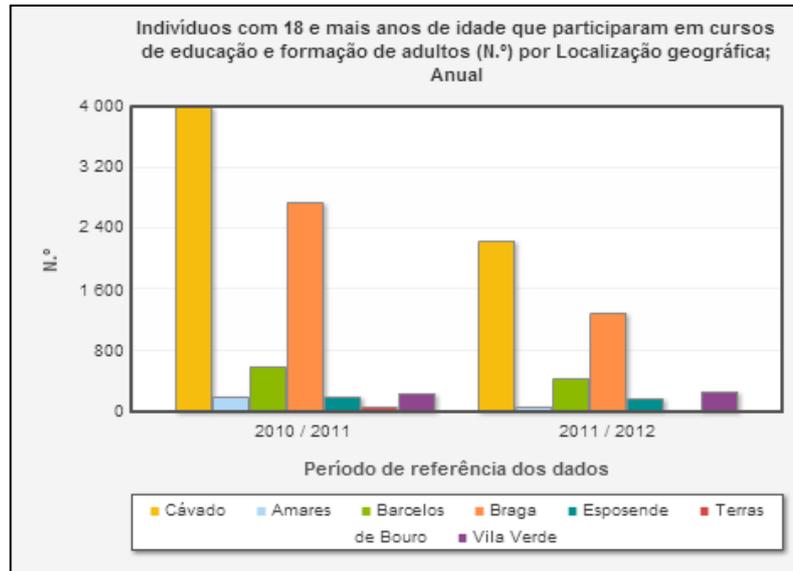
Pelos indicadores apresentados podemos constatar que Vila Verde e Amares apresentam uma taxa de participação em cursos de dupla certificação pelos jovens, superior à taxa média do Cávado.

Pese embora, do ponto de vista dos equipamentos e da cobertura territorial dos serviços escolares, houve um investimento significativo e a política de ensino está em permanente evolução (alteração), ainda está por fazer uma melhor integração da escola com o meio empresarial, com os problemas sociais, decorrentes do desemprego (agravando as condições económicas das famílias) e da falta de oportunidades de trabalho (induzindo a emigração de jovens).

Com o aparecimento dos Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), através das ofertas formativas de dupla certificação vislumbrava-se uma maior aproximação entre as competências e o conhecimento, mas na realidade esta oferta, destinada a adultos desempregados, ou em risco de perder o emprego, revelou-se uma forma fortuita de escamotear estatísticas do desemprego em vez de verdadeiras oportunidades de (re)integração no mercado de trabalho. Acresce referir que a maior parte do público que frequentou esta tipologia de formação foi essencialmente feminino, com idades médias acima dos 40 anos, franja substancialmente afetada pela inquietação do desemprego.

O Cávado apresenta percentagens de população (2011) a frequentar cursos de educação e formação de adultos superiores às do Continente e Região Norte, com exceção de Barcelos, Esposende e Vila Verde, o que faz denotar uma perspetiva relevante de recuperação das baixas qualificações.

Numa altura em que a conjuntura do país se agravou substancialmente e os níveis de desemprego dispararam para históricos inimagináveis, os cursos EFA apareceram como um recurso financeiro para muitas famílias uma vez que a participação como formando conferia benefícios sociais atrativos (bolsa de formação, subsídio de transporte, subsídio de alimentação, subsídio de acolhimento e subsídio de alojamento).



Fonte: Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Analisando o gráfico é possível perceber que Braga e Barcelos foram os que mais oferta nesta modalidade disponibilizaram. Podemos inferir também que a oferta disponível reduziu no ano letivo 2011/2012, face ao anterior, resultante da escassez financeira que se verificou à medida que o quadro comunitário se desenvolveu.

ATIVIDADE ECONÓMICA

A Região Norte e os concelhos da NUT Cávado tal como Portugal no seu conjunto, encontra-se num contexto macroeconómico particularmente difícil, caracterizado pela redução generalizada da atividade económica, do emprego e do bem-estar social. Esta situação é explicada, essencialmente, pelos efeitos recessivos do programa de ajustamento financeiro recentemente concluído, cujos efeitos negativos na procura interna não são totalmente compensados pela evolução positiva da procura externa dos bens e serviços produzidos na Região do Norte e no país.

O Cávado apresenta fortes potencialidades de desenvolvimento de novas atividades, na sua maioria decorrentes da ascensão na cadeia de valor de atividades de especialização do perfil produtivo destes territórios.

Denota-se uma concentração de empresas de base tecnológica, de talentos e de competências concentradas em Universidades e instituições de I&DT de projeção nacional, e

mesmo internacional, nas suas áreas de especialização, apesar de ser ainda evidente a sua insuficiente articulação com um tecido produtivo. Assim, num quadro de desenvolvimento futuro do Cávado e de evolução irreversível no sentido do reforço e liderança de atividades intensivas em tecnologias e conhecimento, um dos maiores desafios é a capacidade de multiplicação de *start-ups* na estrutura industrial deste território, com amplos efeitos multiplicadores sobre a economia regional.

A maior parte da atividade económica do Vale do Cávado está concentrada em Braga, embora Barcelos também tenha um relevo bastante importante na região. Estes dois concelhos absorvem, no seu conjunto, mais de 80% do emprego por conta de outrem. Os outros concelhos mais relevantes em termos de emprego são Vila Verde e Esposende. Amares e Terras de Bouro têm uma atividade empresarial muito reduzida. Braga e Barcelos possuem, desde longa data, uma concentração do emprego que ultrapassa de forma substancial a sua população residente. No entanto, as alterações recentes na repartição territorial das atividades económicas evidenciam uma evolução em sentido contrário: a concentração do emprego por conta de outrem em Braga e em Barcelos tem diminuído em benefício de Vila Verde, Amares e Esposende.

Comparativamente com as atividades económicas em geral, as atividades terciárias estão muito concentradas em Braga. Este, por si só, absorve mais de 63% do emprego por conta de outrem afeto aos serviços na região. Em contrapartida, as atividades secundárias estão claramente mais representadas em Barcelos, que concentra 41% de todo o emprego por conta de outrem existente na indústria. As atividades primárias estão, em termos relativos, mais concentradas em Amares, Vila Verde e Esposende. Estes três concelhos, no seu conjunto, absorvem 38% do emprego por conta de outrem no sector primário da região.

No atual contexto, a existência de boas infra-estruturas de apoio às atividades produtivas numa região afirmam-se como um elemento muito importante para a promoção da chamada eficiência empresarial coletiva, sobretudo porque permite aos empreendedores e às empresas aceder a uma gama alargada de serviços essenciais e gozar de ligações privilegiadas com os atores relevantes para os processos de inovação e de desenvolvimento tecnológico (universidades, politécnicos, centros de investigação, interfaces, incubadoras, centros tecnológicos). O Cávado, em conjunto com os concelhos de proximidade que se encontram integrados no Ave, dispõe atualmente de uma boa dotação em infraestruturas de suporte ao tecido empresarial.

A par de estruturas associativas com uma boa representatividade ao nível da região e do país como a Associação Industrial do Minho (AIMinho), a Associação Comercial e Industrial de Barcelos (ACIB), a Associação Comercial de Braga (ACB), a Associação Comercial e Industrial de Esposende (ACIE) e a Associação das PME de Portugal, encontramos a Universidade do Minho, o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, a Universidade Católica de Braga, a Invest Braga que inclui o Parque de Exposições de Braga (PEB) e outros centros de investigação associados às universidades. Existem, também, algumas incubadoras estabelecidas ou em fase de conclusão: em Barcelos, o Centro Empresarial de Barcelos (CEB); em Braga, o BIC-Minho, a SpinValor e o Ideia Atlântico; em Vila Verde, o IEMinho e o Centro de Dinamização Empresarial; o polo de

Braga da TecMinho. Em cada um dos pólos da UM, existem ainda estruturas de interface orientadas para a transferência de tecnologia e de conhecimento.

Estruturas de Apoio ao Empreendedorismo do Cávado

	Identificação da Estrutura	Localização Geográfica	Condições de Suporte	Áreas de Actuação	Parceiros
Barcelos	Centro Empresarial de Barcelos	Estádio Municipal	14 Gabinetes Escritórios Virtuais Espaços de Apoio Serviços de Apoio	Promoção da Capacidade criativa e Empreendedora dos Jovens	Município de Braga Anje
Braga	Oficina da Inovação (BIC Minho)	Braga	15 Gabinetes Espaços de Apoio	Promoção do Empreendedorismo de suporte à inovação	BICS - Business Innovation Centres de Portugal EBN - European BIC Network
	SpinValor	Braga	-	Promoção de Spin Offs	Universidade do Minho TECMINHO
	Ideia Atlântico	Braga	50 Gabinetes de Trabalho Serviços de Apoio	Incubação de Empresas Centro de Negócios	PME Portugal SGPME - Sociedade de Capital de Risco
Vila Verde	IE Minho - Instituto Empresarial do Minho	Soutelo	21 favos Espaços de Apoio	Apoio à incubação de Empresas de base Tecnológica	Câmara Municipal de Vila Verde Associação Industrial do Minho Universidade do Minho Associação Comercial Braga IDITE-Minho
	Centro de Dinamização Empresarial	Soutelo	Serviços de Apoio Espaço Multiusos Formação Profissional	Serviços de Apoio ao Empreendedorismo de Base Local	Câmara Municipal de Braga Associação Comercial Braga

Fonte: Abordagens Temáticas PAISCTP NUTS 3 Cávado, Associação de Municípios do Cávado

No Cávado está também instalada uma unidade de investigação de âmbito internacional que é o Laboratório Internacional de Nanotecnologia (INL), que nasceu de uma iniciativa conjunta de Portugal e Espanha e fica situado em Braga.

É um território conhecido pelos diversos espaços de acolhimento empresarial, nomeadamente parques industriais e zonas industriais reveladoras da dinâmica empresarial do território. Neste capítulo Braga destaca-se pelo número de espaços empresariais existentes, seguido de Esposende e Amares.

Espaços de Acolhimento Empresarial do Cávado

	Identificação da Estrutura	Localização Geográfica	Área Total	Entidade Promotora	Actividades Principais
Amares	Parque Industrial	Monte Rabadas (Prozeló)	6,9 ha	Câmara Municipal de Amares	Construção; Reparação Automóvel; Metalomecânica
	Parque Industrial	Rio Tinto (Rendufe)	6,3 ha	Câmara Municipal de Amares	Transformação de Granitos; Análises Clínicas; Climatização; Mobiliário de Cozinha, Artesanato.
	Parque Industrial	Veiga (Lago)	8,5 ha	Câmara Municipal de Amares	Transformação de Alumínio
Barcelos	Parque Industrial	Várzea	4,4 ha	Associação Comercial e Industrial de Barcelos	-
	Zona Industrial	Pousa	9,5 ha	Martins & Companhia	-
Braga	Zona Industrial	Adaúde 1	27,2 ha	Câmara Municipal de Braga	Metalomecânica; Construção; Serviços.
	Zona Industrial	Adaúde 2	8,3 ha	Câmara Municipal de Braga	Têxtil; Vestuário; Comércio
	Zona Industrial	Adaúde 3	0,9 ha	Câmara Municipal de Braga	-
	Zona Industrial	Padim da Graça	18,3 ha	Câmara Municipal de Braga	Têxtil; Vestuário; Metalomecânica; Mármore e Granitos; Comércio.
	Zona Industrial	Celeirós 1	14,5 ha	Câmara Municipal de Braga	Metalomecânica; Plásticos.
	Zona Industrial	Celeirós 2	17,9 ha	Câmara Municipal de Braga	Metalomecânica; Reparação de Automóveis; Mobiliário.
	Zona Industrial	Celeirós 3	32,4 ha	Câmara Municipal de Braga	-
	Zona Industrial	Pintancinhos	32,4 ha	Câmara Municipal de Braga	Construção
	Zona Industrial	Sobreposta	59,9 ha	Câmara Municipal de Braga	Metalomecânica; Plásticos e Borracha.
	Zona Industrial	Nogueira	7,8 ha	Câmara Municipal de Braga	Comércio
	Zona de Armazenagem	Frossos	14,2 ha	Câmara Municipal de Braga	Comércio
	Zona de Armazenagem	Sequeira	18,0 ha	Câmara Municipal de Braga	Comércio
Esposende	Núcleo Industrial	Antas	2,2 ha	Câmara Municipal de Esposende	Transformação de Pedra, Madeira e Serralharia
	Zona Industrial	Gandra	88,3 ha	Câmara Municipal de Esposende	Têxtil; Transformação de Pedra; Madeira; Serralharia.
	Zona Industrial	Fão	34,0 ha	Câmara Municipal de Esposende	Têxtil e Vestuário; Serralharia; Engenharia; Pré-Esforçados
Terras de Bouro	Zona Industrial	Balança	1,7 ha	Câmara Municipal de Terras de Bouro	Carpintaria
Vila Verde	Lotes Industriais	Balança	10,4 ha	Câmara Municipal de Vila Verde	-

Fonte: Abordagens Temáticas PAISCTP NUTS 3 Cávado, Associação de Municípios do Cávado

Ao nível de parques de exposições, existe apenas o Parque de Exposições de Braga (PEB), tratando-se da única estrutura da região vocacionada para a realização de feiras, exposições, congressos e outros eventos de dimensão nacional ou internacional, composta por um espaço para feiras/exposições e um centro de congressos.

EMPREGO E REMUNERAÇÕES

Segundo os dados dos últimos censos o Cávado registou um aumento ligeiro de população ativa, à semelhança do que aconteceu na região norte e no país. Em 2001 registava um total de 193.443 indivíduos, aumentando em 2011 para 203.581, correspondentes a um aumento de 5,24%

Quando analisados os dados por grupo etário constatamos que no grupo dos 25 aos 34 anos houve um decréscimo, assim como no grupo dos 65+.

População activa segundo os Censos: total e por grupo etário

Âmbito Geográfico	Grupos etários													
	Total		15-24		25-34		35-44		45-54		55-64		65+	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Continente	4.778.115	4.780.963	692.884	406.734	1.334.210	1.212.740	1.224.498	1.347.950	965.932	1.152.924	474.156	592.936	86.435	67.679
Norte	1.775.015	1.756.065	293.585	166.295	516.584	447.348	465.798	498.586	332.391	428.996	144.013	196.495	22.644	18.345
Cávado	193.443	203.581	35.693	19.685	59.845	54.807	50.464	59.381	33.208	47.917	12.461	20.155	1.772	1.636
Amares	7.962	8.477	1.692	861	2.413	2.337	1.979	2.490	1.254	1.940	551	799	73	50
Barcelos	61.565	59.734	13.024	6.563	19.451	15.713	15.245	17.506	9.878	13.655	3.525	5.882	442	415
Braga	85.194	94.411	12.616	7.801	26.299	25.471	23.752	27.550	16.045	23.241	5.617	9.554	865	794
Esposende	16.324	17.023	3.281	1.677	4.965	4.540	4.129	4.944	2.670	3.885	1.107	1.810	172	167
Terras de Bouro	2.988	2.696	573	307	819	634	741	714	515	662	289	341	51	38
Vila Verde	19.410	21.240	4.507	2.476	5.898	6.112	4.618	6.177	2.846	4.534	1.372	1.769	169	172

Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População

Acresce referir que no grupo etário dos 25 aos 34 anos, quando todos os concelhos apresentam uma trajetória decrescente, Vila Verde apresenta uma subida, registando um aumento do número de jovens de 5898 em 2001, para 6112 em 2011.

Apesar da evolução registada em anos recentes, as atividades económicas ainda denotam uma especialização em setores tradicionais e intensivos em mão-de-obra, com menos exigências de qualificação, mas também se deve registar o peso de diplomados em domínios de menor empregabilidade nas atividades dominantes ou emergentes.

O sector terciário continua a ser o sector que concentra maior número de indivíduos, à semelhança do que acontecia em 2001.

População empregada por sector de actividade económica

Âmbito Geográfico	Sector de actividade económica							
	Total		Primário		Secundário		Terciário	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Norte	1656103	1501883	78726	43023	758079	533848	819298	925012
Cávado	182190	177601	7334	4263	90733	69908	84123	103430
Amares	7419	7279	568	316	3433	2372	3418	4591
Barcelos	58934	52512	2867	1794	37594	28523	18473	22195
Braga	79298	81971	893	527	31374	24563	47031	56881
Esposende	15531	15100	1266	817	8215	6414	6050	7869
Terras de Bouro	2651	2235	394	170	876	561	1381	1504
Vila Verde	18357	18504	1346	639	9241	7475	7770	10390

Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População

Alguns dos desequilíbrios no mercado de trabalho estão relacionados com o desajuste entre a oferta e a procura de qualificações na região, aspeto que é demonstrado pelo facto de muitos dos desempregados jovens terem formação superior.

O aumento dos índices de desemprego nos últimos anos implica, atualmente, a existência de um número relevante de desempregados que necessitam ser reconvertidos profissionalmente, adquirindo novos conhecimentos e desenvolvendo novas competências que os capacitem para o reingresso no mercado de trabalho. O desafio coexiste com o da necessidade de promover esta requalificação também ao nível dos empregados em empresas de setores pressionados pelo processo de adaptação rápido, que passará por aumentos de produtividade.

No contexto do crescimento geral do desemprego, um dos aspetos mais problemáticos diz respeito ao peso do desemprego de longa duração. Segundo dados das Estatísticas mensais do emprego, 56,7% dos desempregados na Região do Norte estavam nessa situação há mais de um ano e 35,0% estavam mesmo desempregados há mais de dois anos (valores médios anuais).

População desempregada registada nos Centros de Emprego

Concelho	Género		Tempo de Inscrição		Situação face à procura de emprego		Total
	Homens	Mulheres	< 1 Ano	1 Ano E +	1º Emprego	Novo Emprego	
Continente	272488	291824	285 994	278 318	60 041	504 271	564312
Norte	121395	132085	114943	138537	30045	223435	253480
Cávado	11397	12500	11846	12051	2911	20986	23897
Amares	618	708	616	710	193	1133	1326
Barcelos	2882	2651	2890	2643	742	4791	5533
Braga	5793	6570	5812	6551	1354	11009	12363
Esposende	718	778	828	668	158	1338	1496
Terras de Bouro	214	350	317	247	69	495	564
Vila Verde	1172	1443	1383	1232	395	2220	2615

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional - Estatísticas Mensais por Concelho - Dezembro 2014

Relativamente às características dos desempregados inscritos, o primeiro aspecto a relevar é a duração do desemprego e a importância do desemprego de longa duração (> 1 ano),

que atinge praticamente metade dos desempregados do Cávado inscritos nos Centros de Empregos (47%).

Quando comparada com as realidades regional e nacional, em que o DLD representa, respetivamente, 23 e 24% dos inscritos, é evidente que esta condição dos desempregados marca de forma decisiva o desemprego na NUT III Cávado. Quanto à distribuição pelos diversos concelhos não se encontram grandes disparidades, exceto a situação particular de Terras de Bouro, que se deverá à estagnação estrutural do seu mercado de trabalho.

Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional por grupo etário

Âmbito Geográfico	Grupos etários					
	Total	<25	25-34	35-44	45-54	55+
Continente	671.716,4	82.800,6	148.438,2	160.048,3	157.999,1	122.430,3
Norte	296.353,3	38.723,4	61.494,1	66.259,5	72.909,1	56.967,3
Cávado	27.786,1	3.704,3	6.177,0	6.220,7	6.269,9	5.414,2
Amares	1.532,1	207,0	337,3	368,9	348,7	270,3
Barcelos	6.514,9	1.070,5	1.224,9	1.258,8	1.481,0	1.479,8
Braga	14.454,8	1.642,5	3.432,9	3.397,3	3.244,8	2.737,3
Esposende	1.820,4	275,2	405,3	367,3	410,6	362,0
Terras de Bouro	499,8	81,3	101,2	115,9	114,8	86,7
Vila Verde	2.964,0	427,8	675,4	712,4	670,1	478,3

Fonte: PORDATA (IEFP/MSESS)

Em Dezembro de 2014, estavam inscritos no Centro de Emprego e Formação Profissional de Braga 27.786 pessoas.

Contudo, é inegável que o desemprego no Cávado assume um carácter estrutural (DLD), que abrange essencialmente indivíduos com baixas qualificações. A incerteza quanto ao prosseguimento da evolução positiva que se registou no final de 2013, leva a assumir o desemprego como fator determinante dos níveis de pobreza e exclusão social no território do Cávado, no curto e médio prazo, sendo previsível que a incidência geográfica se agudize em determinados territórios mais marcados pelas vivências e situações de exclusão multidimensional.

Além disso, outros fatores contribuem para o aumento do risco de pobreza e exclusão social. A situação de crise, a restrição nas transferências sociais e a diminuição dos salários, já de si predominantemente baixos, e a precariedade do trabalho, agudizam a debilidade económica e financeira das famílias, incluindo aquelas em que o agregado é composto maioritariamente por indivíduos com trabalho.

Nos últimos quatro anos, as sucessivas crises (internacional, dívidas soberanas, culminando no programa de assistência financeira) voltaram a penalizar a economia portuguesa, com reflexos no emprego.

Entre 2008 e 2012 (valores médios anuais), a Região do Norte sofreu a perda de 157 mil empregos, em termos líquidos. Ao mesmo tempo, a taxa de emprego da população de 20-64 anos recuou para 65,5% e a taxa de desemprego aumentou para 16,1%. Entre os jovens de 15-24 anos, o desemprego atingiu 32,8% em 2012 (média anual). Nos dois anos mais recentes,

na Região do Norte, o desemprego cresceu sobretudo entre os homens, pelo que se reduziu a diferença entre as taxas de desemprego masculina (15,3% em 2012) e feminina (17,0%, no mesmo ano). Por outro lado, a remuneração do trabalho na Região do Norte continua abaixo da média nacional, mesmo para níveis de qualificação equivalentes.

Ganho médio mensal por sector de actividade económica (2012)						
Âmbito Geográfico	Sector de actividade económica					
	Total	Agricultura, produção animal, caça, sicultura e pesca	Indústria, construção, energia e água	Indústrias transformadoras	Construção	Serviços
Continente	1.095,6 €	812,9 €	1.007,7 €	988,8 €	967,1 €	1.146,2 €
Norte	958,1 €	771,0 €	884,9 €	863,3 €	896,8 €	1.020,7 €
Cávado	891,4 €	618,7 €	843,5 €	806,3 €	902,0 €	945,1 €
Amares	857,9 €	680,5 €	828,1 €	772,6 €	879,6 €	889,4 €
Barcelos	790,3 €	608,5 €	749,0 €	730,8 €	806,9 €	882,0 €
Braga	983,4 €	627,6 €	962,6 €	932,8 €	995,8 €	999,0 €
Esposende	803,3 €	585,1 €	782,3 €	825,1 €	692,7 €	836,1 €
Terras de Bouro	833,3 €	602,7 €	1.335,1 €	620,6 €	657,1 €	692,7 €
Vila Verde	803,6 €	613,4 €	770,5 €	660,5 €	867,4 €	843,1 €

Fonte: PORDATA (GEP/MSESS | GEE/ME - Quadros de Pessoal)

A escassez do consumo interno condiciona o desempenho das empresas e, portanto, de toda a economia regional. O próprio potencial exportador regional sai prejudicado, uma vez que muitas das empresas exportadoras dependem também em grande parte do mercado interno. Neste contexto, o desafio para a política regional deve ser o de compatibilizar o estímulo à criação de emprego com a continuação do apoio a uma reestruturação do aparelho produtivo que garanta uma competitividade acrescida, reforçando o carácter industrial e exportador da Região do Norte.

O reforço da qualificação da população ativa, envolvendo o sistema educativo e a formação profissional, tem de continuar a ser uma preocupação central, reforçando a empregabilidade enquanto princípio de interação entre o sistema formador e o sistema produtivo, tendo em vista melhorar a adequação entre a oferta de ensino e de formação e as necessidades, as oportunidades e os riscos que emergem de um diagnóstico prospetivo. Por outro lado, importa que as empresas valorizem a sua dimensão formativa e, sobretudo, aproveitem produtivamente as competências, muitas vezes de elevado perfil, já disponíveis no mercado de trabalho. Assim, ao nível dos territórios, a promoção da empregabilidade requer um processo de concertação, que deve ser participado pelos principais atores representativos, designadamente órgãos de governação regional e local, da formação, da educação e do emprego, do tecido económico e do sistema de ciência e tecnologia, e deve dar origem a planos de ação para a promoção da empregabilidade em cada subespaço regional.

O SECTOR AGRÁRIO

A atividade agrária tem uma predominância relevante em termos ambientais, sociais, culturais e económicos no território apesar de não ser o sector com maior impacto em termos de criação de riqueza. É nele que estão presentes alguns dos principais ativos territoriais cujo potencial carece de valorização.

Estamos perante uma atividade primária de cariz familiar, associada a explorações de reduzida dimensão física e de pequena ou muito pequena dimensão económica – pouco ou nada especializadas, caracterizada pela pluriatividade e pelo plurirrendimento dos agregados familiares, apresentando custos de oportunidade baixos.

São ainda insuficientes as dinâmicas empresariais agrárias, apesar de nestes últimos anos se ter verificado uma crescente fixação de jovens com qualificação e espírito empresarial, em áreas como produção pequenos frutos, cogumelos, hortícolas, produção animal autóctone e apicultura, cujas explorações assumem um carácter mais profissional e especializado com produtividades que poderão ombrear com outras atividades económicas mais intensificadas.

A formação profissional agrícola é insuficiente e os níveis de qualificação da população agrícola estão muito abaixo da média nacional e europeia.

Estrutura fundiária e económica

Uni. Territorial	Explorações Agrícolas segundo os Censos							
	Nº			Dimensão (2009)				
	1999	2009	Variação (%)	< 1 hect	1 a 5 hect	5 a 20 hect	20 a 50 hect.	> 50 hect.
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
Amares	906	678	-25	94	514	62	6	1
Barcelos	4012	2737	-32	304	1826	541	54	5
Braga	1746	1180	-32	146	840	179	11	1
Esposende	1321	824	-38	164	559	97	4	0
Terras de Bouro	756	490	-35	60	350	64	5	9
Vila Verde	2690	1977	-27	326	1507	123	12	2
Cávado	11431	7886	-31	1094	5596	1066	92	18

Fonte: INE (RA 2009) e PORDATA

O número de explorações agrícolas diminuiu 31% (-3545 explorações) no espaço temporal entre os dois últimos censos, registando-se a maior quebra em Esposende, Terras de Bouro, Barcelos e Braga com valores acima do apresentado pela NUT III. Estes valores refletem os ajustamentos decorrentes das transformações socioeconómicas que o sector agrário tem vindo a sofrer nas últimas décadas, com diminuição do nº de agricultores ativos e consequente quebra da importância económica do sector.

Quanto à dimensão física verifica-se a predominância de explorações de pequena dimensão, 71% estão no escalão entre 1 e 5 ha e 14% abaixo de 1 hectare, restando apenas 15% com dimensão superior a 5 ha.

Uni. Territorial	Área das explorações		
	Nº de explo.	Área Total (hectares)	Área média (hectares)
Amares	678	3.281,84	4,84
Barcelos	2737	15.723,41	5,74
Braga	1180	5.573,13	4,72
Esposende	824	3.155,59	3,83
Terras de Bouro	490	11.389,54	23,24
Vila Verde	1977	7.440,39	3,76
Cávado	7886	46.563,90	5,9

Fonte: INE (RA 2009)

A área média das explorações agrícolas no Cávado é de 5,9 ha, com a maioria dos concelhos a apresentar explorações com área média inferior, a exceção vai para Terras de Bouro que no último censo apresenta área média de 23,24 hectares (valor superior a 99). Esta discrepância de valores deve-se às características naturais e físicas do concelho, com uma grande área de montanha e extensas manchas de baldios, que o tornam especialmente vocacionado para a pastorícia e produção extensiva de animais de carne cuja alimentação têm que ser obtida por via da utilização das superfícies forrageiras permanentes, na sua maioria localizadas em baldios.

Uni. Territorial	Explorações Agrícolas segundo os Censos			
	Natureza jurídica			
	Produtor Singular	Sociedades	Baldios	Outras Formas*
Amares	661	17	0	0
Barcelos	2656	74	0	7
Braga	1142	28	0	10
Esposende	818	6	0	0
Terras de Bouro	469	3	16	2
Vila Verde	1954	18	3	2
Cávado	7700	146	19	21

* - cooperativas, associações, estab. de ensino, etc

Fonte: INE (RA 2009)

A natureza jurídica da propriedade das explorações é quase totalmente dominada pelos produtores singulares. Predomina a figura jurídica do produtor agrícola autónomo, com 97% das explorações, sendo esta situação ainda mais evidente em Esposende (99%). As empresas agrícolas na forma de sociedade têm pouco significado no contexto agrário local e regional, representando 2% das explorações. Destaque para a figura jurídica dos baldios e impacto em termos de área abrangida a nível local, estando a maioria das explorações localizadas em Terras de Bouro, assumindo esta forma de exploração da terra grande importância socioeconómica pela sua utilização como suporte da alimentação forrageira das espécies de gado autóctone.

População Agrária

Uni. Territorial	Produtores agrícolas						
	Grupos etários (anos)						
	Total	< 24	25 a 34	35 a 44	45 a 54	55 a 64	> 65
Amares	678	1	17	61	132	171	296
Barcelos	2737	2	76	293	572	766	1028
Braga	1180	0	16	91	220	263	590
Esposende	824	2	37	83	184	264	254
Terras de Bouro	490	1	14	51	112	118	194
Vila Verde	1977	4	40	156	401	523	853
Cávado	7886	10	200	735	1621	2105	3215

Fonte: INE (RA 2009)

Em termos etários o escalão dominante continua a ser produtores agrícolas com 65 anos ou mais (41%) e o menos numeroso o dos agricultores mais jovens com 0,3%. Os escalões etários englobando os produtores em idade mais ativa correspondem a 57% do total.

Uni. Territorial	Produtores agrícolas								
	Nível de escolaridade								
	Total	2009				1999			
		Nenhum (%)	Básico (%)	Secund. (%)	Super. (%)	Nenhum (%)	Básico (%)	Secund. (%)	Super. (%)
Amares	678	21	71	4,08	3,78	37	59	2,03	2,14
Barcelos	2737	15	81	2,3	1,58	28	69	1,31	1,29
Braga	1180	21	69	3,68	5,78	35	59	2,76	3,35
Esposende	824	10	88	1,34	0,86	26	73	0,68	0,46
Terras de Bouro	490	18	77	3,2	1,92	35	64	0,41	0,41
Vila Verde	1977	25	71	2,15	2,2	42	56	0,82	1,2
Cávado	7886	19	76	3	2	33	64	1	1

Fonte: INE (RA 2009)

O grau de instrução dos produtores agrícolas mantêm-se em níveis baixos para as exigências atuais e futuras, existindo à data do último recenseamento 19% de produtores sem qualquer instrução, sendo este valor apenas superado pelo daqueles que têm o ensino básico (76%). Os produtores agrícolas com níveis de instrução secundário ou superior é pouco significativo. No entanto denota-se que no período entre os dois censos (1999 e 2009) verificou-se evolução positiva, destacando-se a diminuição da percentagem de produtores sem instrução e aumento nos restantes níveis de escolaridade.

Apesar de não existirem disponíveis valores para análise, é de salientar na área do ensino/formação agrária, a importância que têm tido os cursos de formação realizados por diversas entidades nesta zona, com destaque para a ATAHCA, com a qual tem sido possível melhorar a qualificação profissional junto do segmento dos agricultores mais jovens.

A **formação agrícola** e agroalimentar desenvolvida no período de 2008/2014 teve três vertentes de intervenção:

1. EFA – Educação e Formação de Adultos

Nesta tipologia realizaram-se nos anos de 2008/2010 três ações, nas seguintes áreas:

Operador/a de Pecuária - Pequenos Ruminantes

Operador/a de Máquinas Agrícolas
Operador/a Agrícola – Fruticultura/Viticultura

Estas ações conferiram habilitação escolar do 3º ciclo de ensino básico

2. Formação Modular Certificada

Nesta tipologia realizaram-se nos anos de 2011/2014 cerca de 4425 horas de formação que envolveram 800 pessoas. Estas ações foram na sua maioria, dedicadas à transformação de produtos agrícolas, aplicação de fitofármacos, viticultura, plantas aromáticas e medicinais e horticultura.

Ano	Horas de formação	Nº de Formandos /as
2011	450	183
2012	300	36
2013	1775	314
2014	1900	267
TOTAL	4425	800

3. Formação para a Inclusão

Nesta tipologia realizou-se em 2014, uma ação dirigida a público desfavorecido com 800 horas dedicada à horticultura.

Segundo os dados mais recentes (ver atividade económica), trabalhavam no sector primário 4263 pessoas (2011), sendo Terras de Bouro (8%) o concelho com maior população empregada na agricultura, seguido de Esposende (5,4%) e Amares (4%), valores acima do valor de referência (Cávado).

Uni. Territorial	Fonte de rendimento do agregado doméstico			
	Total	Exclusiva/ da exploração	Principal/ da activ. na exploração	Principal/ de origem exterior à exploração
Amares	678	47	61	570
Barcelos	2737	164	581	1992
Braga	1180	44	121	1015
Esposende	824	82	231	511
Terras de Bouro	490	29	96	365
Vila Verde	1977	69	98	1810
Cávado	7886	435	1188	6263

A estrutura da economia agrária local é dominada pela preponderância da pluriatividade e secundarização da atividade agrícola relativamente à origem principal dos rendimentos, com os agregados familiares agrícolas a obterem a maioria dos rendimentos nos sectores terciário e secundário. Esta dependência de outros sectores é mais acentuada nos concelhos de Barcelos, Vila Verde e Braga, que apresentam valores acima do valor na NUT.

Atividade agrária

Este território destaca-se por apresentar um cenário agrário ou agro-florestal integrado numa matriz rural-urbana dispersa entremeada por linhas de água (Cávado, Homem e Neiva) e assente numa estrutura de minifúndio policultural, de base familiar. Bordejado por pequenas matas de Eucalipto ou Pinheiro bravo e nas zonas mais montanhosas por bosquetes de espécies autóctones (carvalhos, castanheiros).

Uni. Territorial	Explorações Agrícolas segundo os Censos														Total Culturas Perman.	Pastagens Perman.
	Ocupação Cultural (Nº de explorações)															
	Total	Cereais para grão	tempor. e Cult.	Batata	Flores e ornam.	Culturas tempor.	Terras aráveis	Frutos frescos	Citrinos	Frutos secos	Frutos subtropicais	Olival	Vinha			
Amares	678	510	222	38	0	584	605	112	318	50	50	138	620	647	120	
Barcelos	2737	1295	2062	490	0	2609	2623	165	153	50	45	60	2172	2235	64	
Braga	1180	806	442	250	0	1062	1067	158	134	61	40	33	1054	1086	96	
Esposende	824	448	479	180	6	818	818	5	2	6	5	3	377	381	13	
Terras de Bouro	490	402	320	14	0	443	451	11	19	4	1	11	363	367	220	
Vila Verde	1977	1589	1184	974	0	1854	1870	108	128	52	40	55	1718	1745	312	
Cávado	7886	5050	4709	1946	6	7370	7434	559	754	223	181	300	6304	6461	825	

Fonte: INE (RA 2009)

Neste território predominam as terras aráveis e dentro destas as culturas temporárias seguidas das culturas e prados permanentes. Nas culturas permanentes a vinha é maioritária seguida dos citrinos e dos restantes frutos frescos. É de assinalar a importância da produção de vinho verde com a denominação de origem VQPRD.

Nos pomares de frutos frescos saliente-se grande parte da área se destina à cultura de citrinos (laranja em Amares) e os frutos sub-tropicais nomeadamente o kiwi, destaque para o valor acrescentado que pode representar a designada “Laranja de Amares”, a qual além da comercialização em fresco já vem sendo transformada e valorizada em produtos agro-alimentares como compotas, licores e doces regionais, necessitando de progredir para um processo de qualificação e certificação do processo produtivo e valorização.

Uni. Territorial	Efectivo animal nas explorações									
	Bovinos		Suínos		Caprinos		Ovinos		Colmeias e cortiços	
	Nº de explor.	Nº de animais	Nº de explor.	Nº de animais	Nº de explor.	Nº de animais	Nº de explor.	Nº de animais	Nº de explor.	Nº de uni.
Amares	195	1420	134	5591	52	611	147	1496	46	230
Barcelos	1780	51182	530	912	161	754	292	2516	94	592
Braga	574	7820	306	648	76	455	188	1909	55	202
Esposende	442	6587	159	279	39	147	68	426	21	84
Terras de Bour	264	1348	156	379	45	4244	59	560	55	378
Vila Verde	902	5027	574	1380	158	2363	565	6202	88	229
Cávado	4157	73384	1859	9189	531	8574	1319	13109	359	1715

Fonte: INE (RA 2009)

A distribuição do efetivo pecuário pelo território segundo as várias espécies zootécnicas, traduz em primeiro lugar um predomínio da atividade bovina, sendo esta uma marca característica do concelho de Barcelos, responsável por um considerável contributo para a produção leiteira e de carne da região Norte. Apesar da diferença quantitativa, esta atividade também assume particular relevância económica nos concelhos de Braga e Esposende.

Na suinicultura salienta-se a importância do efetivo no concelho de Amares onde manifesta um grande predomínio relativamente aos restantes. Relativamente à produção de caprinos é evidente a importância desta atividade no concelho de Terras de Bouro e no norte do concelho de Vila Verde, onde as características físicas e ambientais de montanha proporcionam condições ideais para a prática da pastorícia, essencialmente de caprinos de carne.

Os ovinos para a produção de carne assumem particular importância em Vila Verde.

A atividade apícola é uma característica de todos os concelhos, no entanto Barcelos e Terras de Bouro são os que apresentam maior nº de colmeias instaladas. Destaque para a importância da atividade nas zonas de montanha e na área do PNPG, pelas características organoléticas do mel aí produzido, existência da DOP (Mel das Terras Altas do Minho) e procura que o produto detém no mercado.

Além da atividade bovinos de leite, a produção animal ainda engloba a criação de raças autóctones como é caso da raça Barrosã, Cachena, Minhota, caprinos da raça Bravia e Serrana, ovinos Bordaleiros do EDM e Churra do Minho e animais de capoeira que originam produtos de elevada qualidade e tradição gastronómica e contribuem para o aproveitamento e valorização dos recursos naturais e de zonas marginais do Cávado.

No quadro seguinte constata-se através de dados bastante atualizados, o número de produtores e efetivo de bovinos e ovinos registados nos livros genealógicos das raças autóctones Barrosã e Cachena no caso dos primeiros e Bordaleira do EDM e Churra do Minho no caso dos ovinos. É evidente a predominância da criação pecuária destes animais em Terras de Bouro e Vila Verde, fruto das características montanhosas e propícias à exploração em regime extensivo por via da pastorícia.

A criação destas espécies pecuárias devidamente adaptadas ao ambiente e aos recursos naturais locais, com um regime de alimentação natural, dá origem a produtos de elevada qualidade e tradição gastronómica e contribuem para o aproveitamento e valorização dos recursos naturais, fazendo deles mais um ativo importante que deve ser valorizado como nicho no mercado agro-alimentar e ainda como importante recurso turístico.

Uni. Territorial	Efectivos de Raças Autóctones									
	Bovinos Raça Barrosã				Bovinos Raça Cachena				Ovinos (Bordaleira EDM)	Ovinos (Churra do Minho)
	Produtores	Fêmeas	Machos	Total Efectivo	Produtores	Fêmeas	Machos	Total Efectivo	Total Efectivo	Total Efectivo
Amares	21	81	1	82	0	0	0	0	27	60
Terras de Bouro	126	391	10	401	23	206	9	215	85	90
Vila Verde	173	369	9	378	7	68	3	71	723	72
Barcelos	4	9	3	12	0	0	0	0	84	0
Braga	4	28	1	29	1	15	2	17	50	0
Esposende	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	328	878	24	902	31	289	14	303	969	222

Fonte: AMIBA (2014)

Organizações

A organização de produtores ou associativismo é muito debilitada, apesar de existir um nº considerável de organizações, este aspeto é particularmente acentuado de forma negativa ao nível da comercialização, o que contribui para fraca valorização dos produtos agro-alimentares. Salvo raras exceções, as organizações vivem com exígua falta de participação e envolvimento dos associados bem como carência de profissionalismo ao nível da gestão. Como resultado temos que nos últimos anos desapareceram cooperativas agrícolas (Amares e Terras de Bouro) e a Adega Cooperativa que agregava todos os concelhos. De salientar a recente criação no território da Rede de Produtores de Pequenos Frutos, ainda com carácter informal, motivada pela instalação de dezenas de jovens produtores em atividades com produção de mirtilos e framboesas.

Principais constrangimentos:

Tendência contínua para abandono da atividade agrária em quase todo o território, com predomínio para zonas de montanha e conseqüente declínio da população agrária ativa, apesar do surgimento recente entre 2009 e os dias de hoje de uma nova franja de agricultores jovens que começam a instalar-se no território, fruto do programa PRODER;

A população ativa agrária apresenta um grau de envelhecimento considerável associado aos fracos níveis de qualificação dos empresários, apesar de alguma recuperação destes índices por via da formação profissional e EFA realizada nos últimos anos;

O abaixamento dos preços agrícolas e crescente incorporação de fatores de produção provenientes do exterior da região na produção animal origina quebra acentuada do VAB regional e decréscimo dos rendimentos dos produtores. Os rendimentos da atividade agrária apresentam-se bastante baixos quando comparados com os obtidos nos restantes sectores da atividade económica;

A influência negativa da forte concorrência da grande distribuição agroalimentar com origem nas importações colocando no mercado produtos com preço mais competitivos;

O abandono das terras aráveis origina uma área elevada de SAU disponível, mas os seus detentores não demonstram disponibilidade para a cederem a potenciais interessados (ex. jovens agricultores) apesar das recentes facilidades para a concretização deste tipo de transferência (bolsa nacional de terras);

O despovoamento das zonas rurais de montanha leva ao abandono de atividades tradicionais e de grande importância ambiental, como é o caso da pastorícia e de práticas de gestão florestal, acarretando o acréscimo de risco de incêndio e degradação do património natural e da paisagem.

ATIVIDADES COM POTENCIAL DIFERENCIADOR

Os **animais de capoeira** em regime extensivo, nomeadamente os galináceos de raças autóctones (preta, branca, amarela e pedrês) têm vindo a assumir maior importância nas pequenas explorações locais, numa lógica de pluriatividade cuja produção é cada vez mais

procurada pela restauração local fruto da valorização de pratos tradicionais (ex Arroz Pica No Chão) no concelho de Vila Verde, o qual atrai um considerável nº de consumidores ao território ao longo do ano e em eventos específicos (Festa das Colheitas, Festival Gastronómico do Pica no Chão).

A **raça suína Bísara** em regime semi-extensivo ou extensivo tem vindo a crescer em termos de adesão de produtores e com procura crescente pelos consumidores, apresentando condições para forte desenvolvimento económico, por via da produção, da sua agro-transformação e criação de valor, originando produtos de qualidade diferenciados que a gastronomia local e o comércio tradicional procuram.

O território é rico em amenidades agrícolas baseadas na paisagem, biodiversidade, qualidade da água e do solo, variedades regionais de produtos, facilitadoras da produção em MPB ou produtos DOP e IGP, que aliado e articulado de forma integrada com o potencial turístico, gastronómico, aos usos e costumes tradicionais e ao património rural e cultural preservado, potenciará este conjunto recíproco de potencialidades diferenciadas que constituem ativos territoriais a valorizar. Neste capítulo merecem destaque pelas certificações já em vigor, a **Carne de Barrosã**, o **Cabrito das Terras Altas do Minho** e o **Mel das Terras Altas do Minho**, assim como outras que se perspetivam como é o caso da **Carne de Minhota** e do **Melão Casca de Carvalho**, cultivado tradicionalmente especialmente nos concelhos de Barcelos e Vila Verde e na sua valorização na qual a ATAHCA vem trabalhando em parceria com um conjunto vasto de entidades locais e regionais.

As variedades regionais de frutas, como são os exemplos da **maçã “Porta da Loja”**, a **“Três ao Prato”**, a **“Camoesa”** entre outras, os citrinos **“Laranja de Amares”** e o **Cidrão**, melhor adaptadas às condições agro-ecológicas do território e com forte ligação a práticas e usos ancestrais e com ligação ao património imaterial local. A sua importância está bem patente no facto destas e outras variedades estarem geneticamente preservadas no Banco de Germoplasma em Merelim (Braga), pelo que urge manter ações de preservação destas variedades, sensibilizar os agricultores, principalmente os mais jovens, para a sua preservação através da reintrodução nos pomares locais, assim como os consumidores pela importância de preservar a sua tipicidade e pelo valor alimentar das suas características únicas ao nível do aroma e sabor.

As novas atividades e produtos emergentes, como é o caso da produção de **pequenos frutos** (ex. mirtilos, framboesas) já referidas e de **cogumelos** muito ligadas à incorporação de alguma inovação tecnológica, à juventude e dinâmica dos promotores, ao emprego qualificado, à sustentabilidade ambiental, assumem um papel preponderante na viabilidade agrícola e rural do território.

A **comercialização de produtos agro-alimentares em CCCA**, iniciada pela ATAHCA em 2012 com projeto de cooperação **PROVE**, permitiu de forma inovadora incentivar a associação de produtores oriundos da **agricultura familiar** a criar sinergias com consumidores, os quais adquirem diretamente os seus produtos hortícolas e frutos em núcleos já espalhados por Barcelos, Braga, Póvoa de Lanhoso e Vila Verde, vieram demonstrar que o incentivo à criação de CCCA é uma experiência que tem que ser transferida e apropriada por um maior número de destinatários (produtores e consumidores). Atualmente envolve já 16 produtores os quais abastecem de forma direta cerca de 350 consumidores em zonas periurbanas e urbanas de Braga, Póvoa de Lanhoso, Barcelos e Vila Verde, com um volume anual de 70 toneladas de hortícolas e frutas comercializadas e provenientes de pequenas explorações de **agricultura familiar**, que geram cerca de 76.000 euros de volume de negócios, muito importante para viabilizar economicamente estas explorações agrícolas, que estavam praticamente inativas em termos de mercado produzindo apenas para auto-consumo.

Torna-se por isso importante reforçar o apoio a este tipo de iniciativas de **comercialização de proximidade**, permitindo alargá-las a número maior de produtores e consumidores, através de ações de apoio à criação ou adaptação de espaços de comercialização

coletiva de produtos agro-alimentares (ex. mercados, feiras, núcleos PROVE), aquisição de equipamentos e viaturas de apoio à distribuição, sensibilização e formação e apoio técnico específico aos produtores, marketing, promoção e divulgação.

A existência de áreas florestais de qualidade, diversidade e valor ecológico elevado, em particular na zona norte do território com destaque no PNPG e zonas envolventes, com algumas experiências e boas-práticas de gestão multifuncional da floresta, de expansão da área florestal e de melhoria significativa da produtividade, as quais possuem elevado potencial de valorização, através da integração com valências e vocações complementares como é o caso da silvopastorícia, do turismo natureza e valorização de ativos associados à produção de produtos DOP e ao aproveitamento de sub-produtos da floresta

TURISMO

O território do Cávado possui um conjunto de recursos endógenos que pela sua diversidade e qualidade constituem um conjunto de potenciais ativos turísticos capazes de gerar atratividade e competitividade. São no fundo amenidades rurais com uma conotação direta com variáveis territoriais, ambientais, biológicas e culturais. São bens naturais e culturais, patrimónios cultivados pelo homem, memórias inseridas em trajetórias de um quotidiano rural, exemplos vivos do passado e do futuro, cuja importância de preservação e valorização futura ultrapassa qualquer observação circunstancial.

Agregados a estes recursos, têm vindo a ser desenvolvidas infraestruturas e equipamentos complementares que constituem um forte apoio logístico e de funcionamento, preconizando a criação de uma oferta turística integrada ao dispor de visitantes e turistas.

O turismo é sem dúvida um dos mais importantes usos económicos e sociais a promover num território rural, e o Cávado não foge à regra pela qualidade e diversidade do seu potencial endógeno.

O desenvolvimento deste território rural, passa por valorizar os ativos territoriais e em simultâneo envolver os diversos agentes locais e população em geral e posicioná-los o mais próximo possível do mercado e dos consumidores, permitindo promover e “vender” o território de forma sustentada e integrada, abrangendo além dos produtos os serviços que lhes possam estar associados, sendo aqui que entra o turismo com todo um manancial de atividades. O turismo capta mais pessoas para o território e origina novos ciclos de consumo, investimento, emprego e rendimento.

Património natural

As principais amenidades rurais ou bens patrimoniais naturais e culturais deste território são constituídas por aldeias de montanha, paisagens rurais, fauna e flora diversificada, ecossistemas particulares, PNPG, PNLN, locais de observação, cursos e planos de água, águas termais, produções vegetais e animais autóctones, tradições ancestrais, saberes e fazeres tradicionais, sítios e monumentos históricos e religiosos, entre outras que a seguir se discriminam e cujo valor não estimável importa continuar a preservar e valorizar.

Uma das maiores potencialidades do Cávado traduz-se pela riqueza e diversidade dos seus recursos naturais, dos quais emergem elementos autóctones como a água, a paisagem rural e de montanha, a flora e a fauna. Entre estes recursos, pela sua importância natural e de diversidade do seu conteúdo, o PNPG é o elemento fundamental do património natural local, com destaque para os seguintes aspetos:

- Único Parque Nacional existente em Portugal, num total de 69.596 hectares, 21% (14.615 hectares) dos quais fazem parte do município de Terras de Bouro e do território do Cávado, integrando a RNAP, reconhecida pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas;
- Engloba os Sítios de Interesse Comunitário da Zona de Proteção Especial Serra do Gerês e a Reserva Biogenética da Mata de Palheiros-Albergaria com uma área de 1.650 hectares Rede Natura 2000 e Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés (*fonte: Carta Europeia de Turismo Sustentável da Peneda Gerês. Versão preliminar*);
- Património cultural e etnológico (arquitetura tradicional, sistemas agrícolas de montanha, usos e costumes tradicionais);
- Património arqueológico e histórico (antas e dolmens, ruínas de antigos castros, antiga estrada romana – Geira, muralhas e fortificações, castelos, pontes romanas, igrejas, pelourinhos);
- Património natural (fauna: garranos, o corço símbolo do PNPG, o javali, o lobo, a raposa entre outras; na flora salientam-se o carvalho comum, o sobreiro o medronheiro, o lírio do Gerês única no mundo, o feto do Gerês entre muitas mais espécies.
- Outro espaço de grande valor ambiental é a zona designada por “Encostas de Mixões da Serra”, na zona Norte de Vila Verde e Terras de Bouro, possuindo características paisagísticas e ambientais de montanha muito idênticas às da confinante Serra Amarela;

Além do PNPG merece referência especial, apesar de não estar inserido no território DLBC Rural Cávado, o PNLN (freguesias costeiras de Esposende), pelos valores naturais que apresenta, assim como a complementaridade turística que poderá oferecer em termos de interação e criação de sinergias entre a DLBC costeiro, rural e urbano, que possam contribuir para o incremento dos fluxos turísticos no território e para a melhoria da qualidade e da diversidade da oferta em turismo natureza e todas as atividades conexas.

O território inclui ainda um conjunto de aldeias de rara beleza arquitetónica e paisagística (Brufe, Cortinhas, Cutelo, Cibões, Covide, St^a Isabel, Mixões da Serra, Pequenina, Casais de Vide, Gondomar, Paranhos, Urjal, Portuguediz) que mantêm muitas das suas atividades, usos e costumes tradicionais, fazendo delas autênticas reservas de cultura e saber fazer popular.

As vezeiras, benção dos animais St^o António de Mixões da Serra e outras festas e romarias, o artesanato em linho e lã, a gastronomia utilizando os produtos agrícolas locais e o património construído (espigueiros, moinhos, sequeiras, o fojo do lobo, as casarotas) são exemplos da riqueza e persistência de uma cultura local bem marcada e que prevalece.

As características naturais do território, associadas à prática ainda predominante de uma agricultura extensiva e tradicional essencialmente nas zonas de montanha, possibilitam a conservação de espécies vegetais e animais autóctones de grande importância genética, de diversidade biológica, económica, social e cultural. Estamos a falar de espécies animais: raça barrosã, cavalo garrano, cabra bravia, e espécies vegetais: milho, variedades regionais de frutas, linho, espécies florestais.

A importância biológica, económica, social e cultural que representa a preservação e valorização destas espécies para o futuro deste território rural e das gerações vindouras (em particular das áreas mais desfavorecidas), tem de continuar a ser um elemento fundamental da EDL a implementar, promovendo a sua estabilização e se possível crescimento sustentado, sempre como elementos geradores da diversidade, fatores indutores de riqueza, fixação de população e aumento da sua auto-estima.

A água é outro elemento fundamental do património natural do Cávado. O território é diagonalmente atravessado por três bacias hidrográficas originadas pelos Rios Homem, Cávado e Neiva, alimentados por um vasto conjunto de afluentes que para eles convergem. Esta grande disponibilidade de água para a qual contribui também a elevada pluviosidade, proporcionou a criação de duas albufeiras hidroeléctricas (Caniçada, Vilarinho das Furnas). Estes recursos potenciam um conjunto de atividades de lazer e turísticas ligadas à água e às suas margens: zonas balneares, desportos aquáticos e de natureza.

A riqueza dos recursos hidrogeológicos da região propiciam a existência de quatro estâncias termais (Gerês e Moimenta – Terras de Bouro, Caldelas – Amares e Eirôgo - Barcelos), verdadeiros pólos de atração turística que têm contribuído para a promoção da imagem turística do território. Além do termalismo, estes espaços já estão devidamente equipados para oferecerem outras valências: apoio médico e spa. Trata-se de um produto turístico consolidado no território mas que tem nos últimos anos registado um decréscimo significativo no número de utilizadores, motivado essencialmente pela crise económica e pela não subvenção por via do sistema de saúde, pelo que importa agora integrá-lo de forma sustentada na EDL de modo a criar sinergias com os restantes operadores turísticos, promovendo a valorização e promoção, através da integração com as diversas atividades de animação turística e de modo a diversificar o produto turístico local.

Património edificado

É rico e diversificado o património edificado no Cávado, fruto do acumular de culturas, factos históricos, intervenção humana e estilos arquitetónicos. Apesar de algumas intervenções já realizadas ao nível de alguns destes imóveis, na generalidade estes imóveis reclamam conservação, valorização e quiçá adaptação a novas funções e utilizações, preservando toda a sua traça arquitetónica e construtiva.

O património construído deste território não se detém apenas nos monumentos classificados, pois ele também é composto por outros tipos de imóveis ligados diretamente à vida diária, à agricultura e etnologia locais, como são as casas rurais, azenhas, moinhos, os engenhos de serra e de linho e lagares de azeite. As construções destinadas à transformação e armazenamento de produtos agrícolas: eiras, lagares de vinho, espigueiros (canastros), palheiros e sequeiras. Muitos destes exemplares tem vindo a ser alvo de preservação, requalificação e até refuncionalização no âmbito da intervenção da ATAHCA desde 1991 com o apoio de programas como o LEADER, Centros Rurais e AGRIS.

Para além destes existem também outros de cariz mais popular com utilizações diversas: fojos do lobo, antigos abrigos defensivos (casarotas), pequenas grutas para a guarda de antigos carros agrícolas, relógios de sol, cruzeiros, alminhas e nichos, cuja peculiaridade é cada vez um motivo de atração.

Apesar dos projetos já implementados ainda existe um elevado número de imóveis em adiantado estado de degradação, demonstrando a população uma grande motivação para os preservar, como elementos de revitalização sentimental e da sua auto-estima e como exemplos demonstrativos das suas anteriores funções e/ou adaptação a novas utilizações (animação turística).

Neste campo e nas últimas duas décadas que a ATAHCA tem vindo a desenvolver um trabalho de preservação, requalificação, valorização e promoção de um conjunto de aldeias tradicionais já atrás referidas, onde a arquitetura tradicional e o “modus vivendi” rural se combinam para proporcionarem um turismo baseado no contacto com a natureza e com o fator humano, das quais destacamos:

- Preservação e requalificação de fachadas e telhados de casas rurais mantendo a traça arquitetónica e materiais tradicionais;
- Melhoramento de arruamentos e manutenção de calçadas;
- Instalação e melhoramento de infraestruturas básicas;
- Requalificação de espaços públicos em centros cívicos de aldeias;
- Requalificação de casas rurais e sua refuncionalização para a atividade turística;
- Criação de percursos pedestres na área envolvente;
- Preservação de património edificado agrícola e revitalização dos seus usos.

Estes projetos foram implementados no âmbito das iniciativas LEADER, CENTROS RURAIS e AGRIS (1991 a 2014) e permitiram melhorar as condições de vida das populações, a sua fixação, a dinamização de atividades económicas e em particular o turismo, a criação de emprego, retirar do anonimato estas aldeias e colocá-las nos destinos turísticos nacionais captando o interesse de agentes turísticos nacionais e estrangeiros

Estas aldeias são agora a base de um novo produto turístico “**Aldeias da Saudade**” (www.aldeiasdasaudade.pt) com marca registada caracterizado pela genuinidade, diversidade e pela diferença em relação a outros conceitos já massificados.

Além disso e para reforçar este produto de forma a aumentar a sua capacidade promocional, captar potenciais clientes e visitantes e alargar a sua escala, as “**Aldeias da Saudade**” integram o projeto de cooperação interterritorial “**Aldeias de Portugal**” o qual congrega este conceito numa rede de aldeias a nível de toda a região Norte do País. Fruto deste projeto tem sido possível promover o trabalho em rede, a troca de informações e experiências e a promoção e divulgação.

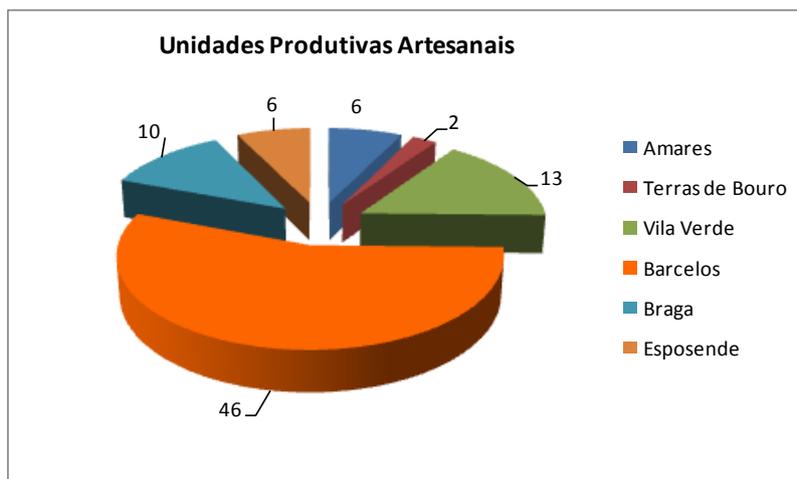
Património imaterial

Artes e ofícios tradicionais

O artesanato neste território mantém um cariz artístico e cultural muito marcado, resultante da preservação até hoje de técnicas e modelos tradicionais.

A riqueza de trabalhos artesanais como são os tradicionais lenços de namorados, que preservaram bordados, cores e motivos ancestrais, a utilização do linho cultivado e transformado conforme as tradições agrícolas, as bainhas abertas dos panos e toalhas tecidas e bordadas com esta fibra têxtil, os jugos em madeira com todos os seus rendilhados, a

diversidade e riqueza estética da olaria e cerâmica tradicionais de Barcelos, os artefactos de madeira recriando brinquedos e objetos utilitários que fazem parte do nosso imaginário de infância, são motivos mais que evidentes da diversidade, valor artístico e cultural do artesanato local ainda bem vivo e cada vez mais dinâmico, necessitando apenas de continuar a ser incentivado na sua produção, comercialização e promoção em novos mercados.



Fonte: PPART/ Elaboração própria (2014)

O quadro acima reflete a realidade do número de unidades produtivas artesanais registadas no organismo oficial o PPART. Além destas unidades e artesãos existem muitas mais que não estão devidamente registadas.

Atendendo às tipologias de atividades registadas e numa análise mais fina aos dados disponíveis, verifica-se que a atividade predominante é a de Cerâmica (figurativa vidrada e pintada, decorativa ornamental, utilitária, vidrados, grés terra-côta, louça-preta e galos em barro) com 26 artesãos principalmente no concelho de Barcelos, a Confeção de Bordados (18), Olaria e Tecelagem (7), seguidas de outras atividades com menos implantação como são os casos da Cestaria, Fabrico de miniaturas e utensílios (madeira, ferro, cobre), Bijuteria, Esculturas em Pedra e o Fabrico de compotas e licores.

Festas, romarias e outras manifestações tradicionais

O território é rico em usos e costumes fruto do acumular de tradições seculares com base nas manifestações culturais que assumem dimensões ligadas ao sagrado (culto religioso, festas e romarias) e ao profano (trabalhos e atividades agrícolas, danças, músicas e cantares).

A estas manifestações acresce ainda um conjunto de eventos que nos últimos anos têm vindo a marcar a agenda anual do território, muitos deles classificados como eventos de interesse relevante pelo **TPNT**, compostos por acontecimentos ligados à promoção e divulgação dos produtos locais, à música contemporânea e à recriação histórica e cultural, casos do

Namorar Portugal e da ***Festa das Colheitas*** em Vila Verde, do ***Festival das Papas de Sarrabulho*** em Amares, da ***Feira do Livro*** e da ***Mostra de Artesanato e Cerâmica*** em Barcelos, do ***Presépio ao Vivo de Priscos*** e da ***Braga Romana*** em Braga, dos ***Sabores do Campo e da Galaicofolia*** em Esposende e do ***Festival do Cabrito*** e do ***S. Martinho nas Terras do Gerês*** em Terras de Bouro.

Alguns destes eventos já fazem parte da animação territorial que a ATAHCA tem promovido no âmbito da implementação da Abordagem LEADER, pela capacidade que demonstram em atrair ao território um elevado número de visitantes e turistas, em promoverem o potencial endógeno, assim como na dinamização do tecido socioeconómico local. Pelo que a aposta futura será em manter e alargar ainda mais esta rede de eventos integrando-a no futuro plano de animação territorial 2014-2020.

Neste capítulo assumem particular importância cultural e turística entre muitos os seguintes eventos, os quais constituem polos de atração anual de visitantes e turistas ao território que importa continuar a valorizar e promover.

PRINCIPAIS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E RELIGIOSAS E OUTROS EVENTOS

CONCELHO	DESIGNAÇÃO	LOCAL	DATA
Amares	Compasso Pascal	Fiscal	Páscoa
	Stº António	Amares	Junho
	N.Srª da Paz	Amares	Julho
	N.Srª da Abadia	Bouro Stª Maria	Maio e Agosto
	Festival das Papas de Sarrabulho	Amares	Fevereiro
Barcelos	Festa das Cruzes	Barcelos	Abril/Maio
	Festival Milhões em Festa	Barcelos	Junho
	Feira do Livro	Barcelos	Julho
	Festival Souto Rock	Barcelos e Roriz	Julho
	Festival Cellos Rock	Areias S. Vicente	Agosto
	Mostra de Artesanato e Cerâmica	Barcelos	Agosto
Braga	Feira Agrícola AGRO	Braga	Março
	Semana Santa	Braga	Páscoa
	Braga Romana	Braga	Maio
	S.João	Braga	Junho
	Noite em Branco	Braga	Setembro
	Presépio ao Vivo de Priscos	Priscos	Dezembro/Janeiro
Esposende	Galaicofolia	Vila Chã	Julho
	Sons de Verão	Esposende	Agosto
	Senhora do Lago	Barco do Lago	Agosto
	N.Srª da Saúde	Esposende	Agosto
	S.Lourenço	Vila Chã	Agosto
	S. Bartolomeu do Mar	S. Bartolomeu do Mar	Agosto
	Feira Medieval	Esposende	Agosto
Sabores do campo	Esposende	Novembro	
Terras de Bouro	S.Bento da Porta Aberta	Rio Caldo	Março/Julho/Agosto
	Festival do Cabrito	Moimenta	Junho
	S. Martinho nas Terras do Gerês	Moimenta	Novembro
Vila Verde	Namorar Portugal	Vila Verde	Fevereiro
	Feira Quinhentista – “Sá de Miranda por Terras de Vila Verde”	Vila Verde	Maio
	Stº António	Vila Verde	Junho
	Benção dos Animais	Stº António de Mixões da Serra	Junho
	Senhora do Bom Despacho	Cervães	Junho
	Senhora do Alívio	Soutelo	Setembro
	Rota das Colheitas	Vila Verde (todo o concelho)	Junho a Novembro
	Festa das Colheitas	Vila Verde	Outubro

Empreendimentos turísticos

Uni. Territorial	Empreendimentos Turísticos																														
	Hotéis Rurais			Turismo de Habitação			Agro-Turismo			Casas de Campo			Pousadas			Hotéis			Alojamento local			Apartam. turísticos			Parques de Campis.	TOTAL					
	Nº	Q	C	Nº	Q	C	Nº	Q	C	Nº	Q	C	Nº	Q	C	Nº	Q	C	Nº	Q	C	Nº	Q	C		Nº	Q	C	Nº	Q	C
Amares	0	0	0	0	0	0	7	52	104	16	77	154	1	32	64	3	111	213	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27	272	535
Terras de Bouro	1	36	70	0	0	0	2	29	58	10	44	88	0	0	0	13	395	773	76	384	684	1	20	40	4	102	888	1673			
Vila Verde	0	0	0	0	0	0	9	64	128	11	64	128	0	0	0	2	35	66	1	6	12	4	100	286	1	23	169	334			
Barcelos	0	0	0	4	38	70	1	5	11	5	28	58	0	0	0	3	118	202	1	7	14	0	0	0	0	14	196	355			
Braga	0	0	0	1	7	14	0	0	0	2	9	18	0	0	0	22	1122	2026	10	40	80	0	0	0	1	35	1178	2138			
Esposende	0	0	0	0	0	0	1	7	14	0	0	0	0	0	0	8	371	566	8	26	52	1	14	42	1	17	404	632			
TOTAL	1	36	70	5	45	84	20	157	315	44	222	446	1	32	64	51	2152	3846	96	463	842	6	134	368	7	218	3107	5667			

Nº = unidades; Q=Nº de quartos; C=Nº de camas

Fonte: Elaboração própria a partir de dados locais do RNT do Turismo de Portugal

Neste contexto e conforme o quadro acima, no qual são caracterizados os empreendimentos turísticos oficialmente registados no TP, é possível verificar que o território oferece já um total de 218 unidades, abrangendo uma diversidade de alojamento que vai desde o turismo em espaço rural (turismo de habitação, hotéis rurais, agroturismo, casas de campo), as pousadas, os hotéis, os apartamentos turísticos, os parques de campismo e a mais recente tipologia do alojamento local.

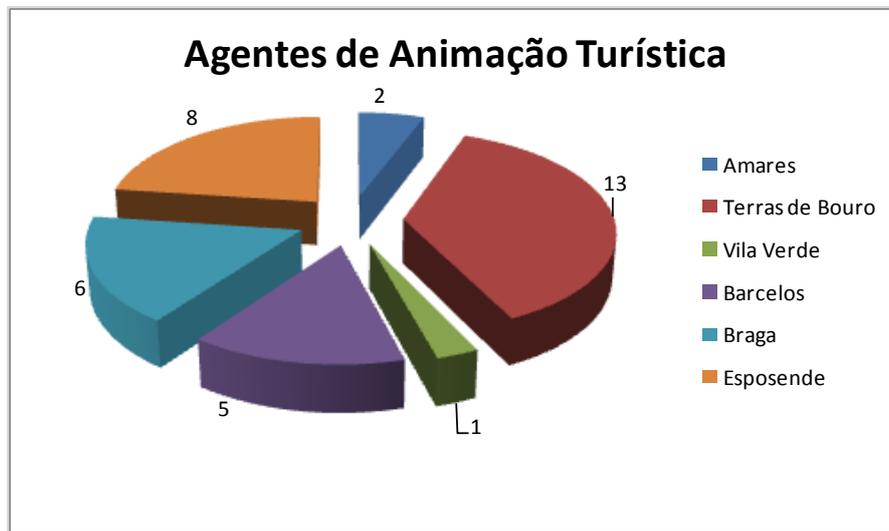
Em termos de oferta de alojamento merece destaque aquele que se situa em meio rural, o qual possui 70 empreendimentos com uma oferta de 460 quartos, predominando a tipologia de casas de campo. Neste capítulo salienta-se que a maioria destes estabelecimentos são recentes e foram criados com o incentivo do Eixo 3 do PRODER no período entre 2010/2014, no âmbito da ELD da ATAHCA, nos concelhos de Amares, Braga, Póvoa de Lanhoso (NUT-Ave), Terras de Bouro e Vila Verde. São unidades de alojamento que possuem elevado nível de qualidade em termos técnicos, funcionalidade e conforto, estando em condições de oferecer as melhores condições de estadia até para segmentos de mercado exigentes.

Os estabelecimentos da tipologia hotel com 51 unidades, pela sua capacidade de alojamento, é sem dúvida o segmento que mais oferta de quartos e camas disponibiliza em todo o território, respetivamente 2152 e 3846, constituindo-se como uma importante garantia logística para dar resposta à procura originada em épocas altas ou pela realização de grande eventos ou acontecimentos ao longo do ano.

O alojamento local, modalidade ainda recente, já assume uma importância relevante com 96 estabelecimentos, muitos deles situados em meio rural (ex. Terras de Bouro), tendo na maioria resultado da última reclassificação de empreendimentos turísticos a qual abrangiu estabelecimentos que antes figuravam nas tipologias turismo rural e pensões. É de salientar que principalmente por este motivo da reclassificação e também por este processo ser da responsabilidade dos empresários que o submetem online no website do Turismo de Portugal, os dados apresentados no quadro anterior não refletem ainda a totalidade dos empreendimentos turísticos do território, visto existirem muitos que oficialmente não estão registado no RNT, pelo conhecimento e informação que detemos através do contacto direto com a realidade turística do território.

Em termos de estratégia futura e em virtude do território possuir na sua globalidade um bom nível de cobertura em oferta de alojamento TER, com a exceção de Barcelos, Braga e Esposende, será importante apostar prioritariamente no apoio ao surgimento de novos empreendimentos nestes três concelhos, enquanto nos restantes será mais prioritária a intervenção na requalificação e valorização dos existentes que visem a introdução de fatores de diferenciação e inovação. A atividade turística tem vindo a assumir uma crescente dinamização socioeconómica, sustentada pelo aumento do número de dormidas registadas das quais resulta

um crescimento médio anual de 4,8%. É sem dúvida um sector com grande potencial de crescimento, forte capacidade para valorizar os recursos endógenos, de dinamização económica e criação de emprego.

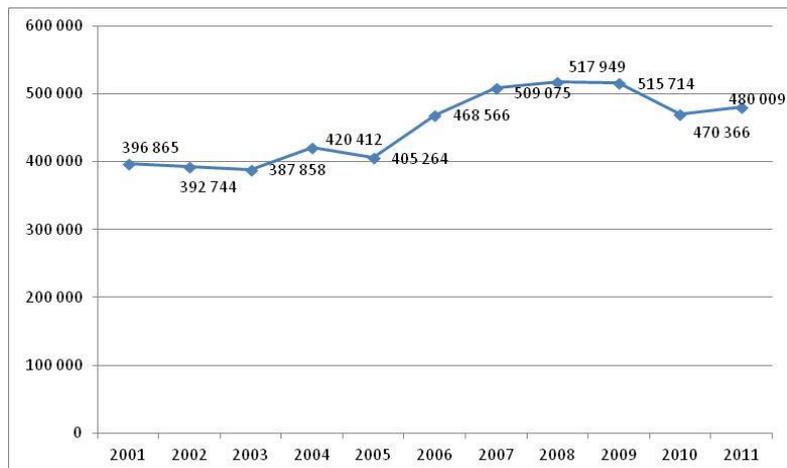


Elemento essencial na criação de complementaridades e como garantia da criação e usufruto de conteúdos e experiências únicas relacionadas com os vários produtos turísticos locais, os agentes de animação turística do território desenvolvem um conjunto de atividades nas áreas do turismo natureza, aventura, ar livre, água, touring cultural, histórico ou de paisagem.

Verifica-se que é em Terras de Bouro que predominam o maior número destas empresas (37%) muito pela existência de recursos turísticos ligados ao PNPG. Os concelhos de Braga e Esposende também denotam já uma considerável importância destas atividades, sendo que no primeiro estas surgem essencialmente ligadas ao touring histórico, cultural e religioso, e no segundo estas são direcionadas para o potencial turístico do mar e natureza PNLN, através de atividades de água, natureza e aventura. De referir que algumas destas empresas já possuem um relevante grau de especialização e profissionalismo, estruturas fixas de animação e na sua maioria disponibilizam as suas atividades de animação ao longo de todo o ano.

Procura turística

De acordo com a informação estatística do INE, a NUT III Cávado registou em 2011 um total de 480.009 dormidas nos seus estabelecimentos, valor que representa um aumento de 21% face ao ano de 2001. Tendo em conta estes valores constata-se que numa década os estabelecimentos hoteleiros na NUT III Cávado registaram mais 83.144 dormidas face ao ponto de partida (2001).



Fonte: INE, Estadias (2012)

De acordo com a informação estatística do INE, a NUT III Cávado registou em 2011 essencialmente dormidas de hóspedes nacionais, representando estes 67% do total de dormidas, seguindo-se depois os turistas residentes em Espanha, França, Alemanha e Reino Unido, conforme se comprova no quadro seguinte.

Uni. Territorial	Dormidas nos estabel. hoteleiros da NUT III Cávado, por mercado emissor (2011)			
	Dormidas	Quota	Evolução Dormidas (2001/2011)	Evolução Quota (2001/2011)
Portugal	320.922	67%	30%	8%
Espanha	48.342	10%	52%	25%
França	22.541	5%	26%	0%
Alemanha	14.187	3%	-15%	-25%
Reino Unido	10.033	2%	-69%	-75%
Itália	7.750	2%	-51%	-50%
Países Baixos	5.693	1%	-35%	-50%
E.U.A.	3.646	1%	-16%	-8%
Outros	46.895	10%	115%	82%
Total	480.009	100%	21%	...

Fonte: INE (2012)

QUALIDADE DE VIDA

O território do Cávado apresenta, relativamente a respostas sociais, uma situação bastante favorável, de acordo com dados obtidos através da consulta da Carta Social.

Se analisarmos o quadro abaixo podemos aferir a capacidade dos equipamentos sociais existentes ao nível das respostas sociais mais tipificadas. O município de Braga destaca-se francamente de todos os outros, apresentando em todas as respostas existentes capacidade superior em mais de 100% do segundo classificado.

Este município, pelas suas características mais urbanas e centro nevrálgico do Cávado apresenta valores, relativamente à capacidade do Cávado que vão desde 35% em Serviço de Apoio Domiciliário até 75% em Lar Residencial (pessoa adulta com deficiência).

Capacidade das Respostas Sociais - Cávado, Ano 2013						
Concelhos	Creche	Centro de Atividades Ocupacionais	Lar Residencial	Centro de Dia	Lar de Idosos	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)
Amares	103	0	0	65	116	113
Barcelos	1.133	70	10	370	539	597
Braga	2.406	254	80	579	1.135	848
Esposende	560	30	0	171	148	154
Terras de Bouro	94	0	0	20	95	172
Vila Verde	424	54	16	24	478	513
TOTAL	4.720	408	106	1.229	2.511	2.397

Fonte: GEP, Carta Social - <http://www.cartasocial.pt>

Refira-se que os dados apresentados reportam-se a 2013, tendo a situação desde essa data evoluído, nomeadamente nos concelhos de Barcelos, Braga, Terras de Bouro e Vila Verde, onde através do Eixo 3 do Proder foram apoiados mais equipamentos sociais que não apareceram na consulta efetuada à Carta Social. De referir as situações particulares de dois Centros de Atividades Ocupacionais que vão dar resposta a necessidades locais em Amares e Terras de Bouro e cuja capacidade individual é de 25 utentes.

Na generalidade das respostas sociais existe capacidade acima das necessidades, no entanto os dados apresentados referem-se a toda a oferta existente, independentemente da existência de acordos de cooperação com o Centro Distrital do Instituto da Segurança Social de Braga. Ora, nas situações em que não existe acordo de cooperação e os serviços são prestados por entidades com fins lucrativos, as prestações a pagar são bastante onerosas para a população. Daí que possamos dizer que apesar da oferta ser superior à procura, existem situações pontuais de necessidades de adaptação de alguns dos equipamentos existentes pelos mesmos já não cumprirem com os requisitos mínimos para continuarem com o serviço.

Centro de Atividades de Tempos Livres				Creche			
	Equipamentos	Capacidade	Utentes		Equipamentos	Capacidade	Utentes
Amares	3	195	167	Amares	2	103	88
Barcelos	21	1325	993	Barcelos	23	1133	966
Braga	41	3149	2227	Braga	48	2448	2204
Esposende	14	703	628	Esposende	13	560	457
Terras de Bouro	2	87	32	Terras de Bouro	4	94	88
Vila Verde	6	506	455	Vila Verde	8	424	372
TOTAL	87	5965	4502	TOTAL	98	4762	4175

<http://www.cartasocial.pt>

Através da consulta da Carta Social, rede de serviços e equipamentos, e extraindo os dados por município relativamente à capacidade existente e utentes comunicados verifica-se que nas respostas dirigidas a crianças e jovens, o número de utentes é em todos os municípios, inferior à capacidade existente.

Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)			
	Equipamentos	Capacidade	Utentes
Amares	4	113	87
Barcelos	24	667	602
Braga	33	908	819
Esposende	6	154	123
Terras de Bouro	8	172	151
Vila Verde	13	513	462
TOTAL	88	2527	2244

Centro de Dia			
	Equipamentos	Capacidade	Utentes
Amares	3	65	37
Barcelos	15	355	294
Braga	26	579	469
Esposende	7	171	151
Terras de Bouro	2	20	18
Vila Verde	2	24	24
TOTAL	55	1214	993

Estrutura Residencial para Idosos			
	Equipamentos	Capacidade	Utentes
Amares	3	116	117
Barcelos	16	539	516
Braga	33	1135	960
Esposende	3	148	137
Terras de Bouro	6	95	95
Vila Verde	14	478	446
TOTAL	75	2511	2271

<http://www.cartasocial.pt>

No que respeita a respostas dirigidas à pessoa idosa, verifica-se também a existência de capacidade superior à necessidade. Este facto resulta em grande parte dos investimentos realizados no quadro comunitário de apoio em fase de conclusão, através do programa Pares e POPH.

Lar Residencial (adultos/a com deficiência)				Centro de Atividades Ocupacionais			
	Equipamentos	Capacidade	Utentes		Equipamentos	Capacidade	Utentes
Amares	0	0	0	Amares	0	0	0
Barcelos	1	10	12	Barcelos	3	98	70
Braga	5	80	79	Braga	5	254	235
Esposende	0	0	0	Esposende	1	30	27
Terras de Bouro	0	0	0	Terras de Bouro	0	0	0
Vila Verde	1	16	16	Vila Verde	1	54	51
TOTAL	7	106	107	TOTAL	10	436	383

<http://www.cartasocial.pt>

No que respeita às respostas dirigidas à pessoa adulta com deficiência, verifica-se falta de resposta em Lar Residencial pois nem todas as pessoas que se adequam a esta tipologia conseguem aceder a ela. Por outro lado, apesar do diferencial no que respeita aos Centros de Atividades Ocupacionais, verifica-se que estes são uma prioridade nas cartas sociais de Amares e

Terras de Bouro, fruto da existência de pessoas com necessidades especiais que não estão a ter o acompanhamento necessário por falta de respostas de proximidade.

Prestações Sociais

Através da análise do anuário estatístico da Região Norte, foram retirados dados relativos a 2012. Da análise dos dados relativos ao Cávado, no que respeita ao número de pensionistas da Segurança Social por município, verifica-se que este apresenta um valor significativamente mais baixo que a média da região Norte e do Continente. Apesar disso, os municípios do Cávado apresentam valores muito díspares no que respeita à proporção da população do município que é pensionista da Segurança Social, indo desde 37.75% em Terras de Bouro até 21.79% em Braga. O valor da região Norte é de aproximadamente 28 % e o Cávado ronda os 24%, ficando todos os municípios, à exceção de Terras de Bouro acima da média da região Norte.

Nº Pensionistas da Segurança Social por município, segundo o tipo de pensão, 2012									
	Total		Invalidez		Velhice		Sobrevivência		% de população apoiada
	Total	Pensionistas em 31 dez.	Total	Pensionistas em 31 dez.	Total	Pensionistas em 31 dez.	Total	Pensionistas em 31 dez.	
Portugal	3 024 309	2 896 497	278 592	271 601	2 010 948	1 932 136	734 769	692 760	
Continente	2 901 720	2 779 651	261 038	254 493	1 941 910	1 866 379	698 772	658 779	28,93
Norte	1 008 553	967 597	103 910	101 130	661 141	636 362	243 502	230 105	28,14
Cávado	97 750	93 913	12 697	12 363	62 522	60 249	22 531	21 301	23,83
Amares	4 763	4 561	597	588	3 008	2 884	1 158	1 089	25,22
Barcelos	29 900	28 735	4 271	4 153	18 601	17 929	7 028	6 653	24,84
Braga	39 547	38 114	4 865	4 749	25 935	25 084	8 747	8 281	21,79
Esposende	7 856	7 520	968	929	4 958	4 762	1 930	1 829	22,93
Terras de Bouro	2 738	2 593	298	289	1 748	1 658	692	646	37,75
Vila Verde	12 946	12 390	1 698	1 655	8 272	7 932	2 976	2 803	27,03

Fonte: © INE, I.P., Portugal, 2013. Informação disponível até 30 de setembro de 2013; Ministério da Solidariedade e da Segurança Social - Instituto de Informática, I.P.. **Nota:** O total de pensionistas corresponde ao número de pensionistas em 31 de dezembro adicionado do número de pensionistas suspensas/os ao longo do ano.

Por outro lado, se analisarmos os dados relativos aos valores médios pagos por beneficiário durante o ano de 2012 verificamos que na generalidade dos municípios do Cávado as prestações sociais de pensões e de desemprego são inferiores aos valores referentes Norte e ao Continente. De referir que os valores mais baixos registam-se em Amares, Terras de Bouro e Vila Verde, no que toca a qualquer das prestações. Se cruzarmos este dado com percentagem de pensionistas, verifica-se que apesar de serem os municípios com as maiores taxas de pensionistas, são as de mais baixo valor.

Indicadores de prestações sociais da Segurança Social por município, 2012														
	Valor médio anual das pensões				Valor médio de subsídios de desemprego			Valor médio de subsídios de doença	Número médio de dias de subsídios de desemprego			Número médio de dias de subsídios de doença	Valor médio mensal de pensões (Vm=Vt/13)	Valor médio mensal de subsídio de desemprego (Vm=Vmt/12)
	Total (Vt)	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	HM (Vmt)	H	M		HM	H	M			
	€								dias					
Portugal	4 674	4 502	5 392	2 773	3 732	3 951	3 496	864	218	220	216	53	359,54	311,00
Continente	4 698	4 491	5 414	2 784	3 735	3 954	3 502	849	218	220	216	52	361,38	311,25
Norte	4 419	4 311	5 094	2 633	3 681	3 880	3 465	791	224	225	222	54	339,92	306,75
Cávado	4 089	4 312	4 651	2 402	3 644	3 888	3 405	830	221	226	217	58	314,54	303,67
Amares	3 644	3 937	4 133	2 222	3 400	3 585	3 196	794	220	225	214	66	280,31	283,33
Barcelos	4 052	4 392	4 616	2 351	3 572	3 842	3 291	850	221	225	217	62	311,69	297,67
Braga	4 428	4 452	5 053	2 564	3 784	4 026	3 554	826	222	227	217	52	340,62	315,33
Esposende	3 769	4 120	4 271	2 304	3 577	3 865	3 341	982	218	225	213	67	289,92	298,08
Terras de Bouro	3 635	3 916	4 101	2 336	3 007	3 409	2 731	781	202	210	196	61	279,62	250,58
Vila Verde	3 591	4 023	4 005	2 192	3 450	3 621	3 269	696	223	226	221	59	276,23	287,50

Fonte: © INE, I.P., Portugal, 2013. Informação disponível até 30 de setembro de 2013; Ministério da Solidariedade e da Segurança Social - Instituto de Informática, I.P.. **Nota:** O valor médio anual das pensões inclui pensões processadas a pensionistas em 31 de dezembro adicionado das pensões processadas às/aos pensionistas suspensas/os ao longo do ano. Os montantes processados incluem todos os valores de pensões e complementos que a/o pensionista auferir.

No que respeita á proporção da população residente que aufer prestações de desemprego, consta-se pela análise do quadro abaixo que o Cávado apresenta um valor mais baixo que a média da região Norte e ligeiramente superior que o Continente. Mas da análise por município verificamos que Amares e Braga apresentam valores superiores ao Cávado e ao Continente, tendo respetivamente 6,29 e 6,62% da população a receber subsídio de desemprego. Desta análise, regista-se que Vila Verde é no Cávado quem tem a menor % da população a receber subsídio de desemprego.

Nº Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social por município, segundo o sexo e a idade, 2012												
	Total	Sexo				Idade						% da população que recebe subsídio de desemprego
		H		M		Menos de 25 anos	25-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-54 anos	55 e mais anos	
		Total	Novos beneficiários	Total	Novas beneficiárias							
Portugal	638 317	331 886	156 264	306 431	135 858	35 662	70 906	184 876	155 725	72 957	118 191	
Continente	608 962	314 077	147 730	294 885	130 444	33 439	66 518	176 005	148 382	70 002	114 616	6,07
Norte	240 918	125 038	55 973	115 880	47 189	13 443	25 167	64 074	58 298	29 505	50 431	6,72
Cávado	25 205	12 442	6 031	12 763	5 496	1 431	2 805	7 216	5 953	2 717	5 083	6,15
Amares	1 188	622	325	566	255	63	124	369	293	123	216	6,29
Barcelos	7 008	3 572	1 671	3 436	1 441	387	709	1 719	1 734	856	1 603	5,82
Braga	12 010	5 849	2 829	6 161	2 661	701	1 384	3 624	2 690	1 209	2 402	6,62
Esposende	2 037	918	405	1 119	488	101	248	577	505	228	378	5,95
Terras de Bouro	412	168	82	244	111	21	56	117	99	47	72	5,68
Vila Verde	2 550	1 313	719	1 237	540	158	284	810	632	254	412	5,32

Fonte: © INE, I.P., Portugal, 2013. Informação disponível até 30 de setembro de 2013; Ministério da Solidariedade e da Segurança Social - Instituto de Informática, I.P.. **Nota:** Inclui beneficiárias/os de subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego inicial, subsídio social de desemprego subsequente e prolongamento de subsídio social de desemprego.

Analisando agora percentagem da população residente que recebe rendimento social de inserção (RSI), verifica-se que a média do Cávado (2,2%) é bastante inferior aos valores registados para o Norte (4,71%) e para o Continente (3,85). Da análise por município do Cávado, verifica-se que todos apresentam valores inferiores aos da região Norte e Continente, no entanto, Amares e Braga têm valores superiores ao Cávado, registando respetivamente 2,75 e

3,24% da população a receber RSI. No extremo oposto registamos Vila Verde com apenas 0,62%, Esposende com 0,98% e Terras de Bouro com 1,13%.

N ° de Beneficiárias/os do rendimento social de inserção por município, segundo o sexo e a idade, 2012								
	Total	Sexo		Idade				% de população que recebe RSI
		H	M	Menos de 25 anos	25-39 anos	40-54 anos	55 e mais anos	
Portugal	421 201	202 684	218 517	199 538	83 752	94 793	43 118	
Continente	385 836	184 920	200 916	181 046	76 168	87 970	40 652	3,85
Norte	168 824	80 398	88 426	75 555	32 115	42 240	18 914	4,71
Cávado	9 014	4 384	4 630	4 048	1 755	2 234	977	2,2
Amares	520	249	271	242	105	117	56	2,75
Barcelos	1 895	928	967	793	290	521	291	1,57
Braga	5 884	2 877	3 007	2 692	1 240	1 423	529	3,24
Esposende	335	147	188	135	52	88	60	0,98
Terras de Bouro	82	45	37	30	14	22	16	1,13
Vila Verde	298	138	160	156	54	63	25	0,62

Fonte: © INE, I.P., Portugal, 2013. Informação disponível até 30 de setembro de 2013; Ministério da Solidariedade e da Segurança Social - Instituto de Informática, I.P.. **Nota** : O total de Portugal inclui beneficiárias/os com residência não determinada. Informação disponível à data de 19 de abril de 2013.

População Isolada

Da consulta dos dados relativos à população verifica-se a ocorrência de isolamento extremo no caso particular dos municípios de Terras de Bouro e Vila Verde onde temos respetivamente 12,28% e 8,07% de pessoas com mais de 65 anos a residirem sozinhas. Isto revela claramente o processo de envelhecimento existente em particular nas freguesias mais rurais do Cávado, em particular em Amares, Terras de Bouro e Vila Verde. Na generalidade, os valores do Cávado são bastante inferiores à região Norte e Continente, exceção feita aos municípios atrás referidos.

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Período de referência dos dados	Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011)
Portugal	2011	10,06
Continente		10,17
Norte		8,26
Cávado		6,09
Amares		6,76
Barcelos		5,47
Braga		5,64
Esposende		6,27
Terras de Bouro		12,28
Vila Verde		8,07
Fonte: w w w .ine.pt (à data dos Censos 2011); Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação		

Saúde

Os dados do Cávado no que respeita à saúde são complexos em termos de análise. Registam-se apenas duas unidades de saúde em Terras de Bouro, que apesar dos nºs da população residente serem os mais baixos da NUT III Cávado é o mais disperso e cujos utilizadores maiores distâncias percorrem para satisfazer as necessidades médicas. Os concelhos de Barcelos e Braga são que apresentam o maior nº de unidades de apoio à população, sendo também estes o que apresentam o grosso da população residente do Cávado.

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Unidades funcionais (N.º) dos centros de saúde - 2012					
	Tipo de unidade					
	Total	Unidade de saúde familiar (USF)	Unidade de cuidados de saúde personalizados (UCSP)	Unidade de cuidados na com unidade (UCC)	Unidade de saúde pública (USP)	Unidade de recursos assistenciais partilhados (URAP)
Cávado	58	20	21	11	3	3
Amares	5	1	1	1	1	1
Barcelos	18	8	6	2	1	1
Braga	23	6	10	5	1	1
Esposende	4	1	2	1	0	0
Terras de Bouro	2	0	1	1	0	0
Vila Verde	6	4	1	1	0	0
Fonte: INE; Unidades funcionais (N.º) dos centros de saúde por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo de unidade; Anual - INE, Inquérito aos Centros de Saúde (dados provisório)						

No que respeita a hospitais, verificamos a existência de 13 unidades no Cávado, sendo a maioria de natureza privada. Nesta natureza privada encontramos os hospitais associados à Santa Casa da Misericórdia de Amares e de Vila Verde bem como clínicas com internamento e hospitais privados. Esta natureza privada é um entrave no acesso a cuidados de saúde pela população rural, uma vez que os utentes têm que pagar valores, muitas vezes, acima das suas capacidades financeiras. Os hospitais públicos existem no Cávado, nos municípios de Braga e

Barcelos, sendo o de Braga o que apresenta maior capacidade de resposta, pela sua natureza central.

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Hospitais (N.º) Modalidade - 2012			Hospitais (N.º) Natureza institucional - 2013		
	Modalidade			Natureza institucional		
	Total	Hospital geral	Hospital especializado	Total	Oficial	Privado
Cávado	13	10	3	13	2	11
Amares	1	1	0	1	0	1
Barcelos	4	2	2	4	1	3
Braga	5	4	1	5	1	4
Esposende	2	2	0	2	0	2
Terras de Bouro	0	0	0	0	0	0
Vila Verde	1	1	0	1	0	1

Fonte: Anual - INE, Inquérito aos hospitais

Os indicadores de saúde por município dizem-nos que o Cávado apresenta valores para os indicadores de nº de enfermeiros e médicos por cada 1.000 habitantes inferiores aos apresentados para a região Norte e para o Continente, com a devida exceção para Braga que apresenta valores superiores ao Cávado, Norte e Continente. No que toca aos restantes indicadores, em particular ao nº de camas, refira-se que o Cávado apresenta indicadores melhores que a região Norte e o Continente, estando estas camas concentradas nos municípios de Barcelos e Braga. Analisando o indicador “consultas por habitante” verifica-se a ausência de dados para Amares, Esposende e Vila Verde pelo que a análise aos mesmos não é possível de fazer. De referir, que neste indicador também Braga aparece destacada com valores acima da média do Cávado, Norte e Continente.

	Indicadores de saúde por município, 2012 e 2013							
	Enfermeiras/os por 1 000 habitantes	Médicas/os por 1 000 habitantes	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1 000 habitantes	Internamentos por 1 000 habitantes	Intervenções de grande e média cirurgia por dia nos estabelecimentos de saúde	Consultas por habitante	Camas (lotação praticada) por 1 000 habitantes nos estabelecimentos de saúde	Taxa de ocupação de camas nos estabelecimentos de saúde
	N.º							%
	2013				2012			
Portugal	6,3	4,3	0,3	112,4	2 433,9	4,1	3,4	78,7
Continente	6,2	4,4	0,3	112,5	2 373,3	4,2	3,2	78,9
Norte	6,3	4,1	0,3	112,1	966,9	4,1	3,0	78,0
Cávado	5,4	3,6	0,2	106,4	106,3	3,9	4,9	82,4
Amares	3,9	1,7	0,2
Barcelos	4,3	1,7	0,2	56,3	10,4	3,1	5,9	91,2
Braga	7,6	5,9	0,2	186,7	82,0	5,1	6,1	82,9
Esposende	2,9	2,8	0,2
Terras de Bouro	3,6	0,4	0,4	0,0	0,0	2,2	0,0	/
Vila Verde	3,0	1,1	0,2

Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Pessoal de Saúde, Estatísticas das Farmácias, Estatísticas dos Estabelecimentos de Saúde. Nota: A rubrica "Médicas/os por 1000 habitantes" é apresentada por local de residência. A rubrica "Enfermeiras/os por 1000 habitantes" é apresentada por local de atividade.

2 – ANÁLISE SWOT

Partindo do enquadramento estratégico proveniente das orientações da UE em matéria de regulamentos, nomeadamente o Nº 1303 de 17 de Dezembro de 2013 relativo à aplicação dos FEER, do Acordo de Parceria assinado com Portugal, do PDR 2020, do POR Norte e da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial para o Cávado, aos quais se associaram todos os contributos recolhidas nas reuniões temáticas realizadas com os agentes locais do território e nas quais foi possível identificar e diagnosticar as necessidades prioritárias de desenvolvimento de forma a construir de forma realista este documento. A metodologia utilizada na elaboração deste documento consistiu na programação participativa por objetivos (PPO) realizada por uma equipa técnica multidisciplinar do GAL da ATAHCA, baseada em pressupostos como a recolha, tratamento e análise de informação diversificada. O conhecimento da realidade do território com base na experiência e trabalho desenvolvido pelo GAL até esta data, complementado com o aprofundamento deste estudo através da auscultação e análise de contexto com um conjunto alargado de agentes locais das mais diversas áreas. Para a auscultação e envolvimento dos diversos agentes locais foram realizadas diversas reuniões temáticas, reuniões complementares com todos os elementos da parceria e ainda com outras entidades do território que possibilitaram o aprofundamento da análise de toda a informação disponível, conforme a síntese apresentada no ponto F.

Desde o primeiro momento, em que se começou a tratar do processo de construção da DLBC foram sendo registados os diversos contributos, ideias e sugestões para melhorar a situação territorial do Cávado, nas mais variadas sessões levadas a cabo pelo GAL ATAHCA. Durante este tempo, os membros da ETL foram analisando os mais diversos documentos, relatórios e dados estatísticos relativos à situação do Cávado, registando a situação e extraindo os dados mais importantes. Após esta fase, tornou-se imperativa a realização de sessões sectoriais com os diversos agentes do território. A divulgação das diversas sessões foi realizada através de convite dirigidos às instituições e agentes, publicação na comunicação social e redes sociais. A participação foi aberta à população em geral e a todos os agentes privados e públicos que demonstraram interesse em participar. Para isso, foram elencadas as entidades por sectores de atividade, privadas e públicas, convidadas a participar numa sessão pública de apresentação DLBC e da Metodologia a seguir.

Seguidamente realizam-se seis sessões temáticas, distribuídas pelos concelhos do Cávado, subordinadas aos temas chave. Nas reuniões setoriais, os participantes foram dispostos em grupos de trabalho e foi-lhes solicitado o preenchimento de uma matriz SWOT, onde identificaram os pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades. Ainda nestas sessões, fez-se a discussão em grande grupo dos resultados alcançados e os mesmos foram depois transferidos para a Matriz SWOT global do território e de acordo com os eixos prioritários de intervenção.

Construção da Estratégia de Desenvolvimento Local

A realização de uma profunda **análise SWOT** do território como elemento fundamental para facilitar a formulação de respostas às seguintes questões:

- Como valorizar cada ponto forte?
- Como ultrapassar cada ponto fraco?

- Como aproveitar e explorar as oportunidades?
- Como mitigar as ameaças?

Elaboração da **Árvore de Problemas** como instrumento organizador de ideias e facilitador da sistematização do raciocínio, seguindo a lógica causa/efeito, identificando de forma clara o porquê ou causa de cada problema. Esta foi discutida e testada em trabalho de equipa.

Elaboração da **Árvore de Objetivos**, identificando os meios e fins mais adequados para resolver os problemas identificados.

Elaboração da **Matriz de Enquadramento Lógico** composta por uma hierarquia dos objetivos definidos estratégicos e específicos, com identificação da sua finalidade, resultados a alcançar e atividades a desenvolver.

Formulação de um conjunto de **Indicadores** de impacto, de resultados e de realização e respetivas metas, objetivamente verificáveis para cada nível de objetivos e identificação dos respetivos meios de monitorização.

Definição das respetivas **Linhas Estratégicas** que conduzirão à elaboração e programação de uma EDL assente em áreas temáticas de desenvolvimento, com os diversos objetivos elencados, ações, atividades e projetos concretos tendo em conta as diretrizes que entretanto venham ser divulgadas pelas diversas autoridades de gestão dos programas de apoio enquadramentos.

De seguida apresentam-se os resultados da Matriz Swot, onde são evidenciados os pontos fortes e fracos, as ameaças e as oportunidades.

MATRIZ SWOT

ÁREAS TEMÁTICAS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS
Território	<p>Forte identidade natural, cultural e humana do território;</p> <p>Diversidade da paisagem (da serra ao mar);</p>	<p>Não existência de uma imagem corporativa e uma estratégia de marketing territorial;</p> <p>Descaracterização da paisagem;</p> <p>Existência de zonas vulneráveis a fontes de contaminação agrícola, industrial e doméstica (Barcelos, Esposende);</p> <p>Minifúndio abandonado e sem cultivo;</p> <p>Fragmentação do território;</p>	<p>Abordagem do DLBC na programação dos fundos estruturais;</p> <p>Incentivo aos planos de recuperação de aldeia;</p>	<p>Concorrência de outros territórios mais competitivos;</p> <p>Falta de gestão sustentável e planeamento urbanístico, paisagístico e florestal;</p> <p>Critérios de classificação de zonas vulneráveis;</p> <p>Desertificação das zonas rurais/abandono das terras;</p>	<p>5 - Promover a Valorização e a Dinamização dos Activos Territoriais numa lógica Sustentável e Inovadora</p>
Património Natural	<p>Parque Nacional da Peneda Gerês em cerca de 20 % do território, qualidade da paisagem e diversidade de fauna e flora;</p> <p>Disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos (ex. rios Cávado, Homem e Neiva);</p> <p>Importância e tradição dos recursos termais (existem 4 estâncias termais);</p> <p>Recursos vegetais e animais únicos em termos de biodiversidade e de elevado valor genético (ex. Lírio do Gerês, Lobo Ibérico, Hipericão do Gerês);</p>	<p>Défi ce de aproveitamento dos recursos naturais de forma sustentável para gerar dinamização socioeconómica;</p> <p>Desvalorização pela generalidade da população e agentes locais da importância e diversidade dos recursos naturais do território;</p> <p>Ausência de estratégia integrada de gestão sustentável dos recursos;</p> <p>Degradação da paisagem (espécies invasoras e falta limpeza);</p>	<p>Valorização da Floresta autóctone e sua multifuncionalidade;</p> <p>Existência de instrumentos (ex: planos regionais de ordenamento florestal);</p> <p>Procura por turismo de natureza;</p> <p>Existência de incentivos à florestação com espécies autóctones;</p>	<p>Tendência para o desinvestimento público (financeiro e humano) nas áreas protegidas;</p>	<p>5 - Promover a Valorização e a Dinamização dos Activos Territoriais numa lógica Sustentável e Inovadora</p>

Património Histórico e Cultural	<p>Riqueza e diversidade do património cultural (histórico, rural, etnológico, núcleos rurais e aldeias tradicionais – “Aldeias da Saudade”);</p> <p>Diversidade de mitos e ritos;</p> <p>Diversidade de festas e romarias (ex. Alvío, Abadia, Sameiro, ...)</p>	<p>Degradação da paisagem rural e património rural construído, fruto do despovoamento nas áreas de maior ruralidade;</p> <p>Ausência de inventário e caracterização actualizados do património material e imaterial;</p> <p>Degradação do património hídrico (açudes, regadios, moinhos);</p>	<p>Interesse crescente pelo turismo cultural e religioso (ex. Braga, S. Bento da Porta Aberta);</p> <p>Enquadramento e elegibilidade para o apoio financeiro à recuperação de património rural através do PDR 2020;</p>	<p>Tendência para o desinvestimento público (financeiro e humano) na preservação e valorização do património;</p>	5 -Promover a Valorização e a Dinamização dos Activos Territoriais numa lógica Sustentável e Inovadora
Agricultura	<p>Manutenção de um padrão de agricultura tradicional sustentável: preservadora da paisagem rural, dos solos e geradora de produtos tradicionais de qualidade (agrícolas e agroalimentares)</p> <p>Existência de raças autóctones e produtos agroalimentares tradicionais certificados (ex. Carne Barrosã, Cabrito e Mel das Terras Altas do Minho);</p> <p>Pluriactividade das explorações agrícolas facilitadora da integração com atividades e serviços em meio rural (agro-indústria, turismo, artesanato);</p> <p>Condições edafoclimáticas favoráveis à instalação de novas culturas agrícolas;</p> <p>Instalação jovens agricultores com aumento da área agrícola utilizada e do VAB;</p> <p>Novas dinâmicas na comercialização de produtos agrícolas em circuito curto (PROVE);</p>	<p>Pequena dimensão da estrutura fundiária e económica das explorações;</p> <p>Baixo índice de qualificação da maioria dos agricultores e dirigentes;</p> <p>Baixo índice de rentabilidade e competitividade da atividade agrária;</p> <p>Elevada estrutura etária da população agrícola/rural;</p> <p>Receio dos proprietários agrícolas em alugarem ou cederem os seus terrenos para Bolsa de Terras;</p> <p>Dinâmica de funcionamento das organizações agrícolas locais deficitária (falta de parcerias e organização em rede);</p> <p>Insuficiente apoio e aconselhamento técnico aos agricultores (extensão rural);</p> <p>Dificuldades de acesso aos mercados pelas pequenas explorações agrícolas;</p>	<p>Tendência da opinião pública para valorizar o sector agroalimentar nacional e o consumo de produtos nacionais como forma de dinamizar a economia interna;</p> <p>Maior valorização e reconhecimento social da atividade agrícola;</p> <p>Interesse crescente pela atividade agrícola por parte de jovens qualificados que se pretendem instalar como jovens agricultores;</p> <p>Crescente procura de produtos com origem sustentável, por consumidores exigentes com a qualidade e segurança (ex. produtos da época - cabazes PROVE, produtos biológicos, dieta mediterrânica, km zero, etc);</p> <p>Novo regime de estruturação e legislação fundiária (ex. Bolsa de Terras);</p> <p>Mecanismos de financiamento favoráveis (banca);</p>	<p>Deslocalização/desaparecimento dos serviços de proximidade e extensão rural do Ministério da Agricultura;</p> <p>Legislação desadequada à especificidade das pequenas produções agrícolas e artesanais e aos micronegócios (ex. contribuições sociais e fiscais elevadas, licenciamento de atividades agroalimentares);</p> <p>Falta de orientação estratégica/política do setor;</p> <p>Custo dos fatores de produção elevados;</p> <p>Burocracia excessiva (ex. licenciamentos e candidaturas);</p> <p>Falta de investigação agrária;</p> <p>Falta de interligação entre I&DT e a atividade agrícola com insuficiente partilha de conhecimentos e informação;</p>	1 -Modernização e Capacitação da Actividade Agrária

	<p>Disponibilidade de terrenos agrícolas com boa aptidão agrícola e/ou florestal;</p> <p>Instalação de jovens na agricultura em atividades inovadoras;</p> <p>Qualidade e frescura dos produtos (ex. Bio e PI);</p>	<p>Falta de infraestruturas e equipamentos adequados para a comercialização de produtos agrícolas;</p> <p>Falta de mão-de-obra agrícola;</p> <p>Falta liderança no setor;</p> <p>Falta de promoção e internacionalização;</p> <p>Falta de poder negocial com distribuição;</p> <p>Reduzidas margens de lucro;</p> <p>Condições de transporte e conservação de produtos desadequadas;</p> <p>Dificuldade de comunicação com consumidores (falta de meios);</p> <p>Falta de certificação/valorização dos produtos agrícolas locais;</p>	<p>Dinamização/revitalização de mercados locais em meios urbanos e periurbanos;</p> <p>Incentivo à criação de organizações setoriais (ex. OP's)</p> <p>Disponibilidade de instrumentos de apoio;</p>	<p>Cadastro agrícola desatualizado;</p> <p>Falta de controlo nos produtos importados;</p> <p>Excessivo controlo na produção local;</p> <p>Concorrência das grandes superfícies/Importação;</p>	
Educação/Formação	<p>Evolução positiva dos índices de qualificação da população local, principalmente na população jovem;</p> <p>Capacidade e qualidade da oferta educativa/formativa;</p> <p>Oferta concertada de formação;</p> <p>Existência de instituições de ensino superior com nova oferta formativa (ex. cursos profissionais superiores);</p> <p>Redução do abandono escolar;</p>	<p>Desarticulações entre as várias entidades ligadas à formação e ensino;</p> <p>Insuficiente convergência entre a oferta formativa e as necessidades de formação do território;</p> <p>Baixa qualificação da população ativa em particular a do sector agrário;</p> <p>Falta de orientação vocacional/profissional;</p> <p>Desvalorização da formação pelas entidades empregadoras;</p>	<p>Prioridade às políticas de educação e de formação no quadro da Estratégia Europeia 2020 e consequente afetação de recursos (ex. CQEP's);</p> <p>Reforço da ligação entre empresas e instituições de ensino;</p> <p>Revisão dos perfis profissionais;</p> <p>Empreendedorismo – Formação;</p> <p>Imposição legal formação de ativos (35h);</p> <p>Especialização das ofertas formativas e</p>	<p>Concentração das ofertas educativas/formativas nos meios mais urbanos;</p> <p>Dificuldade no acesso em tempo e meios por parte dos destinatários;</p> <p>Quebra significativa do financiamento;</p> <p>Excessiva dependência de financiamento;</p> <p>Falta de articulação entre entidades financiadoras;</p>	<p>2 -Promoção da Inovação, do Conhecimento e da Qualificação</p>

		<p>Escassez de oferta formativa especializada;</p> <p>Sobreposição das vias formativas de conclusão do nível básico;</p> <p>Falta de motivação para a formação;</p> <p>Formação centrada nos grupos desfavorecidos;</p>	<p>educativas;</p> <p>Alargamento da escolaridade obrigatória;</p>	<p>Falta exigência das políticas públicas de apoio aos desempregados;</p> <p>Descontinuidade das políticas de educação/formação;</p> <p>Elevado nº de alunos por turma;</p> <p>Desfasamento entre a oferta de emprego e os perfis profissionais formados no ensino;</p>	
Turismo	<p>Diversidade/qualidade de recursos turísticos para vários segmentos de mercado (TER de qualidade, turismo rural, cultural, ambiental, religioso, termal, gastronómico);</p> <p>Cultura popular tradicional bem presente no território e eventos relevantes (ex. Festa das Colheitas, Festival das Papas, Romarias e festas religiosas, artesanato...);</p> <p>Oferta gastronómica diversificada e de reconhecida qualidade pela incorporação de matérias-primas locais e pela sua tipicidade;</p> <p>Disponibilidade e qualidade de recursos naturais com condições para turismo de natureza (ex. PNPg, PNLT, trilhos pedestres e equestres temáticos identificados e sinalizados, parapente);</p> <p>Existência ou proximidade de património e rotas religiosas identificadas no PENT como produtos estratégicos (S. Bento da Porta Aberta, Santuário do Sameiro, Bom</p>	<p>Dificuldade na atração de visitantes e turistas na época baixa e no prolongamento das estadias;</p> <p>Falta de organização e planeamento de atividades de animação e promoção turística em época baixa;</p> <p>Ausência de estratégia de promoção e organização integrada da oferta do território do Cávado;</p> <p>Dificuldade no trabalho em rede e estabelecimento de parcerias entre operadores;</p> <p>Falta de meios de informação e promoção turística (ex. sinalização turística, postos de informação, guias turísticos);</p> <p>Recursos humanos do sector denotam dificuldades de qualificação, gestão, falta capacidade técnica e de promoção e utilização de novas tecnologias;</p>	<p>Reforço da competitividade da atividade turística através do acréscimo da oferta e da procura interna;</p> <p>Previsão do crescimento do fluxo de turistas internacionais nos próximos 20 anos (OMT);</p> <p>Crescimento dos operadores turísticos online;</p> <p>Interesse crescente do mercado turístico pelo turismo natureza, turismo ativo, etc;</p> <p>Aumento da procura (ex. turismo de natureza, saúde e bem estar);</p> <p>Criação de parcerias entre agentes públicos e privados da região Norte;</p> <p>Recetividade das pessoas para questões ambientais;</p> <p>Reconhecimento geral das marcas Minho e Gerês;</p>	<p>Atratividade de outros destinos turísticos mais competitivos.</p> <p>Sazonalidade da procura provoca instabilidade e baixas taxas de ocupação anuais;</p> <p>Desarticulação institucional entre entidades reguladoras da atividade turística;</p> <p>Falta de sustentabilidade na aplicação dos fundos comunitários em projetos turísticos;</p> <p>Concorrência de outros destinos turísticos;</p> <p>Deficiente sinalização turística e falta de integração da sua homologação;</p>	3 - Melhoria da Competitividade da Atividade Turística

	<p>Jesus);</p> <p>Presença de recursos e infraestruturas de qualidade ao nível do turismo de saúde (Ex termas de Caldelas, Gerês e Moimenta);</p> <p>Disponibilidade de linhas e planos de água de qualidade que potenciam o turismo náutico de lazer e desportivo (ex. náutica de recreio, canoagem e remo);</p> <p>Hospitalidade minhota;</p> <p>Existência de potencial para desenvolvimento de atividades turísticas em meio agrícola e florestal;</p>	<p>Degradação do património construído e falta de sinalização;</p> <p>Falta de divulgação/conhecimento do inventário do património;</p> <p>Dificuldades no acesso a infra estruturas turísticas a pessoas com mobilidade reduzida /condicionada;</p> <p>Eco nomia paralela no setor;</p> <p>Rotas turísticas inoperacionais (ex. vinho verde, trilhos);</p> <p>Baixa taxa de ocupação turística;</p>			
Artesanato	<p>Existência de produtos artesanais diversificados, certificados e com importância comercial (ex. lenços de namorados, figurado de Barcelos);</p> <p>Novas dinâmicas de introdução do design e da inovação nos produtos artesanais (ex. produtos “Namorar Portugal”);</p> <p>Artesanato existente com notoriedade e identidade;</p>	<p>Reduzida transferência de saberes tradicionais entre gerações (ex. artes e ofícios tradicionais);</p> <p>Elevado nível etário da maioria dos artesãos;</p>	<p>Imagem positiva e crescente interesse da opinião pública pelo produto tradicional e nacional;</p>	<p>Não existência de instrumentos específicos de apoio à valorização e dinamização económica das artes e ofícios tradicionais;</p> <p>Insuficiente valorização pelo mercado das artes e ofícios tradicionais;</p>	4 -Dinamizar o Tecido Socioeconomico

E. PROPOSTA DE ESTRATÉGIA E RESULTADOS ESPERADOS

1. Visão

A visão da EDL para a DLBCRural do Cávado, terá como foco determinante o **Incremento da Competitividade Territorial e da Coesão Social** com base na valorização agrícola e agro-alimentar, na promoção da inovação e do conhecimento, na dinamização do tecido socioeconómico com ênfase na atividade turística, numa lógica sustentável e implicando a participação de um número alargado de agentes locais, consubstanciado por uma parceria territorial ativa, assente na prossecução dos seguintes **Objetivos Estratégicos**:

- Modernizar e capacitar a atividade agrária;
- Promover a Inovação, o Conhecimento e a Qualificação;
- Melhorar a Competitividade da Atividade Turística;
- Dinamizar o Tecido Socioeconómico;
- Promover a Valorização e a Dinamização dos Ativos Territoriais numa Lógica Sustentável e Inovadora.

2. Justificação da necessidade

A forma como estas necessidades identificadas se relacionam com os vários objetivos estratégicos delineados é ilustrada de forma esquemática na tabela seguinte:

MATRIZ DE SINERGIAS ENTRE NECESSIDADES E OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

NECESSIDADES	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS				
	1	2	3	4	5
	Modernização e Capacitação da Actividade Agrária	Promoção da Inovação, do Conhecimento e da Qualificação	Melhoria da Competitividade da Actividade Turística	Dinamizar o Tecido Socioeconómico	Promover a Valorização e a Dinamização dos Activos Territoriais numa lógica Sustentável e Inovadora
Renovação e reestruturação das explorações agrícolas de pequena dimensão	XXX	XX		XX	XX
Melhoria do nível de qualificação e capacitação dos produtores agrícolas e florestais	XX	XXX		XX	XX
Diversificação das actividades económicas nas explorações agrícolas	XXX		XX	XX	XX
Criação de novas oportunidades para a comercialização dos produtos agrícolas em circuitos curtos de distribuição	XXX		XX	XX	XX
Melhoria das condições de conservação, armazenamento e transporte dos produtos agro-alimentares	XXX	XX		XX	
Promoção e divulgação dos produtos de qualidade e dos produtos locais	XXX		XX	XX	XX
Qualificação e inovação nos recursos turísticos		XX	XXX	XX	XX
Incremento da atratividade turística e dos fluxos de visitantes e turistas no território			XXX	XX	XX
Melhoria dos sistemas de informação e promoção turística		XX	XXX	XX	XX
Melhoria das condições de acesso e mobilidade no território por parte de visitantes e turistas assim como a infraestruturas e equip. turísticos		XX	XXX	XX	XX
Dinamização dos roteiros, rotas e percursos turísticos já existentes e sua integração na oferta turística global		XX	XXX	XX	XX
Incremento da capacidade de inovação do tecido socioeconómico e reforço da sua ligação a polos de I&D	XXX	XX	XX	XX	XX
Melhoria da interligação entre as necessidades de formação e a oferta formativa	XX	XXX	XX	XX	XX
Articulação e complementaridade entre as várias entidades formadoras	XX	XXX	XX	XX	XX
Melhoria dos mecanismos de orientação vocacional/ profissional	XX	XXX	XX	XX	
Sensibilização dos empresários para a importância da formação e qualificação	X	XXX	X	XX	
Melhoria da qualificação e capacitação da população e dos agentes locais	XX	XXX	XX	XX	XX
Introdução da inovação técnica e social em serviços de apoio e proximidade		XXX		XX	XXX
Melhoria dos serviços de proximidade nas zonas de maior ruralidade	XX	XXX	XX	XX	XX
Revitalização das artes e ofícios tradicionais e da sua ligação à inovação e ao design			XX	XXX	XX
Criação, desenvolvimento e modernização de microempresas		X	XXX	XXX	XX
Promover e incentivar o empreendedorismo	XX	XXX	XX	XXX	XX
Incremento da eficiência energética e da utilização de energias renováveis	XX	XX	XX	XX	XXX
Atenuar os efeitos negativos da desertificação rural	XX		XX	XX	XXX
Informação e Sensibilização da população para a importância da preservação e valorização dos recursos naturais	XX	XX	XX		XXX
Preservação e valorização sustentável dos recursos naturais, água, solo e floresta autóctone de forma a gerar dinamização económica			XXX	XX	XXX
Identificação e caracterização do património material e imaterial			XX	X	XXX
Preservação e valorização do património edificado com valor histórico, cultural, etnológico e religioso como factor de diferenciação			XXX	XX	XXX
Promoção das parcerias, do trabalho em rede e da cooperação institucional a nível interno e externo	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
Incrementar a capacitação técnica, a animação territorial e a disseminação de boas-práticas	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
Promoção e divulgação dos activos territoriais	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
Desenvolver e promover uma estratégia de marketing territorial	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX

XXX - Muito Relevante

XX - Relevante

X - Pouco Relevante

3. Estratégia da EDL

Justificação

A definição destes **Objetivos Estratégicos** resulta da identificação no diagnóstico participado e análise swot, de um vasto e diversificado conjunto de necessidades, em relação direta com um conjunto de objetivos e prioridades subjacentes à aplicação e princípios dos FEEI e ao conceito neles consagrados das Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial ou DLBC, ao PDR2020 e ainda à Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial NUT III Cávado.

Seguidamente apresentam-se por cada Objetivo Estratégico, as respetivas necessidades subjacentes, assim como a sua justificação, lógica e coerência.

• Modernizar e Capacitar a Atividade Agrária

- Renovação e reestruturação das explorações agrícolas de pequena dimensão.
- Melhoria das condições de transformação, conservação, armazenamento e transporte dos produtos agro-alimentares.
- Criação de novas oportunidades para a comercialização dos produtos agrícolas em circuitos curtos de distribuição.
- Diversificação das atividades económicas nas explorações agrícolas.
- Promoção e divulgação dos produtos de qualidade e dos produtos locais.
- Atenuar os efeitos negativos da desertificação rural.
- Incremento da eficiência energética e da utilização de energias renováveis.

O objetivo estratégico **Modernizar e capacitar a atividade agrária**, justifica-se pelas necessidades de rejuvenescimento do tecido agrícola, promovendo o acesso à terra por parte dos jovens, aproveitando a sua atual predisposição e interesse, necessidade de modernizar as explorações agrícolas familiares e incrementar a sua dimensão e viabilidade económica e orientação para os mercados atuais, diversificar as atividades económicas nestas explorações através da valorização de ativos territoriais como os recursos naturais, os produtos de qualidade, a gastronomia e o potencial turístico (ex. lojas de quinta, agroturismo, parques de campismo, animação turística).

Será também prioritário neste eixo estratégico, apoiar o surgimento de novas soluções para a comercialização direta dos produtos agrícolas e agro-transformados locais junto dos consumidores finais, reforçando a estratégia de comercialização de proximidade implementada no âmbito do projeto de cooperação interterritorial PROVE, pelo impacto do efeito demonstrativo desta, pelo excelente nível de adesão de produtores e consumidores e pelos resultados já observados. Serão ainda consideradas prioritárias as iniciativas de valorização e promoção de produtos de qualidade e produtos locais tradicionais, nomeadamente as que permitam a sua identificação, caracterização e desenvolvimento numa lógica de promoção e incremento da sua comercialização junto de nichos de mercado específicos.

Em termos de articulação com as orientações estratégicas nacionais e regionais, o objetivo atrás exposto apresenta uma relação direta com os objetivos *Crescimento do valor acrescentado do setor agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura e Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural* definidos no **PDR2020**, assim como se alinha com a **EIDT-CIM CÁVADO** ao nível das Prioridades **PE1.4. Intensificar níveis de inovação de abordagem ao mercado, em atividades como a produção /exportação de vinho**

verde e a valorização de recursos endógenos e PE3.5. Potenciar as experiências de desenvolvimento rural e de valorização económica dos territórios de baixa densidade, como novos instrumentos de política de inclusão social e de combate à pobreza.

A coerência e articulação deste objetivo com as orientações estratégicas nacionais e regionais são verificáveis através das seguintes interações:

EDLRural CÁVADO		Modernizar e Capacitar a Atividade Agrária
PROGRAMA	OBJETIVO/PRIORIDADE/DOMÍNIO TEMÁTICO	
PDR2020	<p><i>Crescimento do valor acrescentado do setor agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura</i></p> <p><i>Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural</i></p>	
PORegional Norte	<p><i>03 - Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (em relação ao FEADER)</i></p>	
EIDT-CIM CÁVADO	<p><i>PE1.4. Intensificar níveis de inovação de abordagem ao mercado, em atividades como a produção /exportação de vinho verde e a valorização de recursos endógenos</i></p> <p><i>PE3.5. Potenciar as experiências de desenvolvimento rural e de valorização económica dos territórios de baixa densidade, como novos instrumentos de política de inclusão social e de combate à pobreza.</i></p>	

• Promover a Inovação, o Conhecimento e a Qualificação

- Capacitação para a inovação do tecido económico local e reforço da sua ligação a polos de Investigação e Desenvolvimento.
- Introdução da inovação técnica e social em serviços de apoio e proximidade.
- Articulação entre as necessidades de formação e a oferta formativa e entre as entidades formadoras e o mercado.
- Melhoria dos mecanismos de orientação vocacional/ profissional.
- Qualificação e capacitação da população e dos agentes locais.

Através do Objetivo **Promover a Inovação, o Conhecimento e a Qualificação** é visado incrementar a inovação, o conhecimento e a qualificação nas diversas áreas do tecido socioeconómico do território, respondendo assim de uma forma direta às necessidades identificadas no diagnóstico e no envolvimento participativo de todos os parceiros. Esta resposta será obtida através da facilitação do acesso à inovação, à investigação, à transferência de tecnologia e ao desenvolvimento de novos produtos e serviços por parte dos agentes

económicos locais, de modo a promover uma maior aproximação à sociedade do conhecimento, assim como a sua progressão na cadeia de valor e o reforço da sua orientação para os produtos transacionáveis e quiçá para os mercados internacionais, tudo isto através da dinamização de novas sinergias entre o setor privado e as instituições ligadas à investigação e desenvolvimento (UM, IPCA, Universidade Católica – polo Regional de Braga, IPVC, UTAD).

O acesso ao Conhecimento e a Qualificação da população e dos agentes económicos será outra das prioridades deste eixo estratégico com uma articulação direta com os outros eixos, concretizada através da melhoria da articulação entre as necessidades de formação, as várias ofertas formativas e entre as entidades formadoras locais e a criação de sinergias que permitam melhorar a eficácia e eficiência do sistema de formação e qualificação do território, assim como elevar a qualificação dos jovens e dos adultos, ativos ou não, promovendo a sua empregabilidade e a adequação das suas qualificações às necessidades do desenvolvimento local do território e ao aumento da competitividade do tecido económico e social.

A coerência e articulação deste objetivo com as orientações estratégicas nacionais e regionais, é verificável através das seguintes interações:

EDLRural CÁVADO		Promover a Inovação, o Conhecimento e a Qualificação	
PROGRAMA	OBJETIVO/PRIORIDADE/DOMÍNIO TEMÁTICO		
PDR2020	<i>Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural</i>		
	<i>10 - Investir na educação, nomeadamente na profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida</i>		
PORegional Norte	<i>03 - Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (em relação ao FEADER)</i>		
	<i>PE1.2. Mobilizar os recursos de conhecimento científico e técnico (articulação com diversas entidades)</i>		
	<i>PE2.1. Conceber, animar e apoiar tecnicamente a capacitação e funcionamento de um Pacto para a Empregabilidade no Cávado</i>		
	<i>PE2.2. Valorizar o potencial integrador dos territórios locais e das suas redes de confiança e de complementaridade no combate ao abandono escolar</i>		
	<i>PE2.3. Dotar os espaços de oferta educativa e de formação profissional das condições infraestruturais, laboratoriais e de tecnologias educativas e de formação favoráveis a ambientes de aprendizagem inclusivos e favoráveis à empregabilidade</i>		
EIDT-CIM CÁVADO	<i>PE2.4. Apoiar os esforços da estratégia regional Norte 2020 de integração de recursos humanos qualificados nas empresas e nas organizações</i>		
	<i>PE3.5. Potenciar as experiências de desenvolvimento rural e de valorização económica dos territórios de baixa densidade, como novos instrumentos de política de inclusão social e de combate à pobreza.</i>		

• Melhorar a Competitividade da Atividade Turística

- Qualificação e inovação nos recursos turísticos.
- Incremento da atratividade turística e dos fluxos de visitantes e turistas no território.
- Melhoria dos sistemas de informação e promoção turística.
- Melhoria das condições de acesso e mobilidade no território por parte de visitantes e turistas assim como a infraestruturas e equip. turísticos.
- Dinamização dos roteiros, rotas e percursos turísticos já existentes e sua integração na oferta turística global.
- Atenuar os efeitos negativos da desertificação rural.

O objetivo **Melhorar a Competitividade da Atividade Turística** assume um papel estratégico, pela importância que os recursos turísticos locais possuem e fazem deles um dos ativos territoriais com maior notoriedade neste território, alicerçada na qualidade e diversidade do património natural (PNPG, paisagem rural, flora e fauna, recursos hídricos e termais) e do património histórico, cultural e religioso (património edificado, gastronomia, usos e costumes, locais de culto) assim como na capacidade de resposta da rede de infraestruturas e equipamentos turísticos (empreendimentos TER, empresas de animação turística, estâncias termais, estabelecimentos de restauração).

Neste contexto será prioritário apoiar a qualificação dos recursos turísticos existentes assim como a criação e/ou instalação de novos projetos, nomeadamente aqueles que revelarem potencial estratégico (turismo em espaço rural, turismo natureza, turismo de bem estar, turismo religioso, gastronomia e vinhos), diferenciador ou inovador. Merecerão atenção especial as atividades e infraestruturas de animação de pequena escala, que promovam de forma integrada a valorização dos ativos territoriais numa lógica de complementaridade, os produtos turísticos inovadores, assim como a requalificação de empreendimentos de turismo rural e turismo de habitação.

A coerência e articulação deste objetivo estratégico com as orientações estratégicas nacionais e regionais, é verificável através das seguintes interações:

EDLRural CÁVADO		Melhorar a Competitividade da Atividade Turística	
PROGRAMA	OBJETIVO/PRIORIDADE/DOMÍNIO TEMÁTICO		
PDR2020	<i>Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural</i>		
PORegional Norte	<i>06 - Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos</i>		
EIDT-CIM CÁVADO	<p><i>PE1.4. Intensificar níveis de inovação de abordagem ao mercado em atividades como a produção /exportação de vinho verde e a valorização de recursos endógenos.</i></p> <p><i>PE3.5. Potenciar as experiências de desenvolvimento rural e de valorização económica dos territórios de baixa densidade, como novos instrumentos de política de inclusão social e de combate à pobreza e</i></p> <p><i>9d – Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária.</i></p>		

• Dinamizar o Tecido Socioeconomico

- Criação, desenvolvimento e modernização de microempresas.
- Promover e incentivar o microempreendedorismo.
- Revitalização das artes e ofícios tradicionais e da sua ligação à inovação e ao design.
- Melhoria dos serviços de proximidade nas zonas de maior ruralidade.
- Incremento da eficiência energética e da utilização de energias renováveis.

Dinamizar o Tecido Socioeconomico é um eixo fundamental da estratégia pela importância que terá na obtenção de respostas relativamente à dinamização de atividades conexas à agricultura nomeadamente o artesanato, à criação e manutenção de emprego, na fixação de população nomeadamente jovens, na capacitação, no incentivo ao microempreendedorismo, na qualificação e maior eficiência organizacional e na introdução da inovação nas microempresas.

Serão considerados prioritários os projetos de criação ou desenvolvimento de microempresas ligadas à artes e ofícios artesanais e introdução de inovação e design nos seus produtos, a outras atividades conexas com a agricultura (agro-alimentar), o desenvolvimento ou modernização de estabelecimentos de restauração ou comércio tradicional, os projetos de microempreendedorismo (auto-emprego), os serviços de proximidade com carácter inovador e diferenciador (microempreendedorismo social, ambiental ou tecnológico) e o apoio a projetos de instalação ou desenvolvimento de microempresas “start-ups” em incubadoras ou viveiros de empresas.

Em termos de coerência e articulação este objetivo com as orientações estratégicas nacionais e regionais, constata-se as seguintes correlações:

EDLRural CÁVADO		Dinamizar o Tecido Socioeconomico
PROGRAMA	OBJETIVO/PRIORIDADE/DOMÍNIO TEMÁTICO	
PDR2020	<i>Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural</i>	
PORegional Norte	<i>03 - Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (em relação ao FEADER)</i>	
	<i>06 - Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos</i>	
	<i>08 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores</i>	
	<i>PE3.5. Potenciar as experiências de desenvolvimento rural e de valorização económica dos territórios de baixa densidade, como novos instrumentos de política de inclusão social e de combate à pobreza e</i>	
EIDT-CIM CÁVADO	<i>9d – Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária.</i>	

• Promover a Valorização e a Dinamização dos Ativos Territoriais numa Lógica Sustentável e Inovadora.

- Informação e Sensibilização da população para a importância da preservação e valorização dos recursos naturais.
- Preservação e valorização sustentável dos recursos naturais, água, solo e floresta autóctone de forma a gerar dinamização económica.
- Identificação e caracterização do património material e imaterial.
- Preservação e valorização do património edificado com valor histórico, cultural, etnológico e religioso como fator de diferenciação.
- Promoção das parcerias, do trabalho em rede e da cooperação institucional a nível interno e externo.
- Incrementar a capacitação técnica, a animação territorial e a disseminação de boas-práticas.
- Desenvolver e promover uma estratégia de marketing territorial.
- Promoção e divulgação dos ativos territoriais.
- Atenuar os efeitos negativos da desertificação rural
- Melhoria dos serviços de proximidade nas zonas de maior ruralidade.
- Incremento da eficiência energética e da utilização de energias renováveis.

O objetivo estratégico, **Promover a Valorização e a Dinamização dos Ativos Territoriais numa Lógica Sustentável e Inovadora**, preconiza:

- Dinamizar a promoção e valorização do património natural (água, solo, flora e fauna), histórico-religioso (monumental e cultural, património rural material e imaterial), numa lógica de preservação, refuncionalização e interpretação, de forma a torná-lo mais visível e visitável junto de um leque alargado de públicos cada vez mais predispostos e sensibilizados pelo turismo ambiental ou de natureza e pelo turismo cultural, histórico e religioso;
- Incentivar a criação ou melhoria de serviços de proximidade de base local em áreas como o ambiente, a economia social, a cultura, a educação ou a informação, que forneçam respostas em zonas mais vulneráveis em termos ambientais ou de maior ruralidade e em risco de desertificação populacional, onde as carências e o isolamento são mais acentuadas e seja necessário atenuar os seus efeitos negativos;
- Promover e divulgar interna e externamente os ativos territoriais relacionados com o potencial endógeno, associado à procura de mercados potenciais ou emergentes, que conduzam à melhoria do posicionamento competitivo do território numa escala mais global;
- Dinamização da animação territorial interna e externa, da troca de experiências e do benchmarking entre parceiros e entre territórios rurais, costeiros e urbanos;
- Promover a capacitação, a animação no território, a implementação da DLBCRural e a disseminação de boas-práticas de desenvolvimento local.
- Contribuir para a criação de sinergias entre a DLBC Rural “Cávado Com...Vida” e a DLBCUrbana “Cidade de Barcelos” cujos territórios são contíguos mas não sobrepostos, de modo a potenciar a ligação entre rural e urbano, a gerar efeitos multiplicadores e demonstrativos, possibilitando assim a integração e complementaridade entre objetivos e atividades a implementar, em particular as que dizem respeito à formação e qualificação, à dinamização socioeconómica, à promoção, divulgação e valorização do potencial endógeno, à animação territorial e disseminação e à dinamização de projetos de cooperação e criação de redes de parcerias.

Neste eixo estratégico estarão contempladas as intervenções de preservação e valorização do património natural, imaterial e material, nomeadamente: os Planos de Recuperação de Aldeias (PRA) de interesse turístico, histórico e cultural, as intervenções na requalificação ou refuncionalização do património edificado nelas inserido, na sua envolvente ou ainda em locais que se revelem estratégicos para a promoção e divulgação integrada de ativos territoriais.

Serão também prioritários os apoios a projetos de serviços de base local de cariz social, ambiental ou itinerante, as ações de informação, sensibilização, qualificação e capacitação de agentes locais envolvidos em iniciativas ou projetos apoiados ou correlacionados com a implementação da DLBCRural Cávado.

Promover ações de animação territorial, acompanhamento, monitorização, avaliação e disseminação da DLBCRural Cávado assim como de criação de sinergias entre esta DLBCRural e a DLBCUrbana “Cidade de Barcelos” integrando atividades e projetos de forma a reforçar as respostas a problemas comuns e a potenciar os seus efeitos, serão atividades da

responsabilidade do GAL da ATAHCA e entidades parceiras enquadráveis neste objetivo estratégico.

Inserem-se neste eixo estratégico a dinamização de ações de promoção e divulgação do potencial endógeno do território quer em território nacional quer no estrangeiro, bem como a criação de imagens de marca, conceção e edição de suportes de comunicação e promoção (ex. brochuras, publicações, folhetos, websites, plataformas online..), promovidas pelo GAL da ATAHCA, por outras entidades locais ou em parceria.

Da responsabilidade do GAL da ATAHCA e de entidades parceiras serão implementadas iniciativas e projetos de cooperação interterritorial e transnacional, que permitam transferir e trocar conhecimento, boas-práticas e promover o benchmarking territorial.

Serão também apoiadas outras iniciativas inovadoras de elevado efeito demonstrativo e carácter diferenciado, na promoção dos recursos endógenos, na troca de informações e conhecimentos e na capacitação dos agentes locais envolvidos no processo de desenvolvimento, no exercício das suas diversas funções.

A coerência e articulação deste objetivo com as orientações estratégicas nacionais e regionais, é verificável através das seguintes interações:

EDLRural CÁVADO	Promover a Valorização e a Dinamização dos Ativos Territoriais numa Lógica Sustentável e Inovadora
PROGRAMA	OBJETIVO/PRIORIDADE/DOMÍNIO TEMÁTICO
PDR2020	<i>Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural</i> <i>Promoção de uma gestão eficiente e proteção dos recursos</i>
PORegional Norte	<i>03 - Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (em relação ao FEADER)</i> <i>06 - Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos</i> <i>09 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação</i>
EIDT-CIM CÁVADO	<i>PE3.2. Valorizar o tecido institucional de associações de desenvolvimento local e de intervenção social de base local como instrumento crucial da política de desenvolvimento social.</i> <i>PE3.5. Potenciar as experiências de desenvolvimento rural e de valorização económica dos territórios de baixa densidade, como novos instrumentos de política de inclusão social e de combate à pobreza</i> <i>PE5 Capacitar o território do Cávado, as suas instituições e agentes para um estágio mais avançado de cidadania e de promoção do desenvolvimento local.</i> <i>PE5.6 Objetivo específico - Fortalecer a ATAHCA na dinamização e coordenação da DLBC para o território do Cávado).</i> <i>9d – Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária.</i>

Decorrente da definição dos objetivos estratégicos e objetivos específicos através da identificação dos meios e finalidades mais adequados para resolver as necessidades/problemas identificados, foi possível desenhar a MEL que a seguir se apresenta, a qual é composta pela respetiva hierarquia de objetivos, atividades a promover e respetivos resultados esperados para cada nível de objetivos.

DLBC Rural - CÁVADO 2020									
MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LÓGICO									
OBJETIVOS	HIERARQUIA DOS OBJETIVOS	INDICADORES						INSTRUMENTOS DE APOIO	
		REALIZAÇÃO	META 2020	RESULTADOS	META 2020	IMPACTO	META 2020		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	1 -Modernizar e Capacitar a Actividade Agrária						Incremento da superfície agrícola cultivada	+0,5%	PDR 2020 (FEADER) e PORNorte (FEDER)
						Aumento do VAB agrícola	+1%		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Promover a renovação e reestruturação das explorações agrícolas de pequena dimensão			Nº de explorações agrícolas beneficiadas	45				
	Melhorar as condições de transformação, conservação, armazenamento e transporte dos produtos agro-alimentares			Nº de explorações agrícolas diversificadas	10				
	Promover a criação de novos mercados e a comercialização dos produtos agrícolas em circuitos curtos			Nº de novos agricultores	5 a 10				
				Superfície agrícola beneficiada (hectares)	65				
OBJETIVOS OPERACIONAIS (ACTIVIDADES)	Apoiar projectos de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Nº de pedidos de apoio recebidos	50 a 60						
		Nº de pedidos de apoio aprovados	45						
	Dinamizar projectos de pequenos investimentos individuais ou coletivos na transformação e comercialização agro-alimentar de proximidade	Nº de agricultores envolvidos	45						
	Diversificar as actividades económicas nas explorações agrícolas	Nº de unidades de transf./comerc.	10						
	Promover os produtos agro-alimentares de qualidade e os produtos locais	Nº de projectos de diversificação agrícola	10						
		Nº de produtos abrangidos	12						
		Volume Total de Investimento Previsto (Cenário Optimista)	4.000.000						
		Volume Total de Investimento Previsto (Cenário Moderado)	2.755.000						
		Volume Total de Investimento Previsto (Cenário Pessimista)	1.930.000						
		% de Invest. Despesa Pública em projectos de peq. Invest nas explor. Agrícolas	50%						
	% de Invest. Despesa Pública em projectos de peq. Invest em Uni. De Transformação	45%							
	% de Invest. Despesa Pública para apoio a projetos de cadeias curtas e mercados locais	50%							
	% média de Investimento Privado Associado	40 a 50%							
PRESSUPOSTOS (FACTORES EXTERNOS)	Disponibilidade de fundos públicos ; Manutenção da recessão económica; Disponibilidade de capitais privados								

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	2 -Promover a Inovação, o Conhecimento e a Qualificação				Aumento da população qualificada	+ 2%
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Capacitar para a inovação do tecido económico local e reforçar a sua ligação a polos de I&D					
	Introduzir a inovação técnica e social em serviços de apoio e proximidade					
	Articular as necessidades de formação e a oferta formativa integrando o Pacto para a Empregabilidade da EIDT da CIM Cávado					
	Melhorar os mecanismos de orientação vocacional/ profissional					
	Qualificar e capacitar a população e os agentes locais					
Integrar projetos de redução da saída precoce do sistema educativo			Nº de projetos de I&D desenvolvidos no território	10		
			Nº de entidades apoiadas	10		
			Protocolo da Rede de CQEP do Cávado formalizado	1		
OBJETIVOS OPERACIONAIS (ACTIVIDADES)	Promover acções de formação de curta e média duração direccionadas para as necessidades locais	Nº de acções de formação realizadas	400			
		Nº de participantes	6000			
		Nº total de horas ministradas	20000			
		Volume total de formação (horas)	300000			
	Dinamizar projetos de orientação vocacional e certificação profissional	Nº de encaminhamentos	225			
		Nº de certificações profissionais	80			
	Dinamizar a introdução de novos processos, produtos, práticas e tecnologias inovadoras em serviços de apoio de base local	Nº de novos produtos/processos/inovação	20			
	Apoiar projectos individuais ou colectivos de I&D de base local e ligação às instituições de ensino superior	Nº de projectos de I&D apoiados	12			
		Volume Total de Investimento Previsto (Cenário Optimista)	1.830.000			
		Volume Total de Investimento Previsto (Cenário Moderado)	1.372.500			
	Volume Total de Investimento Previsto (Cenário Pessimista)	1.037.000				
PRESSUPOSTOS (FACTORES EXTERNOS)	Disponibilidade de fundos públicos ; Manutenção da recessão económica ; Disponibilidade de capitais privados ; Normativos legais que introduzam novos requisitos					

PORNorte
(FEDER e FSE)

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	3 - Melhorar a Competitividade da Atividade Turística				Aumento de receitas da hotelaria e restauração do território	5 a 10%	PORNorte (FEDER)
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Dinamizar e qualificar os recursos turísticos			Incremento do nº de visitantes ao território	10%		
	Promover e divulgar de forma integrada a oferta turística			Incremento do nº de visitantes a sítios de património natural	5%		
	Incrementar a atratividade turística e dos fluxos de visitantes e turistas no território			Incremento do nº de dormidas	5%		
OBJETIVOS OPERACIONAIS (ACTIVIDADES)	Apoiar projectos de criação ou requalificação de empreendimentos TER de pequena escala	Nº de empreendimentos turísticos beneficiados	30				
		Nº de quartos/camas criados	120/240				
	Dinamizar actividades de animação turística que promovam a valorização dos activos territoriais	Nº de empresas de animação beneficiadas	6				
	Incentivar a criação de produtos turísticos inovadores	Nº de produtos turísticos	6				
	Apoiar infraestruturas de animação de pequena escala	Nº de Infraestruturas de animação	6				
	Volume Total de Investimento Previsto (Cenário Optimista)		4.500.000				
	Volume Total de Investimento Previsto (Cenário Moderado)		3.375.000				
	Volume Total de Investimento Previsto (Cenário Pessimista)		2.258.750				
% de Investimento Privado Associado		40 a 50%					
PRESSUPOSTOS (FACTORES EXTERNOS)	Disponibilidade de fundos públicos ; Manutenção da recessão económica; Instabilidade política e social de mercados concorrentes; Disponibilidade de capitais privados						

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	4 -Dinamizar o Tecido Socioeconomico			Aumento do VAB não agrícola	1%	PORNorte (FEDER)	
				Criação de emprego	+ 0,5%		
				Manutenção de emprego criado	90 a 100%		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Apoiar a criação, dinamização e consolidação de iniciativas empresariais			Nº de empreendedores	15		
	Promover e incentivar o microempreendedorismo			Nº de empregos criados	60 a 80		
	Potenciar a criação de emprego			% de autoemprego nos empregos criados	30%		
	Revitalizar as artes e ofícios tradicionais e a sua ligação à inovação e ao design			Nº de empregos mantidos	100		
OBJETIVOS OPERACIONAIS (ACTIVIDADES)	Apoiar a criação, desenvolvimento e modernização de microempresas e de micronegócios	Nº de microempresas apoiadas	50				
	Promover a criação e desenvolvimento de unidades produtivas artesanais e a introdução de novo design, inovação, marketing e certificação	Nº de artesãos abrangidos	20				
	Apoiar projectos de valorização e modernização da restauração ou comércio tradicional	Nº de estabelecimentos	15				
	Dinamizar a criação de negócios com base na prestação de serviços inovadores em meio rural (microempreendedorismo verde ou social)	Nº de novos negócios inovadores	10				
	Volume Total de Investimento Previsto (Cenário Optimista)		4.000.000				
	Volume Total de Investimento Previsto (Cenário Moderado)		3.000.000				
	Volume Total de Investimento Previsto (Cenário Pessimista)		2.400.000				
	% de Investimento Privado Associado		40 a 50%				
PRESSUPOSTOS (FACTORES EXTERNOS)	Disponibilidade de fundos públicos ; Manutenção da recessão económica; Disponibilidade de capitais privados						

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	5 -Promover a Valorização e a Dinamização dos Activos Territoriais numa Lógica Sustentável e Inovadora			População rural abrangida por novos serviços	300 a 600 hab.	PDR 2020 (FEADER) e PORNorte (FEDER)
OBJETIVOS ESPECÍFICOS				Acréscimo de visitantes e participantes em eventos	+10%	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Preservar e valorizar o património edificado (histórico, cultural, etnológico e religioso) como factor de diferenciação			Nº de aldeias requalificadas	12 a 15	
	Preservar e valorizar de forma sustentável os recursos naturais, água, solo e floresta autóctone			Nº de espaços naturais preservados	6 a 12	
	Atenuar os efeitos negativos da desertificação rural			Nº de novos serviços criados	6 a 12	
	Melhorar os serviços de proximidade nas zonas de maior ruralidade			Nº de técnicos, animadores e empresários locais qualificados	30 a 50	
	Promover e divulgar os activos territoriais					
Explorar novos mercados relacionados com as oportunidades de negócio emergentes						
Incrementar a capacitação técnica, a animação territorial e a disseminação de boas-práticas						
OBJETIVOS OPERACIONAIS (ACTIVIDADES)	Elaborar Planos de Revitalização de Aldeias (PRA)	Nº de pedidos de apoio recebidos	20 a 30			
	Revitalizar de forma integrada aldeias enquadradas em PRA	Nº de pedidos de apoio aprovados	12 a 15			
	Preservar e valorizar o património natural (meio físico, paisagem, fauna, flora, recursos hídricos);	Nº de PRA aprovados	12 a 15			
	Preservar e valorizar o património edificado tradicional	Nº de imóveis rurais abrangidos	60 a 70			
	Adaptar imóveis de traça tradicional a novos usos e funções (sociais, culturais, lúdicas, turísticas)	Nº de imóveis refuncionalizados	10 a 12			
	Promover a criação/desenvolvimento de serviços inovadores de base local	Nº de serviços apoiados	6 a 12			
	Realizar e apoiar acções de promoção e divulgação do território no interior e no exterior.	Nº de acções de promoção realizadas	60 a 80			
	Promover acções de sensibilização, qualificação e capacitação técnica	Nº de acções de qualificação realizadas Nº de participantes em acções de sensibilização e qualif.	10 a 20 150 a 300			
	Promover acções de animação, de troca de experiências e benchmarking territorial	Nº de acções de animação territorial e troca de experiências apoiadas	60 a 80			
	Dinamizar projectos de cooperação interterritorial e transnacional de natureza inovadora	Nº de projetos de cooperação dinamizados Nº de entidades cooperantes	8 a 10 30 a 40			
	Apoiar tecnicamente a gestão, acompanhamento e avaliação da implementação da EDL	Nº de projectos monitorizados e avaliados	200 a 250			
		Volume Total de Investimento Previsto (Cenário Optimista)	7.500.000			
		Volume Total de Investimento Previsto (Cenário Moderado)	5.725.358			
	Volume Total de Investimento Previsto (Cenário Pessimista)	3.792.648				
PRESSUPOSTOS (FACTORES EXTERNOS)	Disponibilidade de fundos públicos ; Manutenção da recessão económica; Disponibilidade de capitais privados					
<p>Nota importante: Os resultados esperados apresentados nesta matriz foram definidos tendo em consideração o cenário financeiro de investimento Optimista apresentado para cada objetivo estratégico , o qual teve em linha de conta pressupostos como a experiência e performance do GAL em matéria do que foi o último período de programação, os respetivos valores de investimento e despesa pública realizados, a existência no próximo período de programação da distribuição plurifundo da despesa pública pelos FEEI (FEADER, FEDER e FSE), assim como toda a incerteza e indefinição relativa à sua alocação ao DLBC e respetivos organismos intermédios .</p>						

4. Cenários Financeiros

Os resultados esperados apresentados nesta matriz foram definidos tendo em consideração o cenário financeiro de investimento Otimista apresentado para cada objetivo estratégico, o qual teve em linha de conta pressupostos como a experiência e performance do GAL em matéria do que foi o último período de programação, os respetivos valores de investimento e despesa pública realizados, a existência no próximo período de programação da distribuição plurifundo da despesa pública pelos FEEI (FEADER, FEDER e FSE), o elevado interesse de intenções de investimento que nos tem chegado nos últimos dois anos e que fazem prever uma grande dinâmica neste território para aceder ao instrumento de apoio DLBC.

EDL RURAL - CÁVADO								
PREVISÃO ORÇAMENTAL								
CENÁRIO OTIMISTA								
OBJETIVOS/EIXOS ESTRATÉGICOS	INVESTIMENTO TOTAL PREVISTO	%	DESPESA PÚBLICA PREVISTA (FEADER)	%	DESPESA PÚBLICA PREVISTA (FEDER)	%	DESPESA PÚBLICA PREVISTA (FSE)	%
1 -Modernizar e Capacitar a Actividade Agrária	4.000.000,00	18%	2.200.000,00	55%	0,00	0%	0,00	0%
2 -Promover a Inovação, o Conhecimento e a Qualificação	1.830.000,00	8%	91.500,00	5%	91.500,00	5%	1.647.000,00	90%
3 - Melhorar a Competitividade da Atividade Turística	4.500.000,00	21%	0,00	0%	2.250.000,00	50%	0,00	0%
4 -Dinamizar o Tecido Socioeconomico	4.000.000,00	18%	1.200.000,00	30%	800.000,00	20%	0,00	0%
5 -Promover a Valorização e a Dinamização dos Activos Territoriais numa lógica Sustentável e Inovadora	7.500.000,00	34%	4.125.000,00	55%	750.000,00	10%	750.000,00	10%
TOTAL	21.830.000,00	100%	7.616.500,00	35%	3.891.500,00	18%	2.397.000,00	11%

Toda a incerteza e indefinição relativa à sua alocação dos FEEI e nomeadamente do FEDER e do FSE ao DLBC, assim como o facto de neste momento desconhecermos o número de organismos intermediários que serão qualificados, levaram-nos a elaborar além do cenário **otimista** mais dois cenários, os quais se apresentam nos quadros seguintes. Um cenário intermédio designado como **moderado** e baseado na execução das medidas 3.1., 3.2 da Abordagem PRODER no território do Cávado incluindo o reforço de verbas de Dezembro de 2013, outro denominado como **pessimista** e tendo como pressuposto apenas aquilo que foi a despesa pública aprovada inicialmente para a ELD da Abordagem LEADER no Cávado no que respeita às mesmas duas medidas.

EDL RURAL - CÁVADO								
PREVISÃO ORÇAMENTAL								
CENÁRIO MODERADO								
OBJETIVOS/EIXOS ESTRATÉGICOS	INVESTIMENTO TOTAL PREVISTO	%	DESPESA PÚBLICA PREVISTA (FEADER)	%	DESPESA PÚBLICA PREVISTA (FEDER)	%	DESPESA PÚBLICA PREVISTA (FSE)	%
1 -Modernizar e Capacitar a Actividade Agrária	2.755.000,00	17%	1.515.250,00	55%	0,00	0%	0,00	0%
2 -Promover a Inovação, o Conhecimento e a Qualificação	1.372.500,00	8%	68.625,00	5%	68.625,00	5%	1.235.250,00	90%
3 - Melhorar a Competitividade da Atividade Turística	3.375.000,00	21%	0,00	0%	1.687.500,00	50%	0,00	0%
4 -Dinamizar o Tecido Socioeconomico	3.000.000,00	18%	900.000,00	30%	600.000,00	20%	0,00	0%
5 -Promover a Valorização e a Dinamização dos Activos Territoriais numa lógica Sustentável e Inovadora	5.725.358,00	35%	3.148.946,90	55%	572.535,80	10%	572.535,80	10%
TOTAL	16.227.858,00	100%	5.632.821,90	35%	2.928.660,80	18%	1.807.785,80	11%

EDL RURAL - CÁVADO								
PREVISÃO ORÇAMENTAL								
CENÁRIO PESSIMISTA								
OBJETIVOS/EIXOS ESTRATÉGICOS	INVESTIMENTO TOTAL PREVISTO	%	DESPESA PÚBLICA PREVISTA (FEADER)	%	DESPESA PÚBLICA PREVISTA (FEDER)	%	DESPESA PÚBLICA PREVISTA (FSE)	%
1 -Modernizar e Capacitar a Actividade Agrária	1.930.000,00	17%	1.061.500,00	55%	0,00	0%	0,00	0%
2 -Promover a Inovação, o Conhecimento e a Qualificação	1.037.000,00	9%	51.850,00	5%	51.850,00	5%	933.300,00	90%
3 - Melhorar a Competitividade da Actividade Turística	2.258.750,00	20%	0,00	0%	1.129.375,00	50%	0,00	0%
4 -Dinamizar o Tecido Socioeconomico	2.400.000,00	21%	720.000,00	30%	480.000,00	20%	0,00	0%
5 -Promover a Valorização e a Dinamização dos Activos Territoriais numa lógica Sustentável e Inovadora	3.792.648,38	33%	2.085.956,61	55%	379.264,84	10%	379.264,84	10%
TOTAL	11.418.398,38	100%	3.919.306,61	34%	2.040.489,84	18%	1.312.564,84	11%

5. Alinhamento com as estratégias regionais e sub-regionais, nomeadamente as Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (NUTS III)

Relevância e contributo para os objectivos do PDR 2020, POR Norte 2020 e estratégia sub-regional NUTS III (EDIT CIM CÁVADO)

Os Eixos Temáticos e Objectivos Estratégicos da estrutura macro da EDL “CÁVADO COM...VIDA!” são relevantes e contribuem de forma clara e robusta para os objectivos de outros documentos-chave do período de programação 2014-2020 enquadrados no Acordo de Parceria assinado com a Comissão Europeia, nomeadamente o PDR 2020 e o POR Norte 2020. De seguida, apresentamos várias tabelas que evidenciam aquela relevância e contributo.

É importante referir que os níveis de relevância e contributo aumentam à medida que a “filtro geográfico” se aproxima do território de intervenção da EDL “CÁVADO COM...VIDA!”. Ou seja, a relevância e contributo são maiores em relação à estratégia sub-regional NUTS III do que em relação ao POR Norte 2020 e PDR 2020.

Tabela 1 – Relevância e contributo para PDR 2020

PDR 2020	EDL “CÁVADO COM... VIDA!”	Relevância	Contributo	Observações
OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS			
1. Crescimento do valor acrescentado do sector agro-florestal e rentabilidade económica da agricultura	1. Modernizar e Capacitar a Atividade Agrária			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relevância máxima (de acordo com a escala de três níveis utilizada). O alinhamento entre objetivos estratégicos é absoluto. ▪ Todos os objetivos e específicos declinados do objetivo estratégico da EDL contribuem para as necessidades declinadas do objetivo estratégico do PDR2020.
1.2 - Aumentar o investimento no sector agroflorestal	1.1 Promover a renovação e reestruturação das explorações agrícolas de pequena dimensão			
1.3 Renovação e reestruturação das explorações agrícolas	1.2 Melhorar as condições de transformação, conservação, armazenamento e transporte dos produtos agroalimentares	▲▲▲	▲▲▲	
1.4 Melhorar a distribuição de valor ao longo da cadeia alimentar	1.3. Promover a criação de novos mercados e a comercialização dos produtos agrícolas em circuitos curtos			
1.5 Dinamização de novos mercados de destino para os produtos agroalimentares e florestais				
2. Promoção de uma gestão eficiente e proteção dos recursos	5. Promover a Valorização e a Dinamização dos Ativos Territoriais numa Lógica Sustentável e Inovadora			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alinhamento entre objetivos é moderado. Dois dos objetivos específicos da EDL são totalmente relevantes em relação a duas necessidades do PDR2020. ▪ Dois dos sete objetivos específicos contribuem para o suprimento das necessidades declinadas do objetivo estratégico do PDR2020
2.4 Proteção dos recursos naturais: água e solo.	5.2 Preservar e valorizar de forma sustentável os recursos naturais: água, solo e floresta autóctone.			
2.6 Combate à desertificação	5.3 Atenuar os efeitos negativos da desertificação rural	▲	▲	

PDR 2020	EDL "CÁVADO COM... VIDA!"	Relevância	Contributo	Observações
<p>1. Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural</p>	<p>1. Modernizar e Capacitar a Atividade Agrária 3. Melhorar a Competitividade da Atividade Turística 4. Dinamizar o Tecido Socioeconómico</p>			<ul style="list-style-type: none"> Relevância máxima (de acordo com a escala de três níveis utilizada). O alinhamento entre 3 dos 5 objetivos estratégicos é da EDL com os objetivos estratégicos do PDR2020 é total. Contributo dos objetivos específicos da EDL distribuído pelos cinco objetivos estratégicos evidencia o peso e valor do mesmo.
<p>3.1. Diversificação da atividade económica, nomeadamente pelo aproveitamento de áreas de negócio relacionadas com a agricultura, como sejam o turismo rural e os produtos de qualidade de base local, cuja comercialização em mercados locais e promoção de cadeias curtas</p>	<p>1.3. Promover a criação de novos mercados e a comercialização dos produtos agrícolas em circuitos curtos</p> <p>3.1 Dinamizar e qualificar os recursos turísticos</p> <p>3.3 Incrementar a atratividade turística e dos fluxos de visitantes e turistas no território</p> <p>4.4 Revitalizar as artes e ofícios tradicionais e a sua ligação à inovação e design</p>	▲▲▲	▲▲▲	
<p>OBJECTIVOS TRANSVERSAIS</p> <p>Obj. Transversal 1: Aumentar a capacidade de inovação, de geração e transferência de conhecimento para o sector agroflorestal</p>	<p>2. Promover a Inovação, o Conhecimento e a Qualificação</p>			<ul style="list-style-type: none"> Relevância entre o objetivo estratégico da EDL e os objetivos transversais do PDR2020 é evidente. Os contributos dos objetivos específicos da EDL são fortes.
<p>Obj. Transversal 2: Melhoria do nível de capacitação e de aconselhamento dos produtores agrícolas e florestais, nomeadamente na gestão e utilização eficiente dos recursos</p>	<p>2.1 Capacitar para a inovação o tecido económico local e reforçar a sua ligação a polos de I&D</p> <p>2.5 Qualificar e capacitar a população (incluindo produtores agrícolas e florestais) e os agentes locais</p>	▲▲	▲▲	

▲ Moderado(a) ▲▲ Forte ▲▲▲ Muito Forte

Tabela 2 – Relevância e contributo para POR Norte 2020

POR NORTE 2020	EDL “CÁVADO COM... VIDA!”	Relevância	Contributo	Observações
OBJECTIVOS TEMÁTICOS 01 – Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS 2. Promover a Inovação, o Conhecimento e a Qualificação 2.1 Capacitar para a inovação do tecido económico local e reforçar a sua ligação a polos de I&D	▲ ▲	▲ ▲	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alinhamento entre o objetivo estratégico da EDL e o objetivo temático do POR Norte 2020 é total. ▪ Contributo forte da EDL para o objetivo temático do POR Norte 2020, sendo a Inovação um elemento-chave e transversal a toda a sua execução, para além do objetivo específico declinado do objetivo estratégico.
03 – Reforçar a competitividade das PME's e dos sectores agrícola	1. Modernizar e Capacitar a Atividade Agrária 1.1 Promover a renovação e reestruturação das explorações agrícolas de pequena dimensão	▲ ▲ ▲	▲ ▲ ▲	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relevância máxima por comparação com restantes objetivos temáticos do POR Norte 2020. O alinhamento entre objetivos temático e estratégico é completo. ▪ Todos os objetivos específicos declinados do objetivo estratégico da EDL contribuem para as necessidades declinadas do objetivo temático do POR Norte 2020.
	1.2 Melhorar as condições de transformação, conservação, armazenamento e transporte dos produtos agroalimentares			
	1.3 Promover a criação de novos mercados e a comercialização dos produtos agrícolas em circuitos curtos			

POR NORTE 2020	EDL “CÁVADO COM... VIDA!”	Relevância	Contributo	Observações
06 – Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização dos recursos	5. Promover a Valorização e a Dinamização dos Ativos Territoriais numa Lógica Sustentável e Inovadora 5.2 Preservar e valorizar de forma sustentável os recursos naturais, água, solo e floresta autóctone	▲ ▲	▲ ▲	<ul style="list-style-type: none"> Alinhamento entre objetivos é forte. Dois dos objetivos específicos da EDL são totalmente relevantes em relação ao objetivo temático do POR Norte 2020. A promoção dos ativos territoriais é um dos contributos mais significativos da EDL.
	5.5 Promover e divulgar os ativos territoriais			
08 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores 09 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação 10 – Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	2. Promover a Inovação, o Conhecimento e a Qualificação 2.3 Articular as necessidades de formação e a oferta formativa integrando o Pacto para Empregabilidade da EIDT CIM Cávado 2.4 Melhorar os mecanismos de orientação vocacional e profissional 2.5 Qualificar e capacitar a população e os agentes locais	▲ ▲	▲ ▲	<ul style="list-style-type: none"> Alinhamento entre objetivos é muito claro. Três dos objetivos específicos da EDL são totalmente relevantes em relação aos três objetivos temáticos do POR Norte 2020. O contributo da EDL para os três objetivos temáticos do POR Norte 2020 materializa-se nos três objetivos específicos declinados a partir do objetivo estratégico com forte articulação com a EIDT CIM Cávado.

▲ Moderado(a) ▲ ▲ Forte ▲ ▲ ▲ Muito Forte

Tabela 3 – Relevância e contributo para EIDT -CIM CAVADO

EIDT CIM CAVADO	EDL “CÁVADO COM... VIDA!”	Relevância	Contributo	Observações
<p>PRIORIDADES ESTRATÉGICAS</p> <p>PE1.2 – Mobilizar os recursos de conhecimento científico e técnico (articulação com diversas entidades)</p>	<p>OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS</p> <p>2. Promover a Inovação, o Conhecimento e a Qualificação</p>	▲ ▲ ▲	▲ ▲ ▲	<ul style="list-style-type: none"> Alinhamento entre o objetivo estratégico da EDL e a prioridade estratégica da EIDT CIM CAVADO é absoluto. Todos os objetivos específicos da EDL declinados a partir do objetivo estratégico contribuem para a prossecução da prioridade estratégica da EIDT CIM CAVADO
<p>PE1.4 - Intensificar níveis de inovação de abordagem ao mercado, em atividades como a produção/exportação de vinho verde e a valorização de recursos endógenos</p>	<p>1. Modernizar e Capacitar a Atividade Agrária</p> <p>3. Melhorar a Competitividade da Atividade Turística</p>	▲ ▲ ▲	▲ ▲ ▲	
<p>PE2.1 – Conceber, animar e apoiar tecnicamente a capacitação e funcionamento de um Pacto para a Empregabilidade no Cávado</p> <p>PE2.2 – Valorizar o potencial integrador dos territórios locais e das suas redes de confiança e de complementaridade no combate ao abandono escolar</p> <p>PE2.3 – Dotar os espaços de oferta educativa e de formação profissional das condições infraestruturais, laboratoriais e de tecnologia educativas e de formação favoráveis a ambientes de aprendizagem inclusivos e favoráveis à empregabilidade</p> <p>PE2.4 – Apoiar os esforços da estratégia regional Norte 2020 de integração de recursos humanos qualificados nas empresas e organizações</p>	<p>2. Promover a Inovação, o Conhecimento e a Qualificação</p> <p>2.3 Articular as necessidades de formação e oferta formativa integrando o Pacto para a Empregabilidade da EIDT CIM CAVADO</p> <p>2.4 Melhorar os mecanismos de orientação vocacional e profissional</p> <p>2.5 Qualificar e capacitar a população e os agentes locais</p> <p>2.6 Integrar projectos de redução da saída precoce do sistema educativo</p>	▲ ▲ ▲	▲ ▲ ▲	<ul style="list-style-type: none"> Alinhamento entre o objetivo estratégico da EDL e as prioridades estratégicas da EIDT CIM CAVADO é integral. A maioria dos objetivos específicos da EDL declinados a partir do objetivo estratégico contribuem de forma direta para a prossecução das prioridades estratégicas da EIDT CIM CAVADO

EIDT CIM CÁVADO	EDL “CÁVADO COM... VIDA!”	Relevância	Contributo	Observações
PE3.2 – Valorizar o tecido institucional de associações de desenvolvimento local e de intervenção social de base local como instrumento crucial da política de desenvolvimento social	1. Modernizar e Capacitar a Atividades Agrária 2. Promover a Inovação, o Conhecimento e a Qualificação 3. Melhorar a Competitividade da Atividade Turística 4. Dinamizar o Tecido Socioeconómico 5. Promover a Valorização e a Dinamização dos Ativos Territoriais numa Lógica Sustentável e Inovadora	▲ ▲ ▲	▲ ▲ ▲	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alinhamento entre todos os objetivos estratégicos da EDL e as prioridades estratégicas da EIDT CIM CÁVADO. ▪ A grande maioria dos objetivos específicos da EDL declinados a partir de todos os seus objetivos estratégicos contribuem de forma direta para a prossecução das prioridades estratégicas da EIDT CIM CÁVADO
PE3.5 – Potenciar as experiências de desenvolvimento rural e de valorização económica dos territórios de baixa densidade, como novos instrumentos de política de inclusão social e de combate à pobreza				
PE5.6 – Fortalecer a ATAHC A na dinamização e coordenação da DLBC para o território do Cávado 9d – Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	1. Modernizar e Capacitar a Atividade Agrária 2. Promover a Inovação, o Conhecimento e a Qualificação 3. Melhorar a Competitividade da Atividade Turística 4. Dinamizar o Tecido Socioeconómico 5. Promover a Valorização e a Dinamização dos Ativos Territoriais numa Lógica Sustentável e Inovadora	▲ ▲ ▲	▲ ▲ ▲	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relevância e contributo óbvios.

▲ Moderado(a) ▲ ▲ Forte ▲ ▲ ▲ Muito Forte

F. PROCESSO DE ENVOLVIMENTO COM AS COMUNIDADES LOCAIS

A metodologia utilizada na elaboração deste documento consistiu na PPO realizada por uma equipa técnica multidisciplinar do GAL da ATAHCA, baseada em pressupostos como a recolha, tratamento e análise de informação diversificada. O conhecimento da realidade do território com base na experiência e trabalho desenvolvido pelo GAL até esta data, complementado com o aprofundamento deste estudo através da auscultação e análise de contexto com um conjunto alargado de agentes locais das mais diversas áreas. Para a auscultação e envolvimento dos diversos agentes locais foram realizadas diversas reuniões temáticas, reuniões complementares com todos os elementos da parceria e ainda com outras entidades do território que possibilitaram o aprofundamento da análise de toda a informação disponível.

A Figura 3 retrata de forma sintética as diferentes etapas que foram percorridas até à elaboração da EDL para o território rural do Cávado e ainda as que virão a ocorrer nas fases seguintes deste processo de implementação das DLBC.

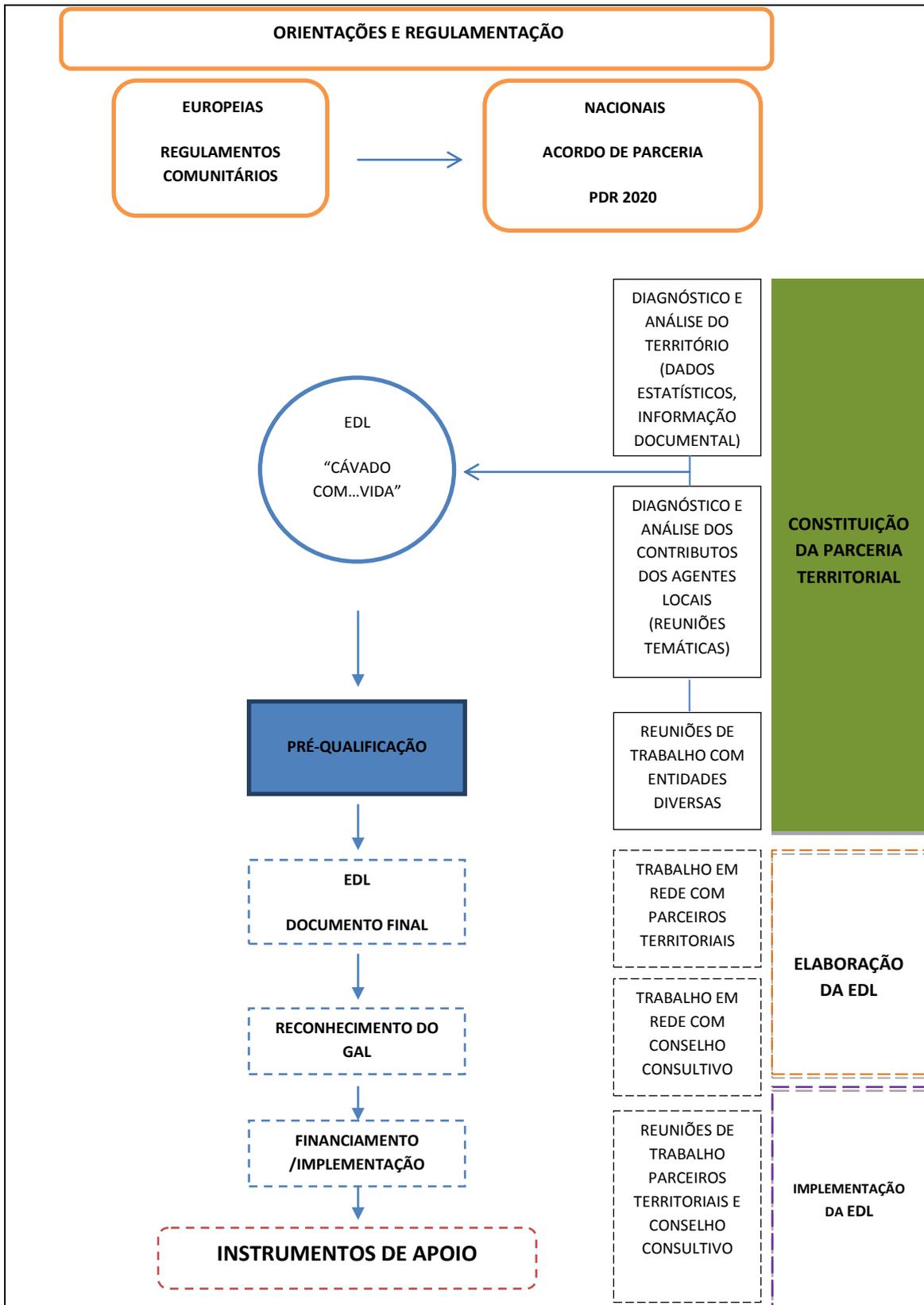


Figura 3- Metodologia de Elaboração da EDL e Processo de Envolvimento com as Comunidades Locais

REUNIÕES PREPARATÓRIAS DE AUSCULTAÇÃO E PARCERIA			
DATA	LOCAL	TEMAS	Nº DE ENTIDADES PARTICIPANTES
2013.10.17	BRAGA	TURISMO RELIGIOSO	78
2013.11.23 e 24	CAMPO DO GERÊS (TERRAS DE BOURO)	FLORESTA AUTÓCTONE (CARVALHOS)	140
2013.11.25	TERRAS DE BOURO	PDR 2020 - O FUTURO DA PAC - BOLSA DE TERRAS	54
2013.11.27	AMARES	PDR 2020 - O FUTURO DA PAC - BOLSA DE TERRAS	46
2013.11.28	PÓVOA DE LANHOSO	PDR 2020 - O FUTURO DA PAC - BOLSA DE TERRAS	64
2013.12.03	VILA VERDE	PDR 2020 - O FUTURO DA PAC - BOLSA DE TERRAS	84
2013.12.05	BARCELOS	PDR 2020 - O FUTURO DA PAC - BOLSA DE TERRAS	98
2013.12.10	BRAGA	PDR 2020 - O FUTURO DA PAC - BOLSA DE TERRAS	60
2014.02.25	VILA VERDE	SOLUÇÕES EMPRESARIAIS PARA A REGIÃO	90
2014.10. 10 E 11	VILA VERDE	AGRICULTURA FAMILIAR E COMERCIALIZAÇÃO DE PROXIMIDADE	96
2014.11.07 e 08	VILA VERDE	PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PEQUENOS FRUTOS	120
2014.11.20	VILA VERDE (BIBLIOTECA MUNICIPAL)	FORUM COESÃO TERRITORIAL	25
2014.12.02	BRAGA (EDIFÍCIO GNRATION)	COESÃO SOCIAL, QUE DESAFIOS PARA BRAGA?	15
2014.12.05 E 06	CAMPO DO GERÊS (TERRAS DE BOURO)	FLORESTA AUTÓCTONE (CARVALHOS)	130
2014.12.12	BRAGA (AUDITÓRIO DA BIBLIOTECA LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA)	BRAGA ESTRATÉGIA XXI	40
2015.01.12	PORTO (UNIVERSIDADE LUSÍADA)	DLBC- COOPERAÇÃO INTERTERRITORIAL	15
2015.01.13	VILA VERDE (SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL)	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO CLDS	12
2015.01.16	BRAGA (EDIFÍCIO GNRATION)	METODOLOGIA DLBC - QUALIDADE DE VIDA E DESENVOLVIMENTO LOCAL	96
2015.01.21	ESPOSENDE (POSTO DE TURISMO)	EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	12
2015.01.21	BARCELOS (MUSEU DE OLARIA)	RECURSOS NATURAIS	15
2015.01.22	BRAGA (EDIFÍCIO GNRATION)	ECONOMIA E EMPREGO	8
2015.01.22	AMARES (CÂMARA MUNICIPAL)	AGRICULTURA FAMILIAR E COMERCIALIZAÇÃO DE PROXIMIDADE	16
2015.01.23	VILA VERDE (ATAHCA)	AGRICULTURA E AGRO-ALIMENTAR	19
2015.01.23	TERRAS DE BOURO (CÂMARA MUNICIPAL)	TURISMO, PATRIMÓNIO E ARTESANATO	21
2015.01.29	(BARCELOS) Auditório da Bibiloteca Municipal	DLBC URBANA - CIDADE DE BARCELOS	26

Estas sessões mobilizaram 1380 indivíduos em representação de entidades privadas e públicas. As diferentes ações desenvolvidas foram subordinadas a várias temáticas, que foram desde a agricultura, ao turismo, passando pelo setor empresarial e área social.

Após a qualificação do GAL da ATAHCA para a implementação da parceria “CÁVADO COM...VIDA” realizar-se á uma cerimónia pública para envolvimento de toda a comunidade do Cávado e assim dar o início a uma nova fase do processo, apresentação da EDL para o território do Cávado. No processo de preparação da EDL, será convocada a AG e os membros do CC para que se clarifiquem tarefas e atividades, agora à luz da legislação específica que se aguarda. Os parceiros e consultores, juntamente com a ETL e o OG vão preparar este documento de extrema importância para a estratégia do Cávado e do desenvolvimento das comunidades locais. Os diferentes parceiros e CC serão organizados em redes temáticas de forma a participarem ativamente no processo de elaboração e acompanhamento da EDL.

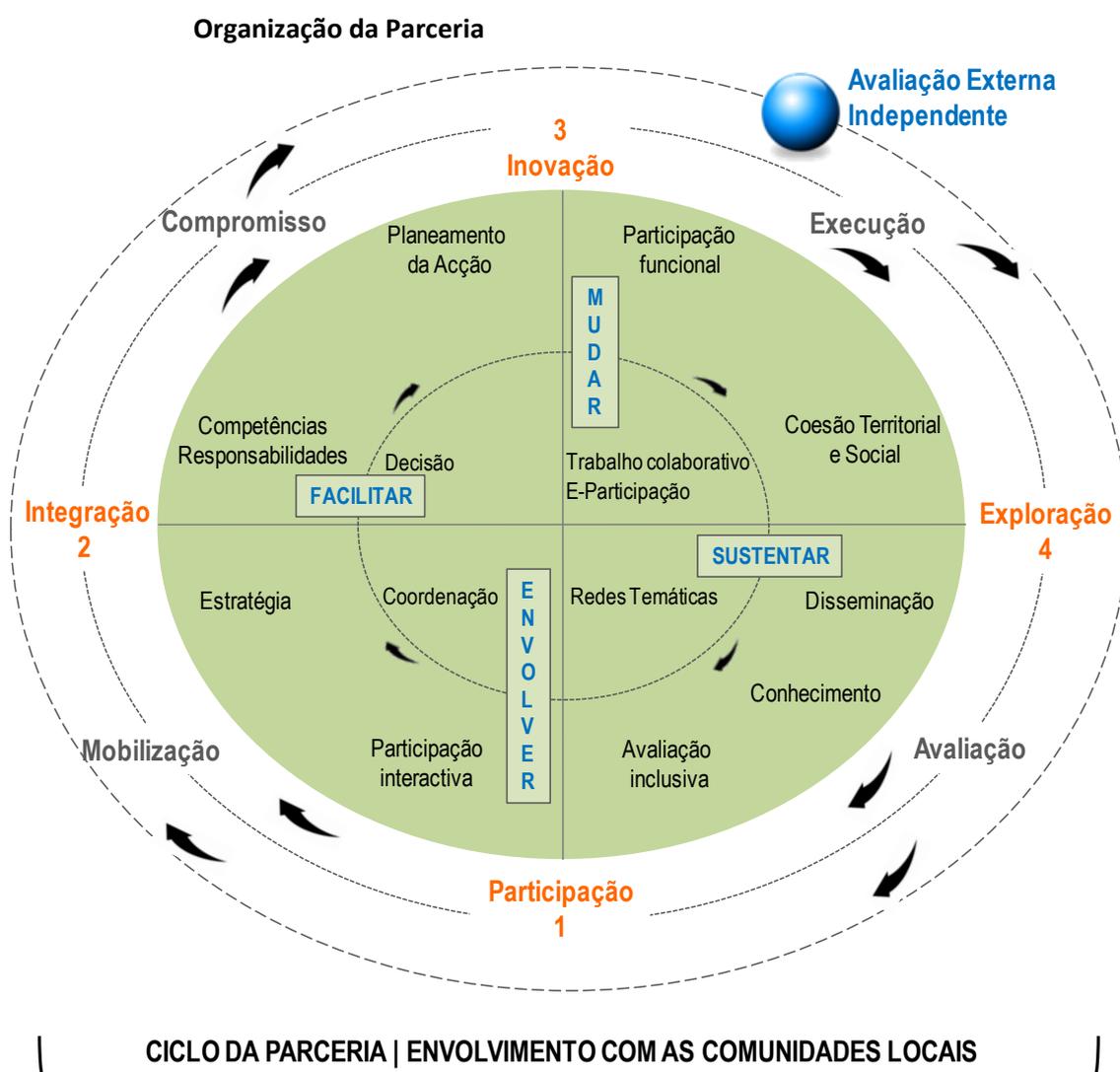


Figura 4 – Ciclo de Gestão da Parceria CÁVADO COM... VIDA!

A Figura 4 representa o processo de envolvimento com as comunidades locais, de acordo com o que se poderia designar de “Ciclo de Gestão Participativa”. Este ciclo apresenta, obviamente, carácter dinâmico e cíclico, estando a sua utilização prevista durante todo o período de vigência da EDL. A sua utilização servirá de base para a gestão da Parceria “CÁVADO

COM...VIDA!” na sua globalidade, assim como para a coordenação das principais medidas e linhas de acção da EDL.

Trata-se de um ciclo que assenta em 3 dimensões de planeamento/acção e um de disseminação/exploração. A preparação da candidatura da **Parceria “CÁVADO COM...VIDA!”** obedeceu já a este ciclo. Assim, as atividades foram desenvolvidas em função da primeira dimensão do ciclo: Participação. Na Caixa 1 apresenta-se uma definição dos diferentes **tipos de participação** que uma determinada estratégia/programa/projeto pode estimular nos seus *stakeholders*. No caso da EDL da Parceria **“Cávado Com...Vida!”**, as formas de participação mais desejadas (por via da gestão participativa) serão a funcional e interativa.

Estimulou-se e materializou-se assim, a participação interativa dos diferentes stakeholders locais, resultando desse **envolvimento e mobilização** uma estrutura para a macro-**estratégia** da EDL que descrevemos nas secções anteriores deste documento. A **coordenação** destes trabalhos foi assegurada pela entidade proponente.

Na dimensão seguinte do ciclo, caberá à entidade proponente facilitar a **integração** das **competências** (distintas e complementares) dos diferentes stakeholders com o propósito de atingir um **compromisso** de todos na tomada de decisão geradora de **responsabilidades** assumidas de forma consciente e consistentes com o **planeamento da acção** a executar na dimensão seguinte.

Tipo de participação	Contributo
Passiva	Indivíduos (em sua representação ou de organizações) participam sendo informados do que vai suceder ou já sucedeu. Estas pessoas não são envolvidas no processos de decisão.
Informativa	Indivíduos (em sua representação ou de organizações) participam respondendo a perguntas formuladas por quem apenas deseja recolher informação. São usados questionários, guiões (de entrevista) ou instrumentos similares.
Consultiva	Indivíduos participam sendo solicitada a sua opinião e pessoas externas escutam-nos. Estes peritos externos definem simultaneamente problemas e soluções e podem modificar estas últimas em função das opiniões dos participantes.
Por incentivos materiais	Indivíduos (em sua representação ou de organizações) participam fornecendo recursos. Por exemplo, trabalho em troca de comida, dinheiro ou outros incentivos materiais. A participação termina quando o fluxo de incentivos cessa.
Funcional	Indivíduos (em sua representação ou de organizações) participam formando grupos para ajudar o cumprimento dos objectivos de uma estratégia/programa/projecto. Estas pessoas não são envolvidas no início do projecto/programa/estratégia, sendo mobilizadas na sua implementação.
Interactiva	Indivíduos (em sua representação ou de organizações) participam na <i>análise conjunta</i> , o que conduz à <i>planificação da acção</i> , tendo assim influência na manutenção (ou mudança) de estruturas e práticas.
Auto-mobilização	Indivíduos participam de sua iniciativa sem qualquer estímulo externo. Apenas se socorrem de fontes externas para efeitos de financiamento ou aconselhamento técnico mas mantêm controlo sobre a utilização dos recursos.

Caixa 1 – Ciclo de Gestão da Parceria CÁVADO COM... VIDA!

A execução da EDL incorporará sempre nas suas diferentes medidas e linhas de ação a **inovação** como pilar de garantia da **mudança** que se pretende gerar no território para resolução dos seus problemas e aproveitamento das oportunidades sinalizadas no diagnóstico (secção D deste documento). Esta mudança visa, obviamente, atingir níveis mais robustos de **coesão territorial e social**.

O envolvimento dos stakeholders (incluindo o Conselho Consultivo) diretamente envolvidos na execução da EDL e dos cidadãos em geral privilegiará um tipo de **participação** mais **funcional**, assim como formas de **e-participação** que descrevemos na Caixa seguinte.

Toda a gestão da **Parceria “CÁVADO COM...VIDA!”** será suportada numa **plataforma de trabalho colaborativo** cujas funcionalidades serão particularmente úteis para uma execução inteligente, eficiente e em rede da EDL.

A quarta e última dimensão do ciclo de gestão participativa visa produzir, partilhar e difundir o **conhecimento** gerado nas dimensões anteriores, com especial destaque para a anterior. Para além das práticas de **disseminação** que darão a conhecer os resultados atingidos (através de atividades tipo seminários, conferências, workshops, etc. e instrumentos como revistas, newsletter, canal de televisão, etc.), serão desenvolvidas iniciativas de **exploração** do conhecimento gerado na **Parceria “CÁVADO COM...VIDA!”** com vista à sua apropriação pelos stakeholders locais (incluindo o CC).

E-Participação

O recurso às tecnologias de informação e comunicação como suporte à participação dos cidadãos nas políticas, estratégias, programas e projectos que influenciam as suas vidas e dos respectivos territórios é uma tendência inexorável no exercício de uma cidadania cada vez mais activa numa sociedade marcada pelo acesso (quase) universal à Internet (independentemente de se tratar de territórios rurais ou urbanos).

A Parceria “**CÁVADO COM... VIDA!**”, promoverá formas de participação (funcional) mediada pelas TIC, nomeadamente via Internet, através do Portal de Internet e aplicação para dispositivos móveis. Partimos de uma realidade em que sabemos que:

- a (quase) totalidade da população residente no território de intervenção da EDL possui e sabe utilizar telemóveis nas suas funções mais básicas (recepção/realização de chamadas e envio e recepção de mensagens de texto);
- a (quase) totalidade da população residente tem acesso à Internet no trabalho e/ou em casa;
- uma percentagem elevada da população tem acesso a smartphones sabendo utilizar aplicações para esses dispositivos;
- uma percentagem significativa da população tem acesso a outros dispositivos móveis (p.e., tablets).

A EDL incluirá no seu plano de animação territorial actividades de aquisição das competências necessárias ao exercício de uma e-participação eficaz, como por exemplo acções de formação dirigidas a cidadãos menos familiarizados com as tecnologias mais avançadas (por exemplo, população mais idosa). As formas de e-participação a disponibilizar durante a vigência da EDL serão aumentadas e complexificadas à medida que estas competências se consolidarem na população. Aproveitando o uso universal do telemóvel, e rápida expansão dos smartphones, as actividades de formação a desenvolver no âmbito da EDL adoptarão o mais rapidamente possível o formato (para além dos tradicionais) **mobile-learning** (aprendizagem via dispositivos móveis).

Perspectivamos um percurso de intensidade e “sofisticação” crescentes nos níveis de e-participação, inicialmente mais baseada em formas de participação mais simples (email, Portal de Internet, redes sociais) e, posteriormente, ancorada nas soluções tecnológicas mais inovadoras e “state-of-the art” (aplicações para dispositivos móveis, etc.).

A animação de **redes temáticas** (com base no modelo das Comunidades de Prática⁶) será a “iniciativa-bandeira” neste domínio, funcionando simultaneamente como componente do modelo de **avaliação interna** (ver respetiva secção mais adiante).

As redes temáticas serão alinhadas com os Eixos Temáticos da EDL e com os seus objetivos específicos e funcionarão em dois registos:

- **Institucional**: a participação na rede está mais relacionada com o perfil da instituição/indivíduo;
- **Inter-Pares**⁷: a participação na rede está mais relacionada com a função que cada participante desempenha no território (através da instituição em que trabalha ou enquanto perito, consultor, etc.).

⁶ Segundo o autor Etienne Wenger.

⁷ Peer-to-Peer.

Para além dos “pares”, poderão ser convidados a participar nestas redes peritos externos em função dos objetivos específicos que cada rede temática venha a definir para o seu funcionamento. Cada rede terá um **animador**, responsável pela dinamização da rede e produção de conhecimento temático. Este animador elaborará um Plano de Ação anual e produzirá um relatório de execução também anual. Do Plano de Ação farão parte atividades presenciais e não presenciais adequadas à produção, validação e difusão do conhecimento gerado na **Parceria “CÁVADO COM...VIDA!”**. Caberá a cada rede temática definir a rotina de reuniões presenciais adequada ao seu Plano de Ação, pretendendo-se que a mesma possa ser, trimestral.

Caso se justifique, o animador poderá ser apoiado por um **coordenador** da rede que assumirá a gestão logística da mesma e que também poderá apoiar o animador na produção do relatório anual. As redes temáticas terão como orientação estratégica a validação de produtos de conhecimento suscetíveis de transferência e apropriação pelos stakeholders do território. Esta última dimensão do ciclo tem por objetivo último potenciar a sustentabilidade da intervenção realizada no território, identificando Boas Práticas, Fatores Críticos de Sucesso, Lições Aprendidas, etc. Este trabalho de **avaliação interna** será completado e integrado com a AEI que, como se depreende da Figura 4, funcionará “em órbita” a toda a **Parceria “CÁVADO COM...VIDA!”** como forma de garantir a sua utilidade e valor acrescentado em relação à avaliação interna.

Acompanhamento e monitorização dos projetos aprovados e a sua adesão aos objetivos e metas definidos

O acompanhamento e monitorização da EDL será realizado pela ETL através das seguintes atividades:

- Informação e esclarecimento dos beneficiários;
- Verificação dos dossiês administrativos e financeiros;
- Visitas técnicas de acompanhamento para avaliar "in loco" a implementação das operações e a sua adequação aos objetivos preconizados, investimentos realizados, cumprimento de requisitos legais e disposições técnicas dos regulamentos específicos, verificação de pedidos de pagamento;
- Relatórios de visita/acompanhamento;
- Elaboração de pareceres técnicos;
- Recolha dos dados financeiros da execução de cada projeto
- Introdução de tratamento de todos os dados relativos à evolução da execução de cada uma das operações nas diversas plataformas de informação que venham a ser criadas pelas Autoridades de Gestão para efeitos de monitorização do DLBC;
- Análise e divulgação dos vários indicadores disponíveis (realização, resultado, impacto).
- Elaboração de relatórios de progresso.

No processo pós aprovação dos projetos, os mesmos são distribuídos pela coordenação pelos técnicos da ETL para acompanhamento da sua implementação.

Os projetos são visitados, em média, pelo menos uma vez por mês. Nestas visitas verifica-se o grau de execução da intervenção e a adesão aos objetivos propostos bem como se esclarecem dúvidas dos promotores e dos executores do mesmo. O GAL da ATAHCA trabalha em

estreita proximidade com os beneficiários dos projetos, por forma a conseguir intervir em tempo útil, caso algo não esteja a correr da melhor forma.

Os promotores sabem exatamente quem é o técnico responsável pelo seu acompanhamento e cultivam esta relação de proximidade. Serão estabelecidos horários de atendimento aos promotores quer de projetos aprovados quer de intenções de projetos e simples esclarecimentos de dúvidas.

Serão privilegiados os contatos diretos mas são também utilizadas ferramentas de comunicação, como seja o mail e telefone. Existe disponibilidade para visitas sob marcação a título extraordinário, uma vez que o plano de acompanhamento define como estas ocorrem.

Em simultâneo, os projetos serão carregados em plataformas informáticas específicas, onde se insere informação relevante sobre o projeto tais como indicadores físicos, financeiros e de realização. À medida que o projeto evolui e vai apresentando pedidos de pagamento, esta plataforma vai sendo atualizada com os dados relativos à implementação do projeto, podendo daqui extrair dados de monitorização. Esta monitorização vai apoiar a construção dos relatórios anuais de execução da EDL.

Avaliação interna

Modalidade e instrumentos previstos para a avaliação interna da EDL

1. Elementos de referência

a. 2015 | Ano Internacional da Avaliação

2015 é o **Ano Internacional da Avaliação (EvalYear)**, decretado pelo movimento global para o reforço das capacidades nacionais de avaliação em São Paulo durante a 3ª Conferência Internacional sobre Capacidades Nacionais de Avaliação (Setembro-Outubro de 2013). Fazem parte deste movimento instituições como as Nações Unidas, Unicef, Banco Mundial, OCDE e várias fundações e associações especializadas no domínio da avaliação.



O propósito do EvalYear consiste em **advogar e promover a avaliação e o design de políticas baseadas em evidências (evidence-based policy making)** a nível internacional, regional, nacional e **local**.

== Porquê 2015? ==

2015 é o ano em que os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio serão substituídos por um novo conjunto de objetivos consensualizados internacionalmente, muito provavelmente sob a designação de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

== EvalYear, uma Iniciativa Global de Ação Local Coordenada ==

Governos, parceiros internacionais e a sociedade civil necessitam saber como as políticas e programas (como uma EDL) moldam as vidas das pessoas hoje e das gerações futuras. Esta iniciativa será um catalisador para a produção de conhecimento e promoção do papel da monitorização e avaliação na boa governação para o desenvolvimento humano sustentável e equitativo.

A celebração do EvalYear integra 3 princípios orientadores fundamentais: **inclusão, inovação e parceria estratégica**. *Inclusão* significa que todos os stakeholders têm um papel a desempenhar: sociedade civil, governos, parceiros internacionais, regionais e locais, academia, peritos, etc. A *inovação* é estimulada a vários níveis: metodologias de envolvimento e capacitação, partilha entre pares, utilização de tecnologia para a comunicação e envolvimento de novos parceiros. Será operacionalizada uma *parceria estratégica* de organizações e indivíduos comprometidos a nível mundial para uma ação coordenada de promoção da avaliação enquanto motor para um melhor desenvolvimento humano.

O modelo de monitorização e avaliação interna (MAI) da Parceria “**Cávado Com...Vida!**” foi desenhado⁸, de acordo com os três princípios orientadores do EvalYear, resultando numa abordagem metodológica consistente com o que se designa por **Avaliação Inclusiva**.

b. Modelo organizacional e de governança

As opções metodológicas da Parceria “**Cávado Com...Vida!**” quanto à avaliação interna da EDL tiveram como principais referências o **modelo organizacional** escolhido e o **processo de envolvimento com as comunidades locais**, tal como anteriormente descritos. Procurou-se, assim, desenhar uma metodologia de avaliação interna:

- **Consistente** com a desejada **gestão participativa** da parceria e o seu **modelo de governação**;
- **Coerente** com o espírito “bottom-up” esperado na conceção da EDL.

Foi neste enquadramento que a Parceria “**Cávado Com...Vida!**” concebeu um dispositivo de **monitorização e avaliação interna (MAI)** da EDL que descrevemos de seguida.

2. Consistência com modelo organizacional

A primeira preocupação subjacente ao modelo de MAI adoptado está relacionada com a decisão de integrar no modelo organizacional uma **dimensão de avaliação externa independente (AEI)** da EDL. A necessidade de articulação entre MAI e AE está demonstrada na Figura 5.

⁸ Entre outras fontes de referência.

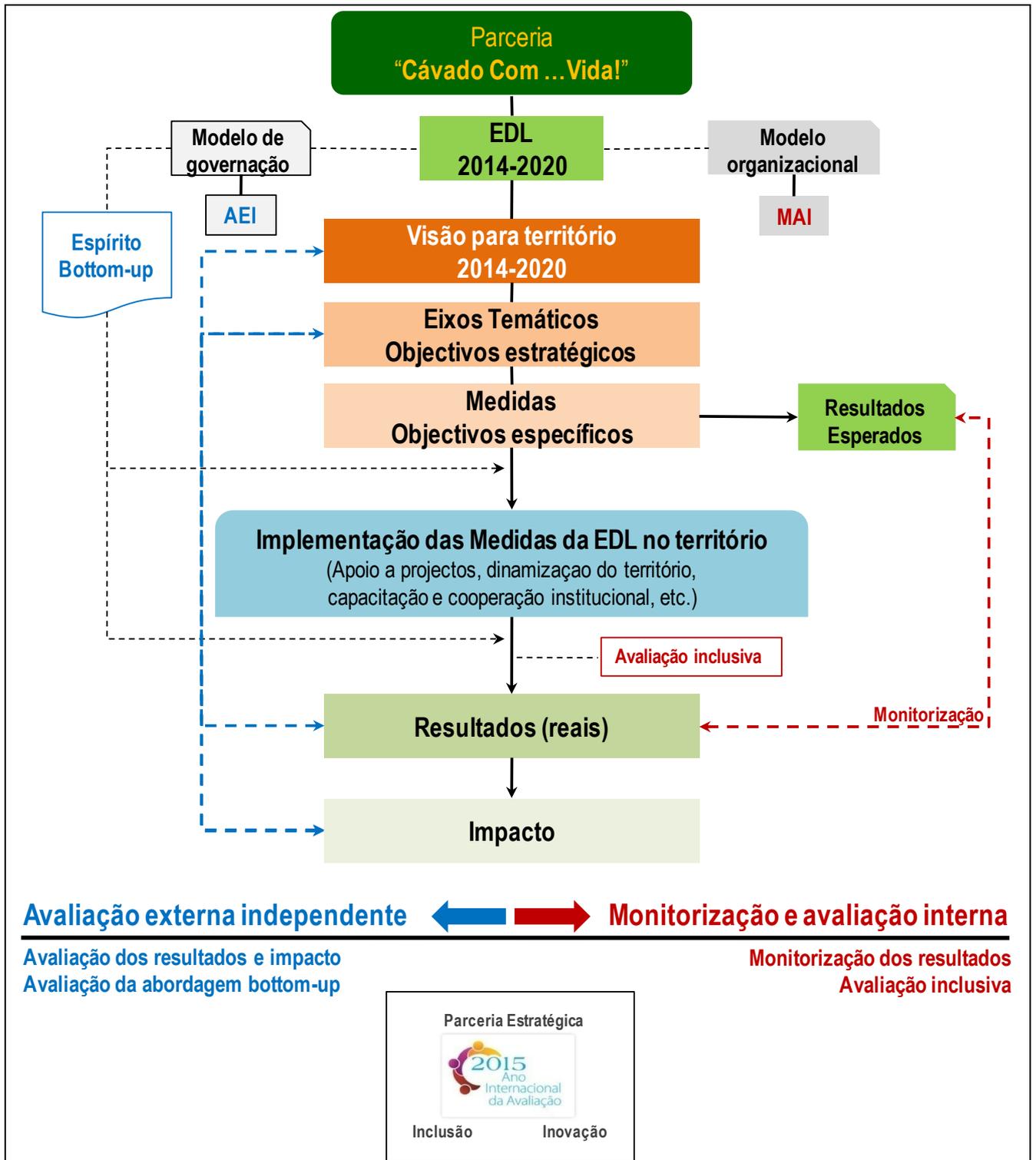


Figura 5 – Articulação entre MAI e AEI

Preconiza-se uma lógica de complementaridade entre as dimensões interna e externa da avaliação com o objetivo de maximizar o potencial de geração de conhecimento e a eficiência na utilização de recursos humanos e financeiros evitando redundâncias que não acrescentem valor.

Como se observa do lado direito da Figura 5, o modelo organizacional adotado pela Parceria “**Cávado Com...Vida!**” consagra a criação no seu organigrama de uma unidade funcional especificamente dedicada à MAI integrada na ETL. De forma equivalente, no lado oposto, o modelo de governação materializa o recurso a serviços de avaliação externa independente a contratar assim que se dê início à implementação da EDL no território.

A consistência com a desejada gestão participativa da parceria e com o espírito bottom-up no envolvimento das comunidades locais está garantida pelas opções metodológicas gerais para a dimensão de avaliação interna, uma vez que será operacionalizado um modelo de avaliação alinhado com o referencial teórico conhecido por “Avaliação Inclusiva” por se considerar que aquele referencial se adequa de forma especialmente adequada ao modelo organizacional e de governação desenhados pela Parceria “**Cávado Com...Vida!**”.

Quanto à AEI, também a sua abordagem metodológica terá de ser coerente e alinhada com as características de gestão da Parceria “**Cávado Com...Vida!**”. Para o efeito, será elaborado um caderno de encargos detalhado para a respetiva seleção de serviços especializados em AEI.

3. Coerência com o espírito bottom-up

Na Figura 5, esta coerência é garantida por duas opções técnicas muito importantes. A primeira consiste, conforme já referimos, em alinhar a metodologia de avaliação interna (Avaliação Inclusiva) com o modelo de gestão participativa preconizado para a implementação da EDL (ver Figura 4); a segunda reside na atribuição primordial à AEI em providenciar os juízos de valor quanto à capacidade da Parceria “**Cávado Com...Vida!**” e com que resultados e impacto em incorporar a abordagem “de baixo para cima” na implementação da EDL no seu território.

4. Monitorização estratégica

No exercício das atividades de acompanhamento da EDL, das quais serão produzidos conteúdos informativos a integrar nos respetivos instrumentos de monitorização estratégica:

- Acompanhamento da execução física e financeira da EDL, e elaboração de reportes informativos específicos para o seu acompanhamento estratégico;
- Programação e execução de atividades regulares de monitorização estratégica e avaliação interna, no sentido de gerar e recolher informação quanto à implementação da EDL no território. A coordenação/liderança destas atividades poderá ser assumida por quaisquer entidades integrada na Parceria “**Cávado Com...Vida!**” (consubstanciando, na própria monitorização estratégica, o princípio da gestão participativa);
- **Análise de risco.** A monitorização estratégica da EDL atenderá à incerteza inerente ao cumprimento dos seus objetivos. Esta dimensão será integrada nos instrumentos de monitorização descritos adiante.

Estas atividades de monitorização suportar-se-ão em mecanismos e instrumentos de monitorização que descrevemos de seguida⁹.

a. Mecanismos

- **Reunião dos órgãos relevantes do modelo organizacional** aprovado para a Parceria “Cávado Com...Vida!” onde serão integrados nas respetivas ordens de trabalho pontos de situação da implementação da EDL e debatidos os resultados alcançados face aos objetivos estratégicos e específicos a atingir. Estes momentos serão também utilizados para a recolha de informação sobre aspetos do desenvolvimento temático do território da Parceria “Cávado Com...Vida!”;
- **Painéis de monitorização e avaliação interna de resultados: Redes Temáticas** constituídas por entidades da Parceria “Cávado Com...Vida!” (incluindo o CC) e por outras personalidades/peritos externos entendidos como cruciais para testemunhar e analisar criticamente os resultados das ações preconizadas pela EDL. Como já referimos anteriormente, os temas de constituição dos Painéis serão determinados a partir dos Eixos Temáticos da EDL. É importante sublinhar que a função das Redes Temáticas excede o âmbito da monitorização de resultados, como já descrevemos atrás;

b. Instrumentos

- Gestão e monitorização permanente de **Matriz de Indicadores Estratégicos (MIE)** com base nos resultados esperados para a implementação da EDL devidamente declinados em indicadores quantificáveis de suporte à monitorização estratégica da EDL. A definição da matriz de indicadores estratégicos atende aos Eixos Temáticos e Objetivos Estratégicos definidos para a EDL;
- Publicação de **Boletim Estatístico** em formato digital como instrumento de suporte à monitorização da MIE. A periodicidade deste instrumento será crescente durante o período de vigência da EDL, perspetivando a publicação de 1 Boletim em 2015, semestral até 2018 e trimestral até final da implementação da EDL;
- Elaboração de **Relatórios Semestrais de Monitorização Estratégica** da EDL.

Numa lógica de gestão da qualidade, em todos estes instrumentos será dado conta do grau de incerteza envolvido na concretização dos objetivos da EDL (**análise de risco**). Esta análise incluirá um **mecanismo de alerta** para que a Parceria “Cávado Com...Vida!” possa agir, de forma corretiva e/ou para efeitos de melhoria contínua de execução da EDL. Estes alertas poderão ser emitidos por indicador, por medida e por Eixo Temático da EDL. Serão utilizadas cores para simbolizar o grau de risco: verde escuro para um risco inferior a 10%, verde para um risco entre 11% e 30%; amarelo para um risco entre 31% e 49%; laranja entre 50% e 74%; vermelho para valores iguais ou superiores a 75%.

5. Avaliação inclusiva da EDL

Durante a vigência da EDL, para além das atividades de monitorização estratégica descritas no ponto anterior, a unidade funcional responsável pela MAI, desenvolverá atividades de avaliação interna de acordo com o referencial teórico da Avaliação Participativa.

⁹ Sem prejuízo de acréscimo/revisão dos mesmos aquando da apresentação da versão definitiva da EDL.

a. Métodos

No ponto anterior fizemos já referência a alguns métodos consistentes com este modelo: i) a coordenação/liderança de atividades de avaliação interna por quaisquer entidades integradas na Parceria “**Cávado Com...Vida!**” e ii) a animação de Redes Temáticas. Aqui ficam outros métodos/técnicas de avaliação interna que poderão vir a ser desenvolvidas pela unidade funcional MAI:

- Diálogo/Entrevista semi-estruturada
- Focus groups
- Sessões de brainstorming
- Observação participativa
- Inquérito por questionário
- Citizen Report Cards¹⁰ e outros métodos inovadores e inclusivos

Citizen Report Cards¹ (CRC)

Os CRC são uma ferramenta simples (de auditoria social) mas poderosa de recolha de feedback sistemático por parte de utilizadores de serviços públicos ou equiparados. A entidade proponente desta candidatura, na qualidade de organismo intermédio, prestará precisamente serviços de carácter público no respectivo território de intervenção junto dos seus cidadãos.

Ao coligir feedback quanto à qualidade e adequação dos serviços prestados pelos seus utilizadores, os CRC fornecem uma base rigorosa e uma agenda proactiva para que as comunidades locais, sociedade civil ou organismos intermédios (neste caso) melhorem a prestação desses serviços.

Os CRC abordam temas críticos na prestação de serviços públicos tais como a acessibilidade, qualidade e fidedignidade dos mesmos, problemas encontrados pelos utilizadores e a capacidade de resposta do(s) prestador(es) de serviços a esses problemas, transparência na prestação dos serviços, tais como a disponibilização de normas e padrões de qualidade e os custos associados a cada serviço e sugestões de melhoria. O CRC também fornece um grau de satisfação sumativo na forma de um resultado quantitativo (score) que captura a totalidade dos parâmetros críticos relacionados com cada serviço.

No âmbito da EDL da Parceria “**CÁVADO COM... VIDA!**”, utilizaremos este instrumento junto dos promotores que vierem a candidatar-se aos apoios ao investimento previstos para o período de vigência da EDL.

¹⁰ Ver Caixa de texto descritivo na página seguinte.

b. Teoria da Mudança, Questões, critérios e indicadores de avaliação

Independentemente das opções teóricas quanto ao tipo de avaliação (interna e/ou externa) a associar à implementação de uma estratégia/programa/projeto, a formulação dos indispensáveis juízos de valor faz-se sempre com base no que se designa por “**Questões de Avaliação**”. Os juízos de valor correspondem, assim à resposta (positiva ou negativa) a cada uma dessas questões, podendo os mesmos ser expressos também em grau numa determinada escala que os avaliadores (internos e/ou externos) venham a definir para o efeito.

Na base dos juízos de valor estará também sempre presente a identificação da Teoria da Mudança inerente à execução da EDL tal como definida pela Parceria “**CÁVADO COM...VIDA!**”. Estes pressupostos teóricos da intervenção no território, explícitos e implícitos serão cruciais para a avaliação do impacto da EDL, uma vez que permitirão responder até que ponto a mudança ocorrida no território se ficou a dever total ou parcialmente à execução da EDL.

As questões de avaliação são posteriormente agrupadas em critérios de avaliação que, por sua vez, se declinam em indicadores de avaliação. Exemplificaremos este processo recorrendo a um exemplo adaptado ao conteúdo da Figura 5.

Questão de avaliação:

Os projetos de investimento apoiados pela Parceria “Cávado Com...Vida!” criaram emprego em quantidade e qualidade de acordo com o previsto?

O primeiro sublinhado isola o critério de avaliação: a criação de emprego. O segundo e terceiro sublinhados permitem refinar aquele critério, criando o que poderíamos designar por sub-critérios e suportando a geração dos indicadores seguintes:

Para a criação de emprego em quantidade:

N.º total de postos de trabalho criados pelas empresas apoiadas

Para a criação de emprego em sustentabilidade:

N.º total de pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio

Através desta lógica serão gerados todos os indicadores (quantitativos e qualitativos) do processo de avaliação interna que, no seu conjunto, formarão a Bateria de Indicadores da Avaliação Interna. Aquando da submissão da versão definitiva da EDL a Parceria “**Cávado Com... Vida!**” apresentará a versão-base desta Matriz. Este instrumento terá carácter dinâmico, incorporando novos indicadores em função da própria execução da EDL.

c. Reporting

Serão elaborados **Relatórios Anuais de Avaliação Interna**, até 31 de Março do ano civil seguinte, com base na informação resultante dos diversos mecanismos e instrumentos de recolha e sistematização de informação implementados para monitorização e avaliação interna da EDL.

6. Finalidade e utilidade

A monitorização estratégica e a avaliação interna da EDL visam, em traços gerais, contribuir para a sua boa execução e correspondem, nos seus traços gerais, a ferramentas de gestão da qualidade. A monitorização estratégica funciona como um mecanismo de feedback constante que permitirá a deteção rápida de desvios positivos e negativos e de riscos, assim como a

tomada de decisão quanto a eventuais ações corretivas e/ou de melhoria nas diferentes atividades em que a EDL se materializará no território da Parceria “**Cávado Com...Vida!**”.

A avaliação interna, incorporando a informação recolhida no processo de monitorização estratégica, acrescentar-lhe-á valor por abranger outras dimensões que não apenas a análise de desvios entre resultados reais e resultados esperados. O foco na gestão participativa da Parceria “**Cávado Com...Vida!**” ganhará aqui especial preponderância.

Para além da função de feedback, a avaliação interna procurará gerar e partilhar conhecimento relevante para os membros da Parceria “**Cávado Com...Vida!**”, incluindo a sinalização de **Boas Práticas** nas várias dimensões de gestão do desenvolvimento local. Por fim, os relatórios anuais da avaliação interna funcionarão também como input para a avaliação externa. Ou seja, a avaliação interna estará essencialmente ao serviço da exploração do conhecimento gerado através da execução da EDL (ver mais adiante secção dedicada à disseminação e exploração).

Ações de animação e promoção do território

Com o objetivo de obter o melhor desempenho possível nas funções de entidade dinamizadora e gestora da implementação da **EDL Rural “Cávado Com...Vida!”** no âmbito do DLBC, será dado particular ênfase às atividades de aquisição de competências, animação do território e troca de experiências, para as quais será concebido um plano plurianual de atividades para o período 2015-2020.

Este plano será o instrumento de orientação para um conjunto de atividades de aquisição de competências e animação visando atingir os seguintes objetivos:

- Melhorar o desempenho na gestão técnica, administrativa e financeira do Grupo de Acção Local (GAL) como organismo intermédio da **DLBC Rural “Cávado Com...Vida!”**;
- Contribuir para a melhoria da qualificação e do desempenho de todos os agentes e entidades envolvidas na parceria territorial;
- Criar instrumentos e competências adequadas à boa implementação da EDL neste território;
- Criar uma identidade e imagem fortes e apelativas para a EDL, de modo a melhorar toda a sua divulgação dentro e fora do território junto dos vários públicos-alvo;
- Sensibilizar e motivar todos os intervenientes no território para a importância do seu envolvimento na dinamização e implementação desta EDL.
- Incrementar a auto-estima da população local e a sua adesão para a valorização e promoção do potencial endógeno do seu território e do seu desenvolvimento.
- Divulgar e dinamizar a EDL a nível local junto de todos os públicos-alvo, potenciais beneficiários, através dos mais diversificados meios de comunicação e informação;
- Promover a troca de experiências e de conhecimentos entre todos os atores e parceiros locais, regionais, nacionais e internacionais em matéria de desenvolvimento local;
- Divulgar e promover o potencial endógeno do território rural do Cávado;
- Promover as potencialidades do território utilizando as mais modernas tecnologias de informação e comunicação;
- Melhorar os canais de comunicação com o público-alvo, acerca das medidas da implementação da EDL através dos órgãos de comunicação local, regional e nacional.

- Incrementar o fluxo de visitantes e turistas no território como elemento estratégico do seu desenvolvimento.
- Dinamizar o funcionamento da parceria local alargada de modo a envolver todos os parceiros na implementação, acompanhamento e avaliação da EDL
- Promover a realização de parcerias com entidades locais ligadas ao desenvolvimento local e à dinamização de territórios.
- Incrementar a troca de experiências, conhecimentos e informações entre entidades e territórios.
- Promover a difusão de boas-práticas de desenvolvimento local entre territórios.
- Disponibilizar instrumentos de consulta e informação sobre as mais diversas temáticas de interesse local (ambiente, desenvolvimento rural, cultura, turismo...).
- Divulgar o trabalho que vier a ser desenvolvido no território no âmbito do processo de DLBC, dando a conhecer as atividades do GAL e o seu contributo para o desenvolvimento sustentado e integrado do território, assim como divulgar boas práticas e projetos exemplares desenvolvidos no território.

Para levar a cabo a implementação deste plano de animação será programado um conjunto diversificado de **ações e atividades** a saber:

1. Ações de formação/qualificação e capacitação em temáticas diversificadas e com aplicabilidade na EDL;
2. Marketing territorial (criação de imagem, comunicação e divulgação);
3. Conceção e implementação de website dinâmico e específico para interação com todos os intervenientes;
4. Canal temático de televisão por cabo “Cávado Com...Vida”;
5. Comunicação com os media (assessoria de imprensa, notas de imprensa, conferências de imprensa, briefings, visitas ao território, reportagens
6. Animação territorial (ações de envolvimento e dinamização da parceria territorial, sensibilização, informação, promoção e divulgação do potencial endógeno, eventos abrangendo diversas temáticas de interesse);
7. Promoção e Divulgação do Território no Exterior;
8. Ações de dinamização de parcerias, troca de experiências, transferência de conhecimento, benchmarking e promoção e divulgação de boas-práticas;
9. Conceção e edição de publicações diversas (newsletters, revistas, livros, manuais de boas-práticas)

Estratégia de disseminação e instrumentos de comunicação

A versão definitiva da EDL integrará (em versão detalhada) uma estratégia de disseminação da informação sobre as suas atividades e resultados. Para o efeito será concebido um **Plano de Disseminação**, da responsabilidade da Equipa Técnica Local onde serão identificados os principais meios de comunicação a utilizar, os grupos-alvo a atingir com a informação e conhecimento (em formato de *conteúdos*) produzidos. O Plano de Disseminação acompanha a execução da EDL durante toda a sua vigência.

Importa referir que a Parceria **“CÁVADO COM...VIDA!”** considera as atividades de disseminação um fator crítico de sucesso da EDL, no sentido em que as mesmas devem contribuir para que as comunidades locais estejam devidamente informadas sobre a execução da EDL no respetivo território.

As atividades de disseminação serão desenvolvidas, simultaneamente, pela ETL e pelos órgãos de comunicação social locais. Só assim se pode garantir a isenção e transparência dos conteúdos a disponibilizar à população do território. A Parceria **“CÁVADO COM...VIDA!”** considera os órgãos de comunicação social como um dos principais stakeholders para uma execução da EDL em consonância com a sua Carta de Valores. Um dos impactos esperados da EDL é, precisamente, a capacitação dos órgãos de comunicação social nas temáticas associadas ao desenvolvimento local de base comunitária.

Para além da cobertura mediática da execução da EDL, esta capacitação resultará da participação de recursos humanos da comunicação social nas atividades de disseminação e exploração que descrevemos nesta secção. A título de exemplo, promoveremos a participação de jornalistas locais em várias das atividades a desenvolver no âmbito das redes temáticas.

A materialização da importância atribuída aos órgãos de comunicação social locais está assegurada através da assinatura do Acordo de Parceria pelo Grupo Correio do Minho que integra um dos principais jornais (em suporte papel e online) e rádio com cobertura integral do território de intervenção da EDL.

Os principais meios de comunicação previstos são os seguintes:

- **Portal de Internet** (já existente): www.cavadocomvida.atahca.pt

Esta será a principal plataforma de comunicação para o exterior da Parceria **“CÁVADO COM VIDA!”**, destinando-se a todos os grupos-alvo e stakeholders da mesma: população em geral, parceiros e outros agentes das comunidades locais do território de intervenção;

- **Newsletter online**

Será publicada uma Newsletter de periodicidade mínima trimestral com as principais actividades e resultados da EDL no território. Este instrumento será disponibilizado através do Portal de Internet, podendo ser também enviado para uma base de dados de grupos-alvo relevantes da EDL, assegurados os requisitos legais de proteção de dados pessoais.

- **Revista “CÁVADO COM...VIDA!”**

Publicação semestral de carácter mais institucional ancorada na produção de conhecimento relevante e consistente com os Eixos Temáticos da EDL. O Editor Geral da revista será o Prof.

Mota Alves, sendo convidados a produzir conteúdos pessoas-recurso do território, peritos e especialistas, líderes de opinião nas temáticas-chave da EDL. A revista dará também conta das atividades de maior impacto no território e de carácter simbólico especial.

- **Canal de Televisão “CÁVADO COM...VIDA!**

Será também criado um canal de televisão dedicado à difusão de conteúdos produzidos a partir da informação e conhecimento gerados na execução da EDL. Será utilizada uma plataforma de tipo MEO Canal assim como um canal de Youtube dedicado em exclusivo à EDL “CÁVADO COM...VIDA!”.

- **Órgãos de comunicação locais**

Serão criados conteúdos especificamente destinados aos órgãos de comunicação locais, nomeadamente a imprensa escrita e rádios locais. Será criado um programa de rádio semanal para divulgação das principais atividades da EDL.

- **Redes sociais, blogues, etc.**

Estas ferramentas serão utilizadas, simultaneamente para fins de disseminação e exploração. Instrumentos como o *Facebook* e *Instagram* estarão mais ao serviço da informação relativa às atividades executadas durante o período de vigência da EDL; plataformas como o *Linkedin* e blogues estarão mais vocacionadas para o apoio ao trabalho das redes temáticas em articulação com as funcionalidades da plataforma de trabalho colaborativo que já referimos anteriormente e que suportará todo trabalho em rede da Parceria “CÁVADO COM...VIDA!”.

- **Aplicação para dispositivos móveis**

Será desenvolvida uma aplicação para todo o tipo de dispositivos móveis “CÁVADO COM...VIDA!” cujos utilizadores poderão utilizar para acompanhar e participar na execução da EDL. A título de exemplo, quando forem publicados avisos de abertura de candidaturas, os utilizadores da aplicação móvel poderão receber uma notificação no seu dispositivo móvel com esse alerta.

Utilização e transferibilidade

O Plano de Disseminação integrará mecanismos e soluções que promoverão a facilidade de acesso e utilização da informação produzida assim como a sua transferibilidade. De entre estes destacamos os seguintes:

Acesso a documentos

Todos os conteúdos/documentos gerados serão disponibilizados em formato pdf ou equivalente. No Portal de Internet, poderão ser criados diferentes perfis de utilizadores com eventuais limitações no acesso e download de determinados conteúdos. No entanto, por imposição da CV, onde se inclui o valor da *transparência*, o acesso limitado a conteúdos assumirá sempre carácter de exceção.

Diversidade de meios e concentração de vias de acesso aos conteúdos

Apesar da diversidade dos meios de disseminação apresentada, o Portal de Internet funcionará como plataforma principal de acesso aos mesmos, promovendo assim o acesso fácil e “user-friendliness”.

Interatividade dos meios

A Revista “CÁVADO COM...VIDA!” será disponibilizada em versão completa e interativa, permitindo a sua exploração como se de uma revista em suporte papel se tratasse.

Idioma inglês

Alguns dos meios apresentados contarão com versões a disponibilizar em idioma inglês, nomeadamente o Portal de Internet, a Revista (editorial e resumos dos principais artigos) e o Canal de Televisão (legendagem de conteúdos-chave).

Quanto à estratégia de exploração, a Parceria “**CÁVADO COM...VIDA!**” conceberá um **Plano de Exploração**, associado ao Plano de Disseminação mas com carácter autónomo, uma vez que a sua finalidade é transformar os resultados da execução da EDL em conhecimento explícito suscetível de ser apropriado e desmultiplicado pelas comunidades locais e outros stakeholders.

Conforme já referimos ao longo deste documento, as **Redes Temáticas** desempenharão aqui uma função decisiva, contribuindo para a identificação e validação de produtos (ex Boas Práticas), a sua formatação para apropriação de terceiros e respetivas atividades de exploração (workshops, ações de formação).

A Caixa 2 descreve um exemplo de atividade que combina disseminação e exploração de forma harmoniosa com o modelo organizacional, de governação e de gestão da parceria e envolvimento das comunidades locais.

Tertúlias Itinerantes “CÁVADO COM... VIDA!”

A Parceria “**CÁVADO COM... VIDA!**”, através das suas redes temáticas promoverá ciclos de tertúlias em regime de itinerância pelo respectivo território de intervenção da EDL rural. Estes eventos informais contribuirão para a prossecução de objectivos de:

- Envolvimento e participação da população na execução da EDL (promoção de cidadania activa);
- Divulgação das actividades e resultados da execução da EDL;
- Promoção de debate temático e produção de conhecimento relevante no âmbito dos eixos temáticos da EDL e de cada rede temática;
- Envolvimento de líderes de opinião locais para contributo no debate temático e mobilização das populações locais;
- Valorização de espaços físicos existentes no território adequadas à produção de conhecimento em ambiente informal (teatros, bares, etc.).

A comunicação local será convidada a divulgar e dar conta dos resultados destes eventos. A animação de algumas destas tertúlias poderá mesmo vir a ser assegurada por um jornalista profissional que a Parceria “**CÁVADO COM...VIDA!**” venha a considerar como estando devidamente capacitado para o efeito (isto é, que domine em níveis de proficiência suficientes as principais dimensões do desenvolvimento local de base comunitária).

Caixa 2 – Exemplo de atividade - CÁVADO COM...VIDA!